



# Rio 2016 e Legados Esportivos

## Os legados dos Jogos Olímpicos para jovens em situação de vulnerabilidade social no Rio de Janeiro

Arianne C. Reis & Fabiana R.S. Mast

Relatório Final da Pesquisa

# CONTENTS

AGRADECIMENTOS .....	iii
AVISO LEGAL.....	iv
RESUMO .....	v
SUMÁRIO EXECUTIVO .....	vi
INTRODUÇÃO .....	1
Objetivos da Pesquisa.....	2
Contribuição Para o Conhecimento Acadêmico .....	3
Impacto no Movimento Olímpico .....	4
REVISÃO DE LITERATURA .....	5
Legado dos Jogos Olímpicos .....	5
Participação Esportiva como Legado dos Jogos Olímpicos .....	6
Políticas Públicas para Participação em Esportes e Atividade Física .....	10
Rio 2016 e os Legados de Participação Esportiva.....	13
METODOLOGIA .....	16
O Contexto do Estudo .....	17
<i>Vilas Olímpicas</i> .....	17
<i>Cidade de Deus</i> .....	18
Coleta de Dados .....	19
<i>Grupos Focais</i> .....	19
<i>Outros Dados Primários — Observações</i> .....	23
<i>Dados Secundários</i> .....	23
Análise dos Dados .....	24
RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	26
As Vilas Olímpicas e seus Contextos.....	26
<i>Vila Olímpica da Maré</i> .....	26
<i>Vila Olímpica da Gamboa</i> .....	28
<i>Vila Olímpica Clara Nunes</i> .....	29
<i>Vila Olímpica Professor Manoel José Gomes Tubino</i> .....	31
Vilas Olímpicas e o Legado de Participação Esportiva.....	31
<i>As Vilas Olímpicas Fazem Bem para a Saúde!</i> .....	32
<i>Falta de Investimento e Manutenção</i> .....	35
<i>Prioridades</i> .....	38
Programas Públicos de Esporte na Cidade de Deus .....	43
<i>Segundo Tempo</i> .....	43
<i>PELC/Pronasci</i> .....	44
<i>Academia da Praça</i> .....	45
<i>Rio em Forma Olímpico</i> .....	46
Participação Esportiva em Ação .....	48
<i>Descontinuidade e Instabilidade</i> .....	48
<i>Parcerias Público-Privadas</i> .....	49
CONCLUSÕES.....	52
REFERÊNCIAS.....	55

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Centro de Estudos Olímpicos do Comitê Olímpico Internacional pelo apoio e financiamento deste projeto através do Programa de Financiamento a Pesquisas, edição 2012. Somos gratas também a todos os participantes deste estudo, que generosamente compartilharam conosco, durante o curso do projeto, suas experiências e conhecimento; esta pesquisa não teria sido possível sem eles. Gostaríamos de agradecer também ao imenso apoio fornecido pelo pesquisador Marcelo C. Vieira, que atuou mais do que como um assistente de pesquisa, mas como parte integrante da equipe, sendo o nosso ponto de referência no Rio de Janeiro em todo o nosso estudo. Agradecemos também a Pedro Lyra, que prestou apoio inestimável no campo, bem como na transcrição das entrevistas dos grupos focais e na tradução final deste relatório. Por fim, gostaríamos de agradecer a Hannah Murphy por sua assistência editorial na versão em inglês.

## AVISO LEGAL

Como este relatório apresenta a culminação de uma série de trabalhos inter-relacionados desenvolvidos pelas pesquisadoras, seções dele foram utilizadas na elaboração e publicação de artigos científicos. Abaixo estão as referências completas para estes artigos:

Reis, A.C., Sousa Mast, F.R., & Gurgel, L.A. (2013). Rio 2016 and the sport participation legacies. *Leisure Studies*, DOI:10.1080/02614367.2012.758304.

Reis, A.C., Sousa Mast, F.R., & Vieira, M.C. (no prelo). Public policies and sports in marginalised communities: The case of Cidade de Deus, Rio de Janeiro, Brazil. *World Leisure Journal*.

Sousa Mast, F.R., Reis, A.C., Gurgel, L.A., & Duarte, A.F.P.L.A. (no prelo). Research Note: Are cariocas getting ready for the Games? Sport participation and the Rio de Janeiro 2016 Olympic Games. *Managing Leisure*.

Esperamos submeter em um futuro próximo outros artigos, com base no material incluído neste relatório, para publicação em periódicos científicos. Evidentemente, o relatório e sua fonte de financiamento serão mencionados em todas as publicações relevantes.

É também importante destacar que o presente texto foi elaborado inicialmente em Inglês, sendo a versão ora apresentada uma tradução livre para o Português. Qualquer dúvida de conteúdo, favor remeter-se ao original, disponível em: <http://doc.rero.ch/record/31562>

## RESUMO

Três anos após o anúncio oficial do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, e menos de quatro anos antes do evento acontecer, nos parece o momento adequado para investigar a percepção da população carioca quanto aos legados dos Jogos nos níveis de participação esportiva, particularmente da população de jovens e crianças. O presente trabalho foi desenvolvido a partir de um estudo de caso focado em quatro instalações esportivas públicas do Município do Rio de Janeiro, e os desafios enfrentados pelos seus usuários dentro do contexto da chamada "década do esporte" no Brasil. O estudo investigou ainda os programas públicos esportivos disponíveis no bairro da Cidade de Deus, comunidade vizinha às futuras instalações do Parque Olímpico dos Jogos Rio 2016. Os resultados indicam que, apesar de ser uma das áreas-chave do Plano de Legados dos Jogos Rio 2016, as iniciativas destinadas a promover a participação esportiva na cidade não têm, até agora, sido efetivamente percebidas ou bem sucedidas, no sentido de alcançar as pessoas que mais necessitam de tais políticas públicas. Parece, portanto, que o incremento das taxas de participação em esportes e atividade física pela população do Rio de Janeiro não é prioridade na agenda de legados sociais.

**Palavras-chave:** participação esportiva, Rio 2016, comunidades vulneráveis, jovens, Jogos Olímpicos, legado

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A pesquisa aqui apresentada contribui para o campo dos Estudos Olímpicos a partir da discussão dos legados dos Jogos Olímpicos na participação esportiva de jovens de cidades-sede. Em particular, este estudo se concentrou em programas e projetos públicos de esporte destinados ao aumento das taxas de participação esportiva entre crianças e jovens de comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro, sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso focado em quatro das Vilas Olímpicas do Município do Rio de Janeiro e os desafios e problemas enfrentados pelos usuários desse programa. Em seguida, o bairro da Cidade de Deus, vizinho à sede da Vila Olímpica Professor Manoel José Gomes Tubino e às futuras instalações Olímpicas, foi analisado mais minuciosamente, incluindo uma investigação de todos os programas esportivos públicos oferecidos à essa comunidade, a fim de proporcionar uma visão mais ampla referente às oportunidades esportivas disponíveis para crianças e jovens em comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro.

Os resultados dos grupos focais foram organizados em três temas principais. Os resultados do primeiro tema indicam que a saúde, incluindo saúde mental, é uma das principais razões pelas quais pais e/ou responsáveis levam seus filhos para participar das atividades das Vilas Olímpicas. Resultados neste tema confirmam, ainda, pesquisas anteriores que sugerem que as políticas de esporte precisam ser consistentes e de longo prazo para que o objetivo de aumento na participação seja alcançado. Além disso, a fim de aumentar os níveis de participação entre crianças e jovens, pais também precisam ser considerados alvo de projetos, especialmente no sentido de aumentar a consciência sobre os benefícios da prática esportiva para a saúde em geral.

O segundo tema que surgiu a partir dos grupos focais foi a falta de investimentos em programas de esportes desenvolvidos por diferentes esferas do poder público e, mais especificamente, de investimentos diretos nas Vilas Olímpicas. Todas as Vilas visitadas apresentaram problemas infraestruturais e, com exceção da recém-construída Vila Olímpica Professor Manoel José Gomes Tubino, todas as outras apresentavam necessidade de manutenção ou reparos de infraestrutura. Outra questão levantada pelos participantes foi o frequente "desperdício" de dinheiro público em instalações que são posteriormente abandonadas pelo governo. Os participantes mencionaram os chamados "elefantes brancos" criados para os Jogos Pan-americanos, que sequer serão utilizados para a Rio 2016. Quando perguntados sobre o que eles desejariam em termos de legados esportivos dos Jogos Olímpicos de 2016, os participantes foram unânimes em escolher a continuidade dos programas das Vilas Olímpicas em suas comunidades, frisando, porém, a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura e pessoal. Esta resposta não só evidencia a precariedade de recursos destinados às Vilas, como também deixa nítida a importância dada às Vilas Olímpicas pelos moradores das comunidades onde estão instaladas.

O terceiro tema revelou que, embora a maioria dos participantes apoie a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede de grandes eventos esportivos, quando instigados a refletir sobre os impactos de tais eventos em seu cotidiano, poucos foram capazes de perceber o potencial destes eventos como geradores de interesse pelo esporte e participação esportiva. Os entrevistados manifestaram claramente a esperança na continuidade das Vilas Olímpicas e no aumento do investimento em programas esportivos, porém poucos associaram a realização de grandes eventos esportivos com um possível aumento na participação em atividades esportivas. Dessa

forma, muito embora os participantes da pesquisa estejam ativamente engajados em programas de esportes financiados pelo governo com o suposto objetivo de promoção dos ideais Olímpicos de educação, saúde e inclusão social através do esporte, esses mesmos participantes não notaram ainda qualquer tentativa do governo de realmente aproveitar a realização dos Jogos Rio 2016 como oportunidade para promover estes valores Olímpicos para a população em geral: o foco parece se concentrar apenas no desenvolvimento infraestrutural.

Dentro deste contexto, a maioria dos participantes do estudo indicou que o Rio de Janeiro tem outras questões mais urgentes a serem tratadas do que a preparação da cidade para sediar um megaevento esportivo. Ao invés de grandes investimentos na construção de novas instalações esportivas, pouco tempo após a série de obras e investimentos públicos destinados aos Jogos Pan-americanos em 2007, o foco deveria ser na melhoria dos serviços básicos para a população local, tais como os sistemas de saúde, educação e segurança pública.

A análise de outros programas esportivos, financiados com verbas públicas, disponíveis em uma das quatro comunidades visitadas, Cidade de Deus, gerou outros elementos para discussão. Os dois principais temas que surgiram a partir desta fase do estudo foram: 1) descontinuidade e instabilidade, e 2) parcerias público-privadas.

Os resultados do primeiro tema confirmam pesquisas anteriores que indicam que as políticas de esporte no Brasil são altamente dependentes da vontade política dos que estão no poder, com contingências, programas e projetos sendo tipicamente interrompidos ou significativamente modificados a cada nova eleição. Mesmo dentro do contexto de estabilidade política vivida no governo federal brasileiro nos últimos 10 anos, os resultados sugerem que, na prática, esses projetos não são estáveis ou de longa duração.

O segundo tema que emergiu a partir da investigação dos programas públicos de esporte oferecidos na Cidade de Deus diz respeito à natureza subcontratual da maioria das ações governamentais. Falhas na continuidade de programas esportivos de caráter social podem ser atribuídas a este processo, na medida em que patrocinadores/parceiros vindos da iniciativa privada não precisam se comprometer a apoiar um determinado projeto em longo prazo. Ademais, o interesse da iniciativa privada na “visibilidade” de programas sociais e seu potencial de marketing podem levar pequenos projetos, ou projetos situados à margem de importantes mercados consumidores, a serem incapazes de encontrar patrocinadores para apoiar suas atividades. A questão da distribuição desigual de recursos também é motivo de preocupação, uma vez que cada proponente de projeto (em geral uma organização não governamental – ONG) é responsável por encontrar e garantir de seus próprios patrocinadores, tarefa que provavelmente favorecerá indivíduos e organizações com conexões bem estabelecidas com o setor privado. Como consequência, grupos comunitários, particularmente aqueles de menor porte e de baixa representação econômica, terão escassas possibilidades de negociar financiamento para seus projetos.

O estudo conclui que, apesar de se constituir como um dos principais objetivos do projeto de candidatura dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, iniciativas públicas presentes no Plano de Legados dos Jogos Rio 2016 voltadas para o desenvolvimento do esporte como ferramenta para inclusão social não foram ainda percebidas pela população nem tampouco conseguiram atingir suas camadas mais vulneráveis. Além disso, os resultados indicam que há uma ideologia

dominante por trás do planejamento e execução de megaeventos e seus legados no Rio de Janeiro, sendo esta orientada por um modelo econômico ocidental que utiliza tais eventos como ferramentas neoliberais de desenvolvimento. Como consequência, as prioridades são subvertidas e ao invés do investimento de verbas públicas em educação e saúde, incluindo programas de participação em atividades esportivas, valores exorbitantes são deslocados para a construção de estádios, configurados como de importância periférica em um esquema de prioridades para a cidade. Concluimos, portanto, que a exposição internacional oferecida pela realização de megaeventos esportivos induz uma agenda política que busca mais do que os supostos avanços sociais que esses eventos podem facilitar. O aumento na participação em atividades esportivas no Rio de Janeiro certamente não se constitui em uma das prioridades de tal agenda.

## INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem vivido um desenvolvimento econômico significativo nos últimos 10 anos, levando a mudanças importantes nas estruturas sociais presentes no país. Como consequência, a sociedade brasileira passou por um movimento ascendente dos cidadãos de classes sociais mais baixas para o que é agora uma forte classe média (MARQUES; MENDES, 2007). No entanto, embora essas alterações tenham proporcionado um aumento no poder de consumo de uma grande parcela da população brasileira (COSTA, 2009), elas pouco fizeram para reduzir outros importantes problemas sociais, como analfabetismo, criminalidade, falta de habitação, saneamento básico deficiente e precariedade da saúde pública (COSTA, 2009; MARQUES; MENDES, 2007). Como Darnell afirma, "apesar do rápido crescimento econômico recente, o coeficiente GINI do Brasil em 2009 [55,0] manteve-se relativamente inalterado desde o ano de 1982 (57,4), sugerindo que as classes mais marginalizadas ainda não desfrutam de tal crescimento"<sup>1</sup> (DARNELL, 2012, p. 871). Assim, favelas e outras comunidades vulneráveis por todo o país vêm experimentando mudanças significativas, mas sua condição de marginalidade permanece efetivamente inalterada quando considerado o abismo social que as separa das elites brasileiras (PERLMAN, 2006).

Paralelamente ao desenvolvimento econômico, o Brasil vem se destacando no cenário internacional como destino de megaeventos esportivos, e os meios de comunicação já chamam esta de a "década dos esportes" no Brasil (SILVA; PIRES, 2009). Em 2007 o país sediou o maior evento poliesportivo das Américas, os Jogos Pan-americanos, e, nesta década, será a sede dos dois maiores eventos esportivos do mundo: a Copa do Mundo da FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). Esses eventos demandam um volume de investimentos extraordinário a fim de que o país se enquadre nas normas e parâmetros de infraestrutura exigidos pelas entidades que detêm os direitos dos eventos (HORNE, 2012). Além disso, devido a estes eventos, o esporte vem ocupando uma posição estratégica nas ações do governo e pode ainda levar a outras mudanças sociais e econômicas.

O estudo dos megaeventos, em especial os Jogos Olímpicos, vem tomando uma nova direção nos últimos 20 anos. O uso recorrente do termo "legado", tanto nos processos de candidatura quanto nas discussões públicas sobre o valor de se sediar esses eventos, tem levado pesquisadores a mudar o foco de seus estudos, de impactos para uma análise mais ampla, baseada na construção, produção e criação de legados sustentáveis e duradouros (CHALIP, 2004). No entanto, apesar do aumento no interesse por esta área de pesquisa, ainda existe uma lacuna significativa quanto aos estudos sobre legados intangíveis (POYNTER, 2006). Como vários estudiosos têm apontado, legados intangíveis são significativamente mais complexos para se medir e avaliar e, portanto, mais difíceis de planejar e prever (ATKINSON; MOURATO; SZYMANSKI; OZDEMIROGLY, 2008; SADD; JONES, 2009).

O estudo aqui apresentado destina-se a contribuir para o campo dos Estudos Olímpicos discutindo um legado intangível frequentemente citado, porém raramente explorado: o legado de participação esportiva. O objetivo da pesquisa foi o de conduzir uma investigação quanto às percepções de moradores do Rio de Janeiro no que diz respeito às oportunidades de participação esportiva a partir da realização dos Jogos Olímpicos de 2016 (daqui em diante tratado como Jogos

---

<sup>1</sup> Essa, assim como todas as outras traduções de citações originais em inglês, foram feitas livremente pelas autoras.

Rio 2016). Especificamente, o estudo se concentrou em projetos e programas públicos destinados ao aumento das taxas de participação esportiva entre crianças e jovens de comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro. A investigação centrou-se em responder até que ponto programas com tal objetivo, que está presente no Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos de 2016, se mostram eficientes em sua meta de atingir jovens moradores de comunidades carentes da cidade.

De acordo com o Dossiê de Candidatura Rio 2016, legados significativos já estavam sendo entregues durante o processo de candidatura da cidade como sede Olímpica e, portanto, tais legados poderiam já ser percebidos por determinados grupos da população. Agora, três anos após o anúncio do Rio de Janeiro como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016, e menos de quatro anos antes do evento acontecer, acreditamos ser um momento adequado para perguntar quais são as expectativas da população carioca quanto aos legados dos Jogos Rio 2016 relacionados à participação esportiva. Ao fazer essa pergunta ainda no início do processo de entrega dos projetos prometidos no Dossiê de Candidatura, esperamos contribuir para o planejamento, o desenvolvimento e a própria entrega de legados que irão efetivamente beneficiar uma ampla parcela da população. Como Ritchie (2000, p. 156) afirma com pertinência, "o planejamento cuidadoso e realista é essencial para que se realizem legados positivos ao invés de negativos", e este planejamento deve ser iniciado anos antes da abertura do evento. Além disso, por lançarmos nosso olhar sobre a juventude carioca em situação de risco, estaremos contribuindo para um campo de estudo que ainda não recebeu atenção suficiente por parte dos estudos acadêmicos, isto é, legados intangíveis dos Jogos Olímpicos para grupos socialmente excluídos (MINNAERT, 2012).

## Objetivos da Pesquisa

Os objetivos específicos deste estudo evoluíram desde a proposta inicial para que houvesse um melhor alinhamento destes com as realidades encontradas em campo. Nosso objetivo é fazer justiça às pessoas com as quais conversamos, concentrando-se em questões por eles levantadas como sendo relevantes e primordiais. Ao fazermos isso, acreditamos estarmos contribuindo com o Movimento Olímpico através do fornecimento de uma descrição genuinamente precisa e significativa de tópicos discutidos e questões atuais associadas à juventude e aos legados de participação esportiva dos Jogos Olímpicos.

Dentro do foco principal de investigar como jovens em situação de risco no Rio de Janeiro estão sendo expostos e se envolvem com o esporte e atividade física no contexto dos Jogos Olímpicos de 2016, os objetivos específicos da pesquisa foram:

- investigar o conhecimento dos membros de comunidades vulneráveis no Rio de Janeiro sobre programas implementados por órgãos públicos para promover a participação esportiva, particularmente aqueles que fazem parte do programa de legados esportivos presente no Dossiê de Candidatura Rio 2016;
- avaliar o quão eficiente são estes programas em engajar jovens destas comunidades em suas atividades;
- identificar as expectativas dos membros destas comunidades quanto aos legados esportivos da Rio de 2016, particularmente no que diz respeito a crianças e jovens;

- identificar programas que tenham os Jogos Olímpicos como tema e que tenham sido implementados pelos órgãos públicos no Rio de Janeiro; e
- analisar como estes programas refletem as políticas públicas para o esporte sendo implementadas por diferentes esferas governamentais à luz dos Jogos Olímpicos de 2016.

A fim de responder a essas perguntas, uma abordagem de estudo de caso foi adotada, fazendo-se uso de diferentes métodos para a coleta de dados. Partimos da realização de grupos focais com membros de quatro diferentes comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro e de entrevistas com moradores de outra comunidade, Cidade de Deus, selecionada para possibilitar maior aprofundamento da pesquisa. Diferentes visitas às comunidades participantes do projeto ajudaram no desenvolvimento e na incorporação de conteúdo às discussões apresentadas mais adiante neste relatório. Uma análise detalhada de planos de legados esportivos de cidades-sede anteriores a 2016 também foi incluída na metodologia, sendo esta apresentada na revisão de literatura e seções de discussão. Mais detalhes sobre a metodologia são descritos abaixo, na seção apropriada.

### **Contribuição Para o Conhecimento Acadêmico**

O conhecimento acadêmico na área dos legados de participação esportiva é extremamente escasso (MURPHY; BAUMAN, 2007). Uma revisão sistemática realizada por um grupo de pesquisadores da Canterbury Christ Church University, na Inglaterra, concluiu que:

[...] A base de evidências diretas para informar o desenvolvimento de legados dos Jogos [Olímpicos] de 2012 [em Londres] na área de esportes, atividade física e saúde é insuficiente. Portanto, existe uma clara necessidade de mais pesquisas e avaliações mais robustas para embasar o desenvolvimento de tais legados (WEED; COREN; FIORE, 2009, p. 58).

Há uma demanda, portanto, para que mais estudos sejam conduzidos na área de legados de participação esportiva, a fim de contribuir para o seu planejamento e gerenciamento, de modo a maximizar as oportunidades apresentadas pelos Jogos Olímpicos às cidades-sede no sentido de aumentar as taxas de participação em atividade física. Por exemplo, de acordo com relatório do Centro Nacional de Estatística da Austrália (National Australian Bureau of Statistics), não houve mudança nas taxas de participação em esportes/atividade física entre os australianos, antes ou após a realização dos Jogos Olímpicos de Sydney (VANDEN HEUVEL; CONOLLY, 2001). Em geral, os poucos estudos disponíveis nesta área indicam pouco ou nenhum efeito gerado por grandes eventos esportivos no comportamento das populações envolvidas no que diz respeito à participação em atividade física. Especificamente, nenhuma pesquisa até o momento tem se concentrado em determinado grupo social, e crianças e jovens têm sido completamente ausentes de estudos neste campo.

Dentro deste contexto, a abordagem de longo prazo assumida pelo programa de pesquisa no qual o presente projeto está situado, visa não apenas apresentar mais evidências sobre legados de participação esportiva dos Jogos Olímpicos, como também pretende fornecer com antecedência informações válidas e precisas aos planejadores e gestores dos Jogos Rio 2016, especificamente no que diz respeito a práticas e abordagens eficazes de promoção da atividade física voltada para a população jovem local. Desta forma, esperamos contribuir para o conhecimento acadêmico no campo, abordando não só a questão dos legados de participação esportiva, mas também de envolvimento dos jovens com a mensagem Olímpica de vida ativa e saudável.

## Impacto no Movimento Olímpico

Apesar da falta de evidências na literatura acadêmica sobre os legados de participação esportiva dos Jogos Olímpicos, as alegações de benefícios a esse respeito são constantes na esfera pública. Usando a última cidade Olímpica como exemplo, os legados esportivos intangíveis constituem-se como elemento central das discussões sobre os Jogos Olímpicos de Londres, em 2012: o aumento de oportunidades para a prática de atividade física/esportivas foi umas das cinco promessas de legados feita pelo prefeito da cidade (KEOGH, 2009; LONDON ASSEMBLY, 2010). No entanto, como Coalter (2004) salienta, e um relatório do Comitê da Assembléia de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte e Turismo de Londres indica, os resultados não parecem promissores:

[...] níveis de participação em esporte e atividade física de lazer são mais baixos em todos, com exceção de um, os bairros-sede dos Jogos Olímpicos, comparados com o resto de Londres. Desde o momento em que a cidade venceu a disputa para sediar os Jogos de 2012, a participação manteve-se estável em toda a cidade, embora tenha diminuído em três dos cinco bairros-sede. [...] Os resultados também mostram que, em nível nacional, a participação das pessoas com deficiência também diminuiu, de 6,7% para 6,1%. (LONDON ASSEMBLY, 2010, p. 43)

Assim sendo, atividades que visam alavancar a participação esportiva, antes e depois dos Jogos, são vitais para os legados pós-evento. Caso contrário, o entusiasmo causado pelo evento em breve desaparece, uma vez que nenhum benefício em longo prazo é capaz de se sustentar sem planejamento igualmente de longo prazo (DAVIES, 2012; RITCHIE, 2000). O Comitê Olímpico Internacional (COI), em sua Carta Olímpica e seus manuais para cidades candidatas, enfatiza o potencial dos legados dos Jogos no sentido de aumento na participação popular em atividades esportivas e, conseqüentemente, na promoção dos valores positivos associados ao esporte e ao Movimento Olímpico. Assim, é fundamental investigar se esses legados estão de fato sendo alcançados por cidades-sede se quisermos compreender mais a fundo os benefícios intangíveis de sediar os Jogos Olímpicos. O objetivo desta pesquisa é contribuir neste sentido e investigar se a mensagem de vida saudável através do esporte está, de fato, atingindo a população do Rio de Janeiro ou, se pelo contrário, mais trabalho precisa ser feito para alcançar o tão desejado legado de participação esportiva.

Acreditamos também que o processo de realização dessa pesquisa tenha contribuído para a construção de uma melhor compreensão por parte dos participantes do projeto quanto aos impactos de se sediar megaeventos esportivos em sua cidade. Certamente os integrantes dos grupos focais e entrevistados estão mais bem informados sobre os legados propostos no programa dos Jogos Rio 2016 e estão também melhor equipados para exigir dos governos municipal, estadual e federal que as promessas feitas sejam de fato consolidadas e entregues aos habitantes do Rio de Janeiro. Esta pesquisa pretende ainda apresentar para a população da cidade uma discussão crítica quanto aos legados Olímpicos, especialmente no que diz respeito à participação em atividades de recreação, esporte e lazer. Ao refletir sobre os resultados apresentados, a comunidade vai encontrar base sólida para avaliar construtivamente estratégias políticas, planos de gestão e outras questões relacionadas com os Jogos Olímpicos na sua cidade. Esperamos ainda que o conhecimento aqui produzido e disseminado, possa exercer papel de influência sobre agentes políticos e gestores públicos e privados no sentido de permitir a implementação de políticas públicas alinhadas às necessidades e vontades da população carioca.

## REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura a seguir abrange diferentes aspectos relacionados ao tema da participação esportiva nos Jogos Olímpicos. Primeiro, iremos discutir como o conceito de legado dos Jogos Olímpicos evoluiu no discurso acadêmico e não acadêmico. Em seguida, nos concentraremos em um legado específico dos Jogos Olímpicos – a participação esportiva – apresentando uma revisão de estudos anteriores neste campo. Posteriormente, passaremos a discutir as políticas de esporte, em particular no contexto brasileiro, a fim de apresentar ao leitor os conceitos centrais de nosso estudo.

### Legado dos Jogos Olímpicos

O conceito de legado tornou-se recorrente em discussões acadêmicas e não acadêmicas na esfera dos megaeventos esportivos a partir do início do século XXI. Sua predominância atual pode ser atribuída ao recente (e crescente) valor agregado pelo COI aos supostos legados positivos que os Jogos Olímpicos deixam para as cidades-sede. Em 2003, a missão de "promover um legado positivo dos Jogos Olímpicos para as cidades- e países-sede" (COI, 2011, p. 15) foi oficialmente apresentada como a 14<sup>a</sup> missão do COI (CHAPPELET, 2008), e a partir de então se pavimentou o caminho para todas as seguintes cidades candidatas melhor considerarem não apenas os impactos dos Jogos em suas comunidades, como também a melhor forma de aproveitar oportunidades para desenvolver, em longo prazo, áreas além da infraestrutura.

O legado de megaeventos esportivos tem sido um conceito difícil de definir (CORNELISSEN; BOB; SWART, 2011). Em vista disso, Preuss (2007) tentou apresentar uma maneira de conceituar e mensurar tal fenômeno. Para este autor, "independentemente do tempo de realização e do espaço onde se manifesta, legado é tudo aquilo planejado e não planejado, estruturas positivas e negativas, tangíveis e intangíveis, criada por e para um evento esportivo específico que permanece por mais tempo do que o evento em si" (PREUSS, 2007, p. 211). Na nossa perspectiva, esta tentativa de conceituar legados apresenta dois problemas: 1) reduzindo o conceito de legado para "estruturas criadas por e para um evento esportivo" pode-se facilmente ignorar as mudanças culturais e processuais, bem como as mudanças desencadeadas pela realização de tais eventos; e 2) esta abordagem apresenta uma conceituação que é adequada principalmente àqueles que estão interessados em medir 'impactos', e, portanto, está sujeita a ignorar processos e mudanças complexas de se aferir ou fatos representativos de características imensuráveis em termos quantitativos.

Mais recentemente, Gratton e Preuss (2008) buscaram aprofundar a definição acima argumentando que existem três dimensões centrais de legados: o grau de estrutura planejada, o grau de estrutura positiva e o grau de estrutura quantificável. 'Estrutura', neste caso, diz respeito à infraestrutura, conhecimento, imagem, emoções, redes sociais e culturais criados, produzidos e afetados pelo evento. Sua definição de legado, no entanto, permaneceu a mesma e, portanto, ainda não é capaz de retratar adequadamente as complexidades envolvidas na mensuração de tal fenômeno, assim como na exatidão destas avaliações. Não consegue tampouco incorporar as complexidades dos contextos socioculturais em que estes legados estão inseridos.

Aqui optamos por utilizar uma abordagem que entende legados como mais do que impactos facilmente mensuráveis, mas sim como os resultados e mudanças, sejam eles positivos ou

negativos, de curto ou longo prazo, para arranjos estruturais, processuais e culturais de dada sociedade impactada pela realização de um megaevento esportivo. Seguimos a noção Poynter de que "o legado refere-se ao *desenvolvimento* econômico, social, ambiental e cultural de uma cidade-sede" (2009, p. 3, grifo nosso), sendo diferente de "impacto", que se concentra principalmente sobre a relação de custos e benefícios do evento (em qualquer área que seja), mas não sobre os novos desenvolvimentos que podem evoluir a partir destes "impactos" ao longo do tempo. Além disso, concordamos com Cornelissen et al. (2011) quando afirmam que os legados devem ser avaliados por seu alcance de longo prazo, pelo menos 20 anos após o evento terminar. É, portanto, um conceito mais amplo e complexo que pode incluir múltiplas dimensões, tangíveis e intangíveis, e que permite a explicação e análise das condições sociais, econômicas e culturais de uma época (POYNTER; MACRURY, 2009).

### **Participação Esportiva como Legado dos Jogos Olímpicos**

Como o objetivo principal do Movimento Olímpico é "contribuir para a construção de um mundo pacífico e melhor através da educação de jovens pelo esporte" (IOC, 2011, p. 13), um legado importante a considerar é o legado de participação esportiva, agora comumente encontrado em dossiês de candidatura Olímpicos (MINNAERT, 2012). Embora o legado de participação esportiva dos Jogos Olímpicos tenha sido considerado em anos anteriores, esforços claros para aproveitar essa oportunidade para estimular a participação em esportes são recentes. O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Londres de 2012 (LOCOG) é considerado o primeiro a desenvolver um plano especificamente elaborado com o intuito de aumentar as taxas de atividade física e participação esportiva em Londres e outras partes do país, usando os Jogos Olímpicos como um catalisador para a mudança (WEED et al., 2009). No documento de candidatura de Londres 2012, três das quatro prioridades declaradas do evento estavam diretamente relacionadas com o esporte, dois deles com foco claro no aumento das taxas de participação: "impulsionar a paixão de Londres pelo esporte" e "a criação de um legado para transformar o esporte no Reino Unido" (LONDON 2012, 2004, p. 15). No documento "*Respostas ao questionário para cidades pleiteando o direito de participar do processo de candidatura à sede dos Jogos das XXX Olimpíadas e dos Jogos Paraolímpicos de 2012*", o LOCOG afirmou que a realização do evento "aumentaria a prática esportiva em Londres e no Reino Unido para sempre" (LONDON 2012, 2004, p. 1), numa demonstração clara do foco inédito na prática esportiva como legado de longo prazo. Estes objetivos ambiciosos foram mantidos ao longo de toda a preparação para o evento e, de fato, estão ainda muito vivos hoje, após o evento, apesar de o Departamento do Reino Unido para Cultura, Mídia e Esporte (DCMS) ter reconhecido em 2007 (HOUSE OF COMMONS, 2007, p. 37) que "nenhum país anfitrião foi ainda capaz de demonstrar um benefício direto dos Jogos Olímpicos na forma de um aumento duradouro na participação esportiva."

Assim sendo, no Sistema de Avaliação de Legados adotado pelo DCMS, o quesito "esporte e atividade física" surge como o primeiro dos quatro critérios integrantes dos chamados "grupos de resultados" nos quais áreas específicas de avaliação são definidas. Tal posicionamento destaca a importância que o Governo do Reino Unido, juntamente com o LOCOG, depositou no desenvolvimento da prática esportiva como legado dos Jogos Olímpicos. Os esforços do Governo do Reino Unido são exemplos dentro desta nova tentativa de alavancar a prática esportiva como legado dos Jogos, não só por seu caráter inovador em relação ao foco central no legado esportivo, mas também devido ao seu compromisso de longo prazo. Após o encerramento dos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, o governo inglês manteve o foco na tentativa de construção e

entrega de legados de desenvolvimento do esporte para a população, e, apesar de avaliações críticas do que foi realizado até o momento (c.f. GIRGINOV; HILLS, 2008; HUGHES, 2012), é inegável que estes são esforços pioneiros na história dos Jogos Olímpicos (WEED et al., 2009). Após o encerramento dos Jogos, o Ministro do Esporte e Turismo, Hugh Robertson, divulgou uma Declaração Ministerial (DCMS, 2012, p. 1) apresentando um plano de legados esportivos composto por 10 pontos para "cumprir o compromisso de inspirar uma geração e garantir um legado duradouro".

Como estes são acontecimentos recentes, é difícil indicar a sua eficiência. Além disso, não está dentro do objetivo do presente estudo a análise dos esforços de Londres nesse sentido (para uma análise mais abrangente do programa de legados esportivos de Londres 2012, ver BULLOUGH, 2012; KEECH, 2012; HUGHES, 2012). Contudo, os números iniciais não parecem promissores: segundo pesquisa realizada pela organização inglesa Sport and Recreation Alliance (Aliança de Esporte e Lazer), 75% dos clubes esportivos comunitários acredita que o governo não fez o suficiente para promover o esporte no país (SPORT AND RECREATION ALLIANCE, 2012), embora mais de 80% ainda espere aumento na participação após os Jogos. De acordo com o mesmo estudo, que entrevistou 475 trabalhadores voluntários do esporte no Reino Unido, mais de 65% dos entrevistados afirmaram que não se beneficiaram com Jogos de 2012, embora mais de 40% tenha percebido um aumento no número de filiados a clubes desde os Jogos, resultado que deve ser analisado com cuidado, uma vez que a pesquisa foi realizada apenas algumas semanas após o término do evento. De qualquer modo, a constatação de que mais da metade da população entrevistada indicou que o governo havia feito pouco no sentido de se construir um efetivo legado de participação esportiva para a comunidade é ainda considerável.

Neste sentido, é interessante rever os questionamentos provocativos de Coalter (2004, p. 93) com relação ao "modelo de mudança de comportamento" que muitas vezes sustenta afirmativas de que legados de participação esportiva sejam alcançados a partir da realização de megaeventos esportivos:

Está se sugerindo um crescimento na participação como resultado da cobertura massiva dos Jogos Olímpicos pelos meios de comunicação? Está se presumindo que atletas de alto rendimento servem de modelo e incentivam a participação esportiva na população? Está se assumindo que a cobertura de esportes específicos vai aumentar sua popularidade (embora muitos esportes Olímpicos sejam altamente técnicos e/ou modalidades praticadas por uma minoria)? Por que se está assumindo que grupos tradicionalmente não participantes passarão a participar, permitindo assim que a nação torne-se mais saudável? Já que a maioria dos espectadores dos Jogos vai assisti-lo pela televisão, o que existe de específico sobre os Jogos de Londres?

Como mencionado anteriormente, parece claro que cidades-sede anteriores a 2012 tinham como verdadeiras uma ou mais das premissas acima, ou simplesmente não deram o devido valor aos Jogos Olímpicos como catalisadores de mudanças no campo da participação esportiva. O documento de candidatura de Pequim 2008, por exemplo, não faz referência a legados específicos de participação esportiva, a não ser menções isoladas a esportes em geral, como parte de outros objetivos. No tema 'Olimpismo e Cultura', por exemplo, o esporte é mencionado como um dos três pilares Olímpicos para educação da juventude chinesa. Programas para alcançar tal objetivo são apresentados na subseção "Comunicações e Programas Educacionais", que lista os "ingredientes-chave" destes programas como sendo: 1) a ampla divulgação dos ideais Olímpicos

através da mídia, de instituições acadêmicas e de pesquisa, de eventos e um programa de fitness em todo o país – que não é apresentado em mais detalhes; 2) a promoção do Olimpismo através da educação escolar; 3) palestras públicas sobre os Jogos Olímpicos e temas relacionados; e 4) implementação de um programa de educação de atletas. Embora haja menção a um programa para aumentar a participação da atividade física nos chamados “ingredientes-chave”, a referência é no máximo superficial e nenhuma outra informação é fornecida ao longo do documento. Referência é feita às instalações esportivas como legados para o esporte no país, particularmente no volume 3, onde detalhes sobre as competições são fornecidos, bem como alguma menção à ideia dos Jogos Olímpicos como fornecedores de inspiração para “uma nova geração de jovens atletas da China e ao redor do mundo” (BEIJING 2000a, p. 9), mas não há planos ou estratégias claras. Outro documento oficial dos Jogos Olímpicos de Pequim 2008, *Nova Pequim, Grandes Jogos Olímpicos: Destaques da candidatura Olímpica de Pequim* (BOBICO, 2007), não menciona a participação esportiva em momento algum, e o documento *Respostas ao Questionário* (BEIJING 2008, 2000b) do Comitê Organizador de Pequim não inclui legados de qualquer tipo. Parece, portanto, razoável supor que a candidatura de Pequim, no que diz respeito a legados de participação esportiva, estava operando sob um dos “modelos” descritos acima por Coalter (2004).

Esta falta de foco nos legados voltados para o desenvolvimento da participação esportiva por parte de cidades-sede e candidatas anteriores aos Jogos Olímpicos de 2012, no entanto, não é surpreendente, mesmo levando-se em conta sua importância para o Movimento Olímpico. Até o início de 2000, o COI não havia dado suficiente ênfase, ao avaliar as cidades candidatas, no planejamento dos legados Olímpicos de um modo geral, muito menos de legados intangíveis e de difícil mensuração, como é o caso dos legados de participação esportiva. Com a criação do Olympic Games Impact Study (OGI - Estudo de Impacto dos Jogos Olímpicos) pelo COI, um maior valor passou a ser atribuído aos impactos dos Jogos, agora oficial e obrigatoriamente medidos em longo prazo (IOC, 2010). No entanto, como o título do instrumento confirma, parece haver um foco maior nos impactos e menor sobre os legados, apesar da natureza longitudinal exigida pelo estudo (12 anos, iniciados dois anos antes da eleição da cidade-sede e finalizados três anos após o encerramento do evento). Isto pode ser atribuído à ênfase em proporcionar às futuras cidades-sede uma base de conhecimento para o desenvolvimento e planejamento de suas estratégias de gestão e, portanto, priorizando a preparação e entrega dos Jogos. Pode ser também atribuído ao fato de que as obrigações contratuais das cidades-sede com o COI acabem logo após o encerramento do evento, o que torna quase impossível para o Comitê Olímpico Internacional exigir uma avaliação de legados de longo prazo. De qualquer forma, é uma medida extremamente importante do COI “para desenvolver o potencial de criação de impactos positivos e também para promover os objetivos da Comissão de Estudos Olímpicos [...] para lidar com o aumento do porte e popularidade dos Jogos e os problemas advindos deste gigantismo” (CASHMAN, 2006, p. 17).

Da mesma forma que a maioria dos tópicos incluídos no OGI, não existe qualquer obrigatoriedade de avaliação de impacto dos Jogos no que diz respeito à participação esportiva, seja no alto rendimento seja em nível populacional. O tema *Esporte para Todos e Esporte de Alto Rendimento* é dividido em seis áreas nos parâmetros de avaliação do OGI, que compreendem: 1) esporte e atividade física, 2) educação física e esporte escolar, 3) instalações desportivas, 4) atletas de alto rendimento, 5) hospedagem de grandes eventos esportivos, e 6) os estudos de caso e boas práticas (IOC, 2010). Assim sendo, abrange áreas significativas no campo da participação esportiva, porém é limitado no que se refere à avaliação em longo prazo das políticas e estratégias para

alcançar o objetivo principal de aumentar as taxas de participação esportiva. O tipo de dados necessários, na maioria dos casos, requer apenas medidas quantitativas, com pouca ou nenhuma menção de análise qualitativa das ações que estão sendo implementadas pela cidade-sede para aumentar a participação no esporte. Portanto, além de ser um instrumento relativamente novo (em funcionamento apenas a partir dos Jogos Olímpicos de Inverno de Vancouver, em 2010) e, conseqüentemente, funcionando apenas recentemente como mecanismo de persuasão para a criação (por parte das cidades-sede) de programas mais eficientes voltados para o desenvolvimento e gerenciamento de impactos dos Jogos, tal instrumento não se caracteriza como verdadeira ferramenta de investigação quanto a qualidade e estabilidade em longo prazo das ações e estratégias para o desenvolvimento, essencialmente sustentável, dos legados e impactos positivos dos Jogos Olímpicos para as cidades anfitriãs. É, no entanto, um avanço bem-vindo que se soma às responsabilidades contratuais dos Comitês de Organização dos Jogos Olímpicos (OCOGs) das cidades-sede, no que diz respeito a possibilitar maior prestação de contas quanto aos benefícios de tais eventos para as populações locais.

Pesquisas acadêmicas neste campo também são recentes e confirmam a falta de ênfase em estratégias claras e eficientes para proporcionar um aumento efetivo da participação esportiva a partir dos Jogos Olímpicos. Isto ocorre apesar da afirmação de Frawley e Cush (2011, p. 65) de que “governos frequentemente justificam os investimento em tais eventos por se constituírem em mecanismos capazes de oferecer incentivos às populações para que se tornem mais ativas fisicamente através de maior engajamento em práticas esportivas”. Dong e Mangan (2008) concordam e sugerem que os Jogos Olímpicos de Pequim beneficiaram jovens através do aumento na participação esportiva, embora estes autores não forneçam evidências para sustentar tal afirmação. Smith e Fox (2007) também argumentam que grandes eventos esportivos, como o Commonwealth Games de 2002, em Manchester, têm potencial para atingir grupos normalmente mais resistentes e, portanto, podem ajudar na promoção do acesso de não participantes em esporte e atividade física. No entanto, tais alegações não foram apoiadas por evidências empíricas, confirmando a conclusão de Weed et al. (2007) de que o aumento nos níveis de participação em esportes e atividade física como consequência da realização dos Jogos Olímpicos não foi ainda empiricamente demonstrado. Nesta linha, Cornelissen et al. (2011) afirmam que uma investigação prévia sobre a Copa do Mundo de Futebol de 2010, na África do Sul, sugere que o legado de desenvolvimento do esporte foi potencialmente negativo, com a expectativa de agravamento das desigualdades entre atletas de elite e as equipes de base de futebol, além de nenhum impacto sobre o futebol feminino. Pesquisa pós Copa 2010, de acordo com os autores, demonstrou que a maioria dos projetos voltados para o desenvolvimento do esporte foi de curta duração e, portanto, ineficazes na promoção de uma maior participação entre a população da África do Sul. Anteriormente, comentando sobre os Jogos Olímpicos de 2000, em Sydney, Toohey (2008, p. 1960) afirmou que era “impossível concluir que os Jogos de 2000 deixaram um legado de ‘esporte para todos’ na Austrália” e que “o impacto mais substancial de participação esportiva relacionada [a Sydney 2000] foi o aumento na participação passiva, como de espectadores ao vivo e pela televisão”.

À luz destes resultados recorrentes, Girginov e Hills (2008) argumentam que, para alcançar um legado de participação esportiva sustentável, uma abordagem orientada para o processo se faz necessária, e Coalter (2004) indica que, geralmente, os que já estão envolvidos no esporte são aqueles que apresentam maior crescimento na participação a partir de megaeventos esportivos. Ademais, Girginov e Hills (2009, p 168.) apontam que:

[...] Diferentes esportes e organizações esportivas terão diferentes capacidades de se envolver com os diferentes aspectos dos legados esportivos e, portanto, não podem ser tratados como uma entidade singular. Da mesma forma, o [objetivo] de inspirar uma nova geração de jovens a participar de atividades físicas vai encontrar diferentes manifestações em diferentes setores do esporte.

Desta forma, ações nesse sentido, vindas de organizadores de eventos, políticos, gestores públicos e outros atores, são necessárias para desenvolver uma estratégia capaz de atrair a população em geral, ou produzir e promover objetivos mais realistas a esse respeito.

É significativo apontar também que a maior parte da literatura acadêmica na área se baseia em evidências incidentais, com pouco trabalho empírico que tente avaliar ou demonstrar o efeito na “vida real” causado por grandes eventos esportivos, em particular os Jogos Olímpicos, sobre os padrões de participação esportiva das populações de cidades-sede (EAST LONDON RESEARCH INSTITUTE, 2007). Defendemos, portanto, que, além de medidas quantitativas de participação em atividade física, como a *Pesquisa de Pessoas Ativas*, conduzida pelo instituto *Sport England* (2012), estudos qualitativos também são necessários, particularmente aqueles que envolvem os principais grupos de interesse, para investigar suas percepções e ideias. As experiências vividas, exploradas em estudos qualitativos, são fontes valiosas para identificar não só a eficiência desses eventos no aumento das taxas de participação esportiva, mas também questões de planejamento para este fim. Neste contexto, é importante ter em mente que megaeventos esportivos não são “uma pílula mágica para aumentar a participação em atividade física e no esporte, ou para incentivar comportamentos positivos para a saúde” (WEED et al., 2009, p. 58). Eles podem, no entanto, contribuir para o incremento dos níveis de participação em atividade física, se forem cuidadosamente considerados como um entre uma série de fatores contidos em um conjunto de interações complexas ainda não bem compreendidas” (WEED et al., 2009, p. 58).

Conclui-se, portanto, que legados esportivos só podem ser alcançados através do planejamento e execução de políticas consistentes com o objetivo de promover, facilitar e incentivar a participação em atividade física entre a população em geral. Nesse sentido, os Jogos Olímpicos podem funcionar como mecanismo incentivador, capaz de atingir diferentes aspectos da sociedade. Assim, é fundamental investigar como as políticas públicas voltadas para o esporte no Brasil se posicionam na tentativa de atingir a meta de aumentar as taxas de participação em esporte e atividade física, no contexto dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro.

### **Políticas Públicas para Participação em Esportes e Atividade Física**

Políticas públicas são ações estruturadas por organizações governamentais, setores não governamentais e instituições privadas, que pretendem atingir metas a partir de estratégias específicas. As políticas públicas determinam como o ambiente deve ser modificado para se obter os resultados desejados e definem as responsabilidades dos atores envolvidos, bem como a alocação de recursos (SCHOPPE; BAUMAN; BULL, 2004). Milio (2001) observa que políticas públicas podem ser formais ou legais, e Schoppe et al. (2004) acrescentam que políticas públicas podem ser expressas de forma escrita (tais como em legislações e outros documentos) ou de forma não escrita, por exemplo, através de programas.

Pesquisas mostram que as políticas públicas referentes à atividade física são importantes para o desenvolvimento de estratégias que visam à diminuição da crescente tendência moderna de

estilos de vida sedentários, uma vez que estratégias voltadas para mudanças comportamentais individuais proporcionam pouco efeito sobre os níveis de envolvimento em atividades físicas por parte da população (OWEN; HUMPEL; LESLIE; BAUMAN; SALLIS, 2004; SALLIS et al., 2006). Autores como Schoppe et al. (2004) inferem que o impacto das políticas públicas voltadas para atividade física é influenciado por diversos setores, como aqueles ligados à saúde, ao esporte e lazer e à educação, bem como os transportes, o meio ambiente e a economia.

Assim, políticas públicas de esportes e atividade física podem ser entendidas como uma declaração formal em que esporte e atividade física são tratados como prioridades, determinando alvos específicos da população bem como fornecendo um plano específico de ação. Essas ações determinam os procedimentos de instituições nos setores governamentais, não governamentais e privados para a promoção do esporte e da atividade física para a população e definem as responsabilidades dos parceiros envolvidos.

A promoção de esportes e atividades físicas aparece com frequência na agenda de políticas públicas brasileiras desde o início do século XX. Inicialmente guiados por ideais eugênicos e higienistas (MELO, 2005b), no final da década de 1930, com o primeiro regime militar brasileiro, o foco voltava-se para esportes competitivos, especialmente o futebol (BUENO, 2008) como fonte de diversão e espetáculo para a população – a infame abordagem “pão e circo” (MURPHY; BAUMAN, 2007; PECENIN, 2008; SOARES FILHO, 2010). A educação física escolar também foi enfatizada, mas o currículo foi quase que totalmente direcionado para esportes competitivos e para a construção de cidadãos mais fortes, ajustados ao caráter militar do governo da época. Além disso, esse foi o primeiro momento na história do Brasil em que o Estado tornou-se totalmente responsável por regular e controlar entidades esportivas (Deccache-Maia, 2006), uma ação motivada pelo reconhecimento da importância do esporte como instrumento legitimador da ideologia dominante, neste caso, o projeto do governo militar brasileiro (BUENO, 2008). Este modelo de controle e regulamentação estatal ainda predomina no Brasil contemporâneo (KNIJNIK; TAVARES, 2012).

Desde então, as políticas públicas brasileiras voltadas para atividade física, recreação, esporte e atividades de lazer, de uma forma geral, se reduzem às políticas de prática esportiva competitiva (MELO, 2005b), até muito recentemente, quando a relação entre atividade física e saúde começou a ser defendida por diferentes segmentos da sociedade (PERES; BODSTEIN; RAMOS; MARCONDES, 2005). Esta discreta mudança de abordagem, no entanto, não tem sido capaz de minimizar a predominância da competição como foco das políticas públicas de esportes no Brasil, ou o discurso dominante da sociedade brasileira, segundo o qual atividade física, lazer e recreação significam o mesmo que esporte em geral.

A inclusão, na Constituição Brasileira de 1988, do esporte como um direito social foi um passo importante na democratização do acesso à atividade física e ao esporte. A elevação do *status* do lazer e do esporte como direitos sociais, ao lado de saúde, educação e habitação, no texto final da Constituição de 1988, foi, certamente, uma consequência do processo de democratização em curso no Brasil da época, após 20 anos de ditadura militar. Melo (2005b) argumenta que, como consequência deste ato, o direito ao esporte tornou-se também parte das demandas populares e, assim sendo, a criação e/ou expansão de programas de esporte e lazer tornou-se parte da agenda de direitos da população. O problema, no entanto, reside na operacionalização desse direito constitucional e no desenvolvimento de políticas públicas que de fato contribuam para tornar esse

direito efetivamente acessível a todos. No Brasil, essa tarefa tem-se revelado particularmente difícil, com a promoção de políticas públicas de esporte e lazer mantendo sua posição marginal dentro de um contexto político que prioriza políticas socioeconômicas de resultado imediato (WERLE, 2010).

De acordo com Brust, Baggio e Saldanha Filho (2006), nos últimos anos as políticas públicas de esporte e lazer têm estado cada vez mais presentes no discurso político brasileiro, a fim de atender a uma demanda por oportunidades e melhoria do acesso ao esporte e lazer pela população urbana. Isto se evidencia, por exemplo, na criação, em 2003, do Ministério do Esporte no governo federal, com dotação orçamentária anual própria, que frequentemente corresponde ou até supera a de outras pastas mais tradicionais, como a Cultura e até mesmo Segurança (ALMEIDA, 2010). Apesar dessa tendência, a implementação de políticas públicas de esporte e lazer não tem sido, na maioria dos casos, eficaz, particularmente se os investimentos são analisados para além do financiamento de eventos esportivos (SAWITZKI, 2012). Melo (2005b) argumenta que os conflitos entre órgãos da administração pública, que teoricamente se distanciaram do discurso do alto rendimento adotando uma abordagem mais populista para o desenvolvimento de políticas de esporte, podem ser parcialmente culpados por esta situação. Embora o foco das políticas públicas de esporte tenha se deslocado para proporcionar oportunidades mais “democráticas”, particularmente nos últimos dez anos sob a administração do Partido dos Trabalhadores (PT), na prática a cultura arraigada de associação de desenvolvimento na área de esportes com conquistas de “medalhas de ouro” tem dificultado uma mudança efetiva na ação e instalação de políticas acessíveis e transformadoras bem sucedidas. Além disso, embora a demanda popular por mais ações governamentais nesse campo tenha aumentado, dentro de um contexto de altos níveis de pobreza e falta de acesso a outros direitos básicos (saúde, habitação, educação), políticas públicas de lazer e esportes ainda não são priorizadas por grupos comunitários na luta por seus direitos (AMARAL, 2005).

Mesmo cercado pelas barreiras administrativas acima referidas, os departamentos de esportes dentro dos governos federal, estadual e municipal ainda são os principais órgãos responsáveis pelo estabelecimento e financiamento de ações concretas destinadas ao aumento da participação esportiva por parte da população brasileira. Estas agências geralmente são responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas de esporte e atividade física, construção e manutenção de instalações esportivas públicas, bem como apoio a eventos esportivos e atletas. Desde a segunda metade da década de 2000, com a série de grandes eventos esportivos sendo promovidos no Brasil, e, particularmente, no Rio de Janeiro, os investimentos em novos equipamentos, especialmente grandes e modernos estádios e instalações esportivas, são cada vez maiores. Estes investimentos, no entanto, são facilmente percebidos não apenas por sua grande escala, mas também devido às controvérsias que normalmente os acompanham: queixas formais de peculato, superfaturamento, privatização de infraestrutura financiada com verbas públicas e a criação dos chamados “elefantes brancos” são alguns dos problemas levantados recorrentemente pela mídia brasileira, grupos de ativistas e acadêmicos que estudam o assunto (BEHNKEN; GODOY, 2009; BENEDICTO, 2009; MASCARENHAS; BORGES, 2009; REIS; DACOSTA, 2012).

Menos aparentes que os investimentos em infraestrutura são as políticas voltadas para o que pode ser chamado de “esporte para todos”, ou a execução de ações que levam o esporte, se não a todos os segmentos da população, pelo menos para aqueles que são mais necessitados

(MARCELLINO, 2001). É a essas políticas que voltamos nossa atenção ao apresentar os resultados do estudo.

### **Rio 2016 e os Legados de Participação Esportiva**

Projetos anteriores apresentados pelo Brasil na tentativa de sediar os Jogos Olímpicos não destinaram muita atenção aos possíveis legados referentes à participação esportiva, limitando-se a mencionar políticas públicas de esporte. Por exemplo, a tentativa, em 1991, de Brasília, capital do país, sediar os Jogos Olímpicos de 2000, incluiu a subseção "características nacionais e internacionais" que discutia o contexto político brasileiro no esporte, incluindo o que foi apresentado como planos em andamento para a oferta de melhores oportunidades de participação esportiva a crianças e jovens (COMISSÃO PRÓ-BRASÍLIA 2000, 1991). O texto é evasivo e curto, demonstrando a falta de importância destinada ao tema dentre outras prioridades.

A candidatura seguinte lançada por uma cidade brasileira veio do Rio de Janeiro, em 2004, visando os Jogos de 2012, foi infrutífera. Seguiu-se então a candidatura bem sucedida da cidade para sediar os Jogos Pan-americanos de 2007. Desta vez, em um documento mais detalhado, várias menções foram feitas aos legados de forma geral, mas nenhuma explicitamente relacionada ao desenvolvimento do esporte. Na verdade, o termo foi usado muito vagamente e o documento não apresentava nenhuma indicação clara de planos e estratégias reais para utilizar os Jogos como ferramenta de desenvolvimento para nada além de reformas infraestruturais (RIO 2012, 2004).

No caso particular dos Jogos Rio 2016, o livro de candidatura destaca a grande oportunidade que a realização dos Jogos Olímpicos no Rio oferece à sociedade brasileira, principalmente aos cariocas, de alcançar significativas melhorias na qualidade de vida da população jovem através do aumento nas taxas de participação esportiva (RIO 2016, 2009). Além disso, o documento afirma que os programas de esporte para a juventude baseados nos "valores olímpicos" podem ser uma poderosa ferramenta de inclusão social e educação e, portanto, serão priorizados pelo Comitê Organizador como um legado dos Jogos Olímpicos. De fato, duas das cinco principais estratégias identificadas no livro de candidatura envolvem legados de participação esportiva. Mais significativamente, dos quatro principais legados planejados e apresentados no documento, dois estão diretamente relacionados à participação esportiva. O principal deles, o "legado para o esporte", é o único a receber uma subseção com uma explicação pormenorizada sobre os tipos de legado vislumbrados. Curiosamente, todos os "legados para o esporte" mencionados nesta seção do documento referem-se à participação em esporte de alto rendimento (RIO 2016, 2009), reforçando a restrita visão (política brasileira) do que é participação esportiva. Os benefícios da participação em massa em esportes e atividade física, tão promovidos e apregoados pelo COI (2008, 2011), particularmente através do Programa *Sport for All*, foram desconsiderados.

Este foco no esporte de alto rendimento pode ser explicado pela característica do comitê organizador em si, composto principalmente por membros do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Essa organização recebe grandes somas de dinheiro público (através de fundos da loteria e leis de incentivo ao esporte) para investir em programas esportivos, porém os esforços são, em sua maioria, orientados para o treinamento de atletas de alto rendimento. Os outros principais investimentos feitos pelo COB são direcionados às Olimpíadas Escolares e aos Jogos Universitários Brasileiros, que são como "mini-Jogos Olímpicos" entre escolas e universidades de todo o país.

Mais uma vez, apesar de atingir um grupo amplo da sociedade, estes eventos se caracterizam por sua natureza altamente competitiva e foco em alta performance, além de, no final das contas, atingir principalmente aquelas crianças e jovens já envolvidos em práticas esportivas (muitas vezes em alto rendimento) fora da escola e/ou universidade (ALMEIDA; MARCHI JR., 2012).

Outras instituições no Brasil com a missão de promover o esporte e a prática de atividade física são as secretarias de esporte encontrados na maioria dos municípios e em todos os governos estaduais, bem como o Ministério do Esporte, sendo este o maior órgão do país para assuntos relacionados ao esporte e à promoção e desenvolvimento de políticas de participação esportiva.

Há, no entanto, dois novos órgãos públicos que foram criados especificamente para a realização do Rio 2016: a Autoridade Pública Olímpica (APO) e a Empresa Olímpica Municipal (EOM). A APO foi criada através de um ato do governo federal no primeiro semestre de 2011 tendo como missão:

[...] coordenar a participação da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos de 2016, especialmente para assegurar o cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional e com o Comitê Paralímpico Internacional para esses fins (APO, 2013, s/p).

A partir de sua declaração de missão oficial, fica claro que o objetivo da APO não é desenvolver estratégias ou políticas públicas, e sim acompanhar o trabalho feito pelos diferentes níveis de governo a fim de assegurar que as obrigações contratuais sejam cumpridas. Seu mandato de "coordenação", no entanto, pode ajudar a reunir os diferentes níveis de governo para que trabalhem em cooperação para atingir os mesmos objetivos, um dos quais pode ser o aumento na participação esportiva no Rio de Janeiro. Infelizmente, as ações até agora têm sido lentas e, em meados de 2012, quando visitamos a APO, menos de um terço do pessoal inicialmente previsto havia sido contratado e o orçamento para os diferentes departamentos dentro da APO ainda não havia sido finalizado (equipe APO, comunicação pessoal, 30 de abril de 2012).

A EOM também foi criada em 2011, desta vez através de um ato do governo municipal, e seu papel é "coordenar a execução das atividades e projetos municipais relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016" (EMPRESA OLÍMPICA MUNICIPAL, 2012, s/p). Há nove projetos sob sua responsabilidade, três deles caracterizados como projetos de "desenvolvimento social". Dentre estes três, um se concentra em participação esportiva: *Rio em Forma Olímpico*, que será apresentado em detalhes mais adiante neste relatório.

Há ainda um outro projeto sob a égide da EOM que pode ser associado à promoção da participação esportiva: o Parque Madureira, inaugurado em junho de 2012, que vem recebendo grande adesão da população local. O parque, que abrange 93.000 m<sup>2</sup>, tem quadras de voleibol e basquetebol, campos de futebol, ciclovia e uma pista de skate, entre outras estruturas. O Parque Madureira localiza-se na zona norte da cidade, onde níveis mais baixos de renda e inclusão social são encontrados, e em uma região com alta densidade populacional e espaços superlotados. É, portanto, uma contribuição significativa para o lazer e a prática esportiva na região, caracterizada pela carência de oportunidades e espaços destinados à prática de atividade física.

Embora estas sejam contribuições certamente bem-vindas, parece-nos que o foco, mais uma vez, reside na reforma infraestrutural, com 15 dos 18 projetos sendo nesta área. Além disso, os

projetos tem data estabelecida para serem encerrados: 2016, após os Jogos Olímpicos. Desta forma, os poucos projetos sociais implementados são, claramente, de curto prazo, e não parte integrante de uma política ampla e duradora, que trate participação esportiva como um elemento fundamental do tecido social da cidade e um direito constitucional da população. Na verdade, os valores e os ideais Olímpicos não são sequer mencionados nos documentos disponibilizados no sítio oficial da EOM (EMPRESA OLÍMPICA MUNICIPAL, 2012). Mesmo o *Rio em Forma Olímpico*, projeto dedicado especificamente à participação esportiva, não trata o esporte como meio para o desenvolvimento humano, saúde e educação, numa demonstração de falta de direcionamento para os potenciais benefícios que tais programas são capazes de proporcionar, caso fossem tratados como parte de ações governamentais de longo prazo e não como programas pontuais.

A fim de melhor avaliar a eficácia destes e de outros programas implementados por organizações públicas para fomentar a participação esportiva de jovens de comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro, bem como para identificar as expectativas dos membros destas comunidades sobre os legados de participação esportiva dos Jogos Rio 2016, iremos agora detalhar os procedimentos tomados para alcançar tais objetivos.

## METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido usando estudos de caso (YIN, 1981), a partir de quatro instalações esportivas do mesmo programa do governo municipal, as Vilas Olímpicas do Rio de Janeiro. O foco foi nos desafios e problemas enfrentados pelos usuários destes equipamentos no contexto da chamada "década do esporte" (SILVA; PIRES, 2009). As Vilas Olímpicas estão todas localizadas em comunidades de baixa renda dentro dos limites do município do Rio de Janeiro. Além delas, o bairro Cidade de Deus, localizado próximo a uma das Vilas investigadas e às futuras instalações do Parque Olímpico dos Jogos Rio 2016, foi estudado em mais detalhe. Essa escolha se deu devido à sua posição singular na geografia da cidade e também ao desejo de aprofundar o estudo. Uma investigação de todos os programas esportivos financiados com verbas públicas oferecidos nesta comunidade foi incluída na análise a fim de proporcionar uma visão mais ampla das oportunidades esportivas disponíveis para crianças e jovens em comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro.

O uso de estudos de caso se justifica aqui por nossa intenção de analisar "um fenômeno contemporâneo em seu contexto de vida real" (YIN, 1981, p. 59), que, no entanto, não é claramente distinto de seu amplo contexto social. Ao escolher tal abordagem não pretendemos apresentar conclusões generalizáveis, mas usar os resultados como oportunidade de aprender a partir de uma experiência particular embora reconhecendo suas contingências específicas. Como Flyvberg (2006) afirma, estudos de caso podem fornecer informações e ideias sobre os padrões de comportamento social e de sistemas que podem ser usados para informar a análise de outros casos. Além disso, seguindo o argumento de Gerring (2007, p. 1) "às vezes, um conhecimento profundo de um exemplo individual é mais útil do que o conhecimento superficial de um número maior de exemplos. Obtemos uma melhor compreensão do todo quando nos concentramos em uma parte chave".

O foco adicional em um bairro específico também pode ser justificado pela própria natureza do projeto. Como estamos investigando questões relacionadas ao acesso a programas públicos de esporte e atividade física em comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro, é preciso ter em mente que a pobreza, principalmente algumas de suas características, como o desemprego e os baixos níveis de educação, tem sido associada à imobilidade em cidades brasileiras (MOTTE-BAUMVOL; NASSI, 2012). Portanto, as oportunidades de envolvimento em esportes e atividades físicas para moradores de comunidades de baixa renda precisam ser de fácil acesso, a fim de serem atraentes e, portanto, eficazes. Além disso, a falta de oportunidades para a prática de esportes e atividade física perto de casa é uma razão conhecida para a não participação (HUMBERT et al., 2006; HUMPEL; OWEN; LESLIE, 2002; OWEN et al., 2004). O foco geográfico é, assim, novamente justificado.

Segundo Yin (1981, p. 58), estudos de caso geralmente usam evidências de "pesquisa de campo, documentos de arquivo, relatos verbais, observações, ou qualquer combinação destes". No presente estudo, utilizamos uma combinação de dados primários (colhidos através da realização de grupos focais com os membros participantes de cada Vila Olímpica selecionada); nossas experiências e observações pessoais; conversas informais com moradores, coordenadores e instrutores de esporte da comunidade; e dados secundários. Parte destes dados secundários, como documentos de orçamento, licitação e planejamento, foi proveniente de diferentes sítios da internet de ministérios e departamentos da administração pública brasileira. Outra parte foi

obtida junto ao Centro de Estudos Olímpicos na Suíça, tais como minutas da Diretoria Executiva do COI e do Manual Técnico de Estudos sobre o Impacto dos Jogos Olímpicos, dentre outros documentos do acervo do Centro.

Os dados primários focaram principalmente na identificação dos impactos percebidos e legados esportivos esperados por jovens em situação de risco no Rio de Janeiro, tendo os Jogos Olímpicos de 2016 como contexto. O uso da percepção de moradores como fonte de planejamento é considerado adequado durante os primeiros estágios de planejamento e gestão de eventos. Estudos de percepção têm sido amplamente utilizados em pesquisas de gestão de eventos e é reconhecido que a percepção de moradores quanto aos impactos de um evento, em especial um evento de grande escala como os Jogos Olímpicos, fornece informações que vão além de uma análise de custos e benefícios, apresentando uma compreensão mais fidedigna de quem se beneficia e de quem suporta os custos (Jeong & Faulkner, 1996). Tal visão se alinha melhor com uma análise de legados ao invés de impactos de curto prazo. Além disso, como Zhou e Ap (2009, p. 78-79) afirmam:

[...] as percepções e atitudes dos residentes sobre o impacto real dos Jogos Olímpicos são muitas vezes ignoradas, embora gestores, organizadores e governos de cidades-sede tenham sido repetidamente alertados a considerar os pontos de vista dos moradores e comunidades envolvidas para que esses eventos sejam de fato sustentáveis.

## O Contexto do Estudo

Antes de descrever os métodos de coleta de dados utilizados, é importante fornecer uma breve apresentação dos diferentes locais onde a presente pesquisa se desenvolveu.

### *Vilas Olímpicas*

O programa das Vilas Olímpicas é financiado pelo governo municipal<sup>2</sup> do Rio de Janeiro, com o objetivo de oferecer atividades física e esportivas para populações de baixa renda. O termo Vila Olímpica também é usado para designar o espaço físico onde o programa é executado, geralmente complexos esportivos construídos especificamente para este fim.

O público-alvo do Programa são crianças e adolescentes, mas as atividades oferecidas se estendem a adultos e idosos. A estrutura física e instalações disponíveis, a capacidade de atendimento e o número de pessoas que participam das atividades variam entre as diferentes Vilas, mas o objetivo principal do programa é comum a todas elas: proporcionar oportunidades de lazer e prática esportiva para populações de baixa renda. A capacidade de alunos participando ativamente do programa, ou seja, aqueles matriculados em atividades formais, limita-se a 3.500 indivíduos. Porém, as Vilas chegam a atender informalmente até 8.000 participantes.

Apesar de as instalações variarem entre as diferentes Vilas, a maioria delas inclui um ginásio poliesportivo coberto, quadras descobertas, um campo de futebol, uma piscina, sala para aulas de dança e artes marciais, pista de atletismo, cantina, vestiários e áreas de convivência. As condições

---

<sup>2</sup> Existem Vilas Olímpicas financiadas e administradas por outras instituições – ex. governo do Estado, ONGs – no Rio de Janeiro e outras localidades pelo Brasil. Nosso foco aqui é apenas no programa de Vilas Olímpicas da Prefeitura do Rio de Janeiro.

físicas das instalações também variam significativamente entre as Vilas, sendo algumas mais recentes e bem conservadas e outras vandalizadas e com pouca ou nenhuma manutenção.

As atividades são gratuitas e oferecidas, geralmente, quatro dias por semana, das sete da manhã às cinco da tarde. Para participar é necessário matricular-se e aguardar a disponibilidade de vagas, caso as turmas já estejam lotadas. As instalações também estão abertas durante os fins de semana, embora sem atividades formais ou supervisão. É quando trabalhadores adultos e suas famílias fazem uso das instalações como área de lazer, já que durante a semana o espaço é tipicamente utilizado por crianças e jovens matriculados em aulas e atividades formais. Algumas das atividades comumente oferecidas são atletismo, futebol, dança, artes marciais, capoeira, vôlei, natação, hidroginástica para adultos e idosos e ginástica localizada. Todas as aulas são ministradas por profissionais de educação física, frequentemente com a ajuda de estagiários, principalmente quando o número de inscritos nas turmas é elevado. Todas as Vilas têm um coordenador responsável pela administração diária de atividades e de pessoal, além de um coordenador de esportes, que desenvolve as atividades físicas e programa de esportes. Outros profissionais comumente empregados pelas Vilas Olímpicas são educadores, assistentes sociais e psicólogos. Apesar de todas as Vilas Olímpicas estarem sob a administração da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), cada Vila Olímpica é gerenciada localmente e, portanto, com abordagens distintas no que se refere ao papel do esporte na vida de suas comunidades.

Outra característica do Programa é que cada grupo de coordenação local pode apresentar diferentes estruturas administrativas, inclusive com diferentes fontes de recursos, algumas vezes patrocínios da iniciativa privada. Como discutiremos em mais detalhes abaixo, as Vilas Olímpicas incluídas neste estudo variam consideravelmente quanto à administração e aos mecanismos de financiamento, bem como em relação à abordagem geral dos temas esporte e atividade física.

É importante salientar aqui que, embora o programa e as instalações sejam chamados de *Vilas Olímpicas*, estas de maneira nenhuma se referem às Vilas Olímpicas dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Este programa tem uma história que remonta ao final dos anos 1990, quando a primeira Vila Olímpica foi inaugurada no Complexo da Maré, uma das maiores favelas do Rio de Janeiro. Seu nome, no entanto, está obviamente ligado ao movimento e aos ideais Olímpicos, com foco no oferecimento de oportunidades de participação em atividades físicas e esportivas em comunidades de baixa renda. Outros governos de todo o país têm utilizado o nome para designar projetos semelhantes

Cada uma dos quatro Olímpicas Vilas incluídas neste estudo é descrita em detalhe na seção de resultados.

### ***Cidade de Deus***

Conforme mencionado anteriormente, decidimos incluir uma nova fase de coleta de dados no projeto, a fim de avaliar melhor a disposição geral e as oportunidades oferecidas para participação em atividade física em comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro.

A Vila Olímpica Professor Manoel José Gomes Tubino (VOPMJGT), dentre todas as Vilas do Rio de Janeiro, é a que se situa mais próxima às futuras instalações do Parque Olímpico dos Jogos Rio 2016 e ao local de realização da maior parte das competições do evento. A Cidade de Deus apresentou expansão significativa nos últimos trinta anos, chegando a possuir hoje uma das

maiores densidades populacionais da cidade, com cerca de 47.000 habitantes (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2012). O bairro apresenta indicadores sociais entre os mais críticos do Rio de Janeiro, embora seja vizinho de alguns dos bairros mais ricos da cidade, como a Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Freguesia. Muitas das crianças que participam das atividades promovidas pelo VOPMJGT são moradores da Cidade de Deus e, portanto, pareceu-nos uma escolha lógica visitar e conhecer melhor as oportunidades oferecidas pelo poder público para participação em esportes e atividade física no bairro.

A Cidade de Deus localiza-se na região oeste da cidade do Rio de Janeiro e é, administrativamente, parte do bairro de Jacarepaguá. O bairro foi construído em 1960, por iniciativa do governo municipal, para abrigar famílias provenientes de favelas da zona sul do Rio de Janeiro. Intensas tempestades, seguidas por alagamentos severos, que atingiram a cidade em Janeiro de 1966, resultaram em milhares de pessoas desabrigadas e contribuíram para o precoce processo de deslocamento de famílias para a Cidade de Deus. No entanto, a maior parte das novas moradias ainda não estava concluída neste momento e, assim, as condições de habitação no local não eram muito diferentes das encontradas nas favelas de onde foram retirados. A iniciativa, inicialmente de caráter temporário, se tornou permanente. Invasões se sucederam ao longo do tempo e construções ilegais foram seguidamente erguidas ao lado de casas planejadas (CARDOSO; ÁVILA; FERREIRA; PEREIRA, 2009; PORTAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2012). Desde então, o bairro expandiu-se sem controle ou planejamento adequados.

Em 2002, o sucesso internacional do filme *Cidade de Deus*, colocou o bairro em grande evidência, reforçando o estigma de uma área perigosa e violenta, e acabando por contribuir para a construção de uma tendência de preconceito e discriminação contra esta comunidade (PORTAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2012). Por outro lado, essa exposição também rendeu à Cidade de Deus “maior atenção” de governos brasileiros, bem como atraiu diferentes instituições de financiamento e organizações internacionais para projetos de desenvolvimento social no local, tendo em vista o potencial de exposição das atividades ali conduzidas como consequência do status de imã midiático conquistado pelo bairro.

## Coleta de Dados

### *Grupos Focais*

Foi inicialmente sugerido que os grupos focais deveriam ser conduzidos em quatro Vilas Olímpicas. Como medida de precaução, cinco delas foram contactadas. No entanto, infelizmente, uma das cinco mostrou-se como um ambiente inseguro para realizar pesquisas nessa fase, devido ao conflito armado entre a polícia e traficantes de drogas no local. Ao final, as quatro Vilas Olímpicas incluídas no projeto foram: 1) Vila Olímpica da Maré; 2) Vila Olímpica da Gamboa; 3) Vila Olímpica Clara Nunes; e 4) Vila Olímpica Professor Manoel José Gomes Tubino.

Inicialmente, os coordenadores de cada uma das quatro Vilas Olímpicas selecionadas foram contactados informalmente na tentativa de conquistarmos apoio para o estudo. Em seguida, o então Secretário de Esportes e Lazer do Município do Rio de Janeiro, responsável pela administração do Programa das Vilas Olímpicas, foi formalmente contactado. Nesse momento, foi requisitado apoio e aprovação para condução de visitas e realização de grupos focais nas sedes das quatro Vilas selecionadas. O projeto de pesquisa foi prontamente aprovado pela Secretaria de Esportes do Município, em audiência com o Secretário, ocasião na qual nos foram disponibilizadas

informações e detalhes acerca da abordagem da administração municipal quanto às políticas públicas de inclusão social através do esporte e lazer dentro do contexto atual dos Jogos Olímpicos de 2016.

Visitas iniciais foram realizadas a todas as quatro Vilas Olímpicas com o objetivo de coletar informações sobre os diferentes modelos administrativos das Vilas, as diversas abordagens pedagógicas implementadas, seus currículos, as comunidades nas quais estão inseridas, seu público-alvo e participantes dos programas oferecidos. Nessas visitas iniciais, o projeto de pesquisa foi apresentado a todos os envolvidos na gestão da Vila Olímpica e um processo foi delineado para começar a recrutar os participantes e organizar os grupos focais. Os coordenadores das Vilas trabalharam em estreita colaboração com os pesquisadores para identificar potenciais participantes para as entrevistas. Pais e responsáveis por alunos participantes foram contatados diretamente pela coordenação das Vilas Olímpicas e convidados a participar da pesquisa. Como forma de agradecimento, um lanche e um presente simbólico foi oferecido a todos os participantes dos grupos focais.

Foi determinado, juntamente com as equipes das Vilas, que os grupos focais seriam conduzidos com dez participantes. No Brasil, particularmente em comunidades de baixa renda, o envolvimento com pesquisas acadêmicas é tradicionalmente fora do comum, e, portanto, tínhamos expectativas conservadoras quanto a adesão da comunidade. Além disso, a literatura sobre grupos focais recomenda a inclusão de um número mínimo de quatro e máximo de 12 participantes em cada sessão (TONG; SAINSBURY; CRAIG, 2007), para evitar vozes silenciosas ou desordem, mas ainda fornecer elementos suficientes para que se construam discussões produtivas.

Os participantes foram incentivados a participar ativamente das discussões através da expressão livre de suas ideias e opiniões. Transporte do local de residência para a Vila Olímpica foi naturalmente necessário. No entanto, os arranjos foram feitos de tal forma que a maioria dos participantes já estaria levando seus filhos para as atividades na Vila Olímpica em horário próximo ao mercado para a realização das entrevistas.

Os participantes foram informados que os resultados preliminares poderiam ser fornecidos mediante solicitação, a qualquer momento, após três meses do início da pesquisa, e que o contato com os pesquisadores poderia ser feito diretamente por e-mail ou através dos coordenadores das Vilas Olímpicas. Participantes foram também informados que os resultados finais seriam enviados para os coordenadores das Vilas Olímpicas tão logo o material fosse concluído e traduzido para o Português. Para contato por telefone com os pesquisadores, os participantes foram orientados a contactar o assistente de pesquisa local, que seria capaz de se comunicar com os outros dois pesquisadores, que vivem no exterior, para que a ligação fosse retornada. Nenhum contato foi feito até o momento.

Um roteiro de entrevista foi preparado anteriormente à realização dos grupos focais. Esta técnica é baseada em perguntas abertas que permitem aos pesquisadores fornecer o contexto para entender as perspectivas dos participantes (MINAYO, 1996). Questões foram agrupadas em quatro temas principais: 1) dados demográficos (que foram colhidos individualmente antes do início do grupo focal); 2) a Vila Olímpica em suas vidas; 3) Legados Olímpicos; e 4) Legados Olímpicos em seus bairros e na Vila Olímpica.

O áudio das sessões dos grupos focais foi gravado digitalmente e notas foram tomadas por um assistente de pesquisa. Após cada grupo focal ser concluído, o facilitador (pesquisador principal) e o assistente de pesquisa produziram diários individuais com suas impressões principais em torno das discussões, com destaque para os temas mais relevantes segundo seu ponto de vista.

Os grupos focais foram realizados com pais ou responsáveis por alunos matriculados em uma das quatro Vilas Olímpicas selecionadas para o estudo, bem como com os próprios participantes com idade superior a 18 anos. Embora nosso foco principal tenha sido as experiências de crianças e jovens, vários dos pais participantes eram eles próprios alunos matriculados em uma ou mais atividades oferecidas e, portanto, capazes de partilhar suas próprias experiências. Além disso, o nosso objetivo era ter uma perspectiva dos pais e responsáveis. Desse modo, a inclusão de crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos iria oferecer uma perspectiva diferente daquela desejada para o presente estudo. Ademais, embora exista a chance de que pais de alunos sejam eles próprios menores de 18 anos, tentamos evitar este cenário, que novamente traria uma gama de perspectivas e abordagens que vão além dos objetivos desse estudo.

A duração dos grupos focais variou entre 45 e 90 minutos, e o áudio foi gravado para posterior transcrição. O perfil dos participantes foi amplamente variado (ver Tabela 1 para detalhes), o que forneceu riqueza para as discussões. Fomos capazes de envolver todos os participantes ativamente nos debates.

Tabela 1: Lista de participantes dos grupos focais

Vila	Sexo	Idade	Educação	Ocupação	Relação com aluno
VOM	M	62	Fundamental	aposentado	avô
VOM	F	33	Médio	comerciante	mãe
VOM	F	43	Médio incompleto	dona de casa	mãe e usuária
VOM	F	39	Superior	comerciante	mãe
VOM	F	42	Fundamental	doméstica	mãe
VOM	F	48	Fundamental incompleto	dona de casa	mãe
VOM	F	48	Fundamental	dona de casa	avó
VOM	F	53	Fundamental incompleto	consultora de vendas	avó
VOM	M	19	Médio incompleto	estudante	usuário
VOM	F	47	Médio	auxiliar de serviços gerais	mãe e usuária
VOG	F	58	Médio	doméstica	avó
VOG	F	63	Fundamental incompleto	doméstica	usuária
VOG	F	27	Superior incompleto	desempregada	mãe
VOG	F	60	Médio	camelô	avó
VOG	F	33	Curso técnico	auxiliar administrativo	mãe
VOG	F	49	Fundamental incompleto	faxineira	mãe
VOG	F	40	Fundamental	mecânica	mãe
VOG	F	50	Médio	desempregada	avó e usuária
VOG	F	40	Médio	merendeira	mãe
VOG	M	34	Médio	representante comercial	pai
VOCN	F	48	Superior	dona de casa	mãe e usuária
VOCN	F	36	Médio	dona de casa	usuária
VOCN	F	39	Fundamental incompleto	dona de casa	usuária
VOCN	F	57	Médio incompleto	aposentada	avó
VOCN	F	39	Médio	dançarina	usuária
VOCN	F	42	Médio	dona de casa	avó, mãe, tia e usuária
VOCN	F	39	Médio incompleto	dona de casa	mãe e usuária
VOCN	M	25	Médio	estudante	usuário
VOCN	F	-	-	dona de casa	tia
VOCN	F	40	Fundamental	dona de casa	mãe
VOPMJGT	F	35	Fundamental incompleto	doméstica	mãe
VOPMJGT	F	46	Médio	funcionária pública	mãe
VOPMJGT	F	49	-	dona de casa	mãe
VOPMJGT	F	44	Fundamental incompleto	manicure	mãe
VOPMJGT	F	57	Superior incompleto	dona de casa	avó
VOPMJGT	F	37	Médio	auxiliar administrativo	mãe
VOPMJGT	F	31	Médio	dona de casa	mãe
VOPMJGT	F	36	Médio	dona de casa	mãe
VOPMJGT	F	59	Médio incompleto	dona de casa	avó
VOPMJGT	F	59	Médio incompleto	aposentada	avó

### **Outros Dados Primários — Observações**

Várias visitas à Cidade de Deus foram realizadas entre abril e julho de 2012. Os pesquisadores, acompanhados por um líder comunitário (que é também instrutor de futebol para crianças através de uma ONG), visitaram todas as áreas públicas para prática de esporte e lazer do bairro. Os locais visitados foram apontados pelo líder comunitário, que enumerou os problemas vividos pela comunidade no acesso aos projetos de esportes e lazer financiados pelo poder público. Visitas também foram realizadas a uma escola pública e uma unidade de saúde pública do bairro. Durante essas visitas, os pesquisadores tiveram a oportunidade de conhecer e conversar com vários moradores locais: instrutores de esportes (muitos envolvidos, no passado ou no presente, com programas de esportes financiados por governos), professores de escolas locais, jovens, idosos e outros moradores.

Visitas também foram conduzidas à Região Administrativa da Cidade de Deus, onde os pesquisadores puderam coletar informações oficiais sobre os espaços de lazer e instalações esportivas geridas pela administração municipal e disponíveis para uso dos moradores, além de dados sobre reformas de instalações esportivas, bem como sobre os programas de esportes e atividade física disponíveis para a população local.

Na última fase da coleta de dados, as informações oficiais sobre os projetos e os programas de esportes e atividade física desenvolvidos na comunidade foram comparadas com as informações obtidas através de nossas observações *in loco* e por meio de conversas com líderes comunitários e residentes. Esta comparação ajudou a formar os resultados e discussões apresentados abaixo. Este trabalho de campo e coleta de dados na Cidade de Deus permitiu-nos expandir a compreensão construída com o material coletado nas Vilas Olímpicas.

### **Dados Secundários**

Os documentos estratégicos de esportes e atividade física listados abaixo foram recolhidos junto às seguintes instituições: a) Centro de Estudos Olímpicos do Comitê Olímpico Internacional: Carta Olímpica, Agenda 21 do Movimento Olímpico, manuais para cidades candidatas, relatórios pós-evento de Comissões Organizadoras, livros de candidaturas anteriores a 2016 enviados pelo Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos, minutas do Conselho Executivo do COI, Manual Técnico de Estudo de Impacto dos Jogos Olímpicos, entre outros; b) Comitê Olímpico Brasileiro: Livro de Candidatura dos Jogos Rio 2016, políticas de programas de esporte e estatutos; c) Ministério dos Esportes, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Rio de Janeiro e Secretaria de Esportes do Estado do Rio de Janeiro: políticas dos programas de esporte e outros documentos relevantes. Estes documentos foram acessados on-line, na biblioteca do Comitê Olímpico Brasileiro no Rio de Janeiro e no Centro de Estudos Olímpicos em Lausanne, Suíça.

O acesso aos documentos referentes às políticas públicas de esporte e lazer de instituições do governo brasileiro, tanto nas esferas municipal, estadual e federal, provou-se um dos grandes desafios do projeto. Mesmo tratando-se de documentos públicos, o acesso a eles esbarra no modelo burocrático institucional brasileiro e somente a tarefa de localizá-los junto às instituições que os abrigam constituiu-se em tarefa árdua e desafiadora. Para tal, foram feitos diversos contatos, tanto através de visitas quanto por telefone ou e-mail, e as respostas foram, na maioria dos casos, vagas.

## Análise dos Dados

Como na maioria das pesquisas usando grupos focais (PUCHTA; POTTER, 2004), todos os áudios das entrevistas conduzidas foram gravados em formato digital com a permissão de cada um dos participantes envolvidos. Este processo permitiu o registro preciso e objetivo dos grupos focais, o uso de citações diretas na interpretação do material qualitativo e a interação sem qualquer interferência entre pesquisadores e participantes. Além disso, os pesquisadores escreveram notas durante e imediatamente após cada grupo focal, descrevendo impressões de cada grupo, a relação entre os temas abordados e as percepções do pesquisador sobre aquilo que foi feito, dito e não dito. As notas serviram também como importante fonte de informação para gerar uma melhor compreensão sobre os entrevistados dentro do contexto dos grupos focais. Como todos os grupos focais foram realizados em Português, a análise de dados também foi realizada neste idioma, sendo a tradução das citações para inclusão no relatório original em inglês realizadas posteriormente.

Durante a interpretação do material empírico, foi dada ênfase para a compreensão "do mundo de experiências vividas a partir do ponto de vista daqueles que as vivem" (LOCKE, 2001, p. 8). Portanto, o material coletado foi transcrito e analisado fazendo-se uso de uma abordagem interpretativa (DENZIN; LINCOLN, 2005) através de uma análise abrangente dos diferentes pontos de vista defendidos pelos respondentes.

A primeira fase da análise incluiu os dois autores ouvindo as gravações separadamente, ao mesmo tempo em que foi realizada a leitura das transcrições dos grupos focais. Esta fase destinou-se a dar aos pesquisadores uma ideia geral do contexto da entrevista, proporcionando aos pesquisadores noções quanto ao "clima" da entrevista, "personalidade" de cada participante e abordagem geral do tema. Na etapa seguinte as transcrições foram novamente lidas por ambos os autores e anotações foram feitas para identificar os principais temas emergentes dos dados (DENZIN; LINCOLN, 2005).

O software para a análise de dados qualitativos NVivo 10 foi utilizado como um programa de gestão de dados, a fim de auxiliar na organização do material e na posterior identificação de temas. O material foi inicialmente organizado em módulos, utilizando os temas identificados pelos autores. Temas identificados pelos dois pesquisadores foram então contrastados e comparados e as diferenças de interpretação foram discutidas juntamente com uma releitura do material das entrevistas. Os temas emergentes foram, então, discutidos por ambos os pesquisadores para um processo de redefinição e reagrupamento até que um consenso foi alcançado. Frases e citações que refletem bem os temas identificados foram então selecionadas pelos pesquisadores e são usadas aqui com o objetivo de enriquecer a discussão dos resultados encontrados.

Múltiplas fontes de dados e perspectivas provenientes de indivíduos com diferentes origens culturais e sociais, que vivem em diferentes bairros da cidade, proporcionaram uma visão abrangente do fenômeno investigado e ajudaram a garantir a confiabilidade e credibilidade dos dados.

Análise dos documentos oficiais foi concomitantemente empregada, a fim de aprofundar a compreensão sobre como os discursos sobre legados de esporte e lazer dos Jogos Rio 2016 estão ancorados em documentos oficiais. Estes documentos foram analisados à luz da literatura internacional pertinente sobre legados esportivos de megaeventos. A análise desses documentos

nos permite alcançar uma imagem mais clara sobre os esforços empregados por instituições públicas e privadas envolvidas com a realização dos Jogos Rio 2016 na promoção da participação esportiva, assim como avaliar se esses esforços estão realmente chegando às comunidades que são, ou deveriam ser, os seus principais alvos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Devido à variedade de métodos de coleta de dados e de materiais coletados, optou-se por apresentar os resultados e discussões na seção principal, divididos em subseções para facilitar a compreensão. A primeira subseção apresenta uma descrição detalhada do contexto encontrado em cada uma das quatro Vilas Olímpicas visitadas e incluídas neste estudo. A segunda subseção apresenta os resultados dos grupos focais e de que maneira os principais temas emergentes das entrevistas se encaixam no conhecimento atual no campo de legados dos Jogos Olímpicos. A terceira subseção apresenta uma breve descrição dos programas de esportes destinados a crianças e jovens na Cidade de Deus e financiados pelo governo federal, e, na seção subsequente, uma discussão acerca dos problemas identificados neles. Os resultados e discussões são então fundidos para chegarmos às conclusões apresentadas na parte final do relatório.

### **As Vilas Olímpicas e seus Contextos**

Como descrito anteriormente, as quatro Vilas Olímpicas incluídas neste estudo apresentam diferenças consideráveis entre si, não só no que diz respeito às comunidades em que estão inseridas, mas também em relação à administração e ao seu cotidiano. Os diferentes contextos, no entanto, não parecem afetar as semelhanças entre as opiniões demonstradas pelos participantes do estudo, como nossos resultados indicam. No entanto, a despeito desta congruência, consideramos importante apresentar separadamente o contexto em que cada Vila Olímpica está situado, a fim de apoiar o nosso argumento de que há de fato problemas globais que estão presentes em todas as Vilas Olímpicas, bem como em outros programas públicos de esportes.

#### ***Vila Olímpica da Maré***

A primeira Vila Olímpica estabelecida na cidade do Rio de Janeiro pelo governo municipal foi a Vila Olímpica da Maré (VOM). Ela nasceu de uma demanda da comunidade por áreas destinadas à prática de esportes e lazer nesta que é considerada a maior favela do Rio de Janeiro - em 2010, quase 130 mil pessoas moravam no local (IBGE, 2011). Além disso, o local apresenta o quarto menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município (IBGE, 2011), com altos níveis de criminalidade e violência.

Em 1999, embora não totalmente concluída, a VOM foi inaugurada e iniciou suas operações. Segundo a equipe de trabalho da Vila, ela foi um legado da candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2004, já que a mesma foi utilizada, tanto pelo governo quanto pela comunidade local, na tentativa de assegurar financiamento e interesse no estabelecimento do projeto das Olimpíadas de 2004. A administração da Vila Olímpica da Maré, desde sua inauguração, é compartilhada entre a prefeitura municipal e a associação da comunidade local (UNIMAR), que lutou para a sua criação. No entanto, em 1999, após a inauguração da Vila, a UNIMAR procurou instituir uma parceria com a vizinha Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ). O objetivo era ampliar o alcance da VOM para áreas além do esporte, incluindo outras atividades educacionais e sociais em sua rotina de programas. Esta parceria é sólida até hoje e, de fato, tem alcançado seus objetivos originais através do desenvolvimento de projetos específicos em educação, saúde, cultura e empreendedorismo em suas operações diárias. Hoje a VOM oferece, além de atividades esportivas e de recreação, aulas de música, dança e teatro, bem

como serviços de saúde, nutrição e oficinas de matemática e linguagem, para citar apenas alguns exemplos. A administração atual da VOM é assim compartilhada com a COPPE-UFRJ.

Além da parceria com a UFRJ, a Vila Olímpica da Maré foi capaz de garantir uma parceria de longo prazo com a empresa estatal de petróleo do Brasil, a Petrobras, cujo patrocínio permite à Vila maior alcance junto à comunidade. Segundo membros da equipe da VOM, a empresa estatal é responsável pelo pagamento dos salários de profissionais da Vila e outros custos associados a pessoal, enquanto a Prefeitura do Rio de Janeiro tem toda a responsabilidade pelos custos de manutenção.

O modelo de gestão e os programas oferecidos na VOM, com foco em atividades além das unicamente esportivas, ficou evidente no primeiro encontro com a equipe técnica e administrativa da Vila. A VOM trata o esporte como uma dentre muitas ferramentas educativas e de (re)inclusão social para crianças, jovens e adultos. A equipe de profissionais que atua diretamente com os alunos compartilha deste modelo e é treinada e capacitada para desenvolver as atividades de acordo com esta abordagem. O público alvo da VOM claramente envolve toda a comunidade da Maré, e não somente crianças e adolescentes, supostamente o principal foco de diferentes Vilas. De fato, a Vila Olímpica da Maré foi a Vila com o maior número de atividades transcorrendo durante o período de nossas visitas e com o maior número de participantes envolvidos.

As instalações físicas, no entanto, ainda estão longe do ideal. Quando da nossa visita uma das piscinas estava fechada para reparos havia algum tempo. Embora bem cuidada pela equipe, várias estruturas apresentavam sinais de desgaste e danos aparentes. A equipe da Vila manifestou em diferentes ocasiões problemas na manutenção da estrutura física como um dos principais problemas enfrentados pela VOM. Como este custo é de responsabilidade do governo municipal, configura-se então um cenário no qual a insuficiência de investimentos em infraestrutura opera em direção contrária ao objetivo divulgado pelo poder público de construção de mecanismos para promoção do esporte e incremento da participação da população em atividade física.

Além da falta de manutenção, a equipe de profissionais da Vila também mencionou a falta de ginásio e espaços cobertos como outro fator de dificuldade na atração de mais participantes para as atividades oferecidas. Muito embora a VOM localize-se às margens da Baía de Guanabara, a temperatura e umidade na região são altas na maior parte do ano, chegando a 40°C durante os meses mais quentes do ano. Assim, na falta de espaços cobertos adequados, a maioria das atividades ocorre na única quadra coberta da Vila. Salas de pequeno porte estão disponíveis, mas, não sendo adequadas para atividades esportivas devido ao tamanho, são destinadas apenas às atividades artísticas e educacionais.

Disponibilidade de espaço físico contudo, não é o problema. As edificações da VOM erguem-se sobre o terreno de maior área dentre todas as Vilas visitadas, com uma área total de 80.000 m<sup>2</sup>. No entanto, a zona efetivamente adequada para uso é apenas uma pequena fração do total disponível. Isso pode ser um reflexo da "inauguração" da VOM antes da conclusão do projeto original. Como discutiremos mais adiante neste relatório, tais estratégias são comuns no contexto político brasileiro, com grandes inaugurações, muitas vezes ocorrendo antes das eleições, mesmo que a infraestrutura não esteja concluída para uso.

Outros problemas associados aos espaços vazios ou não utilizados da VOM são o crime e a violência. A Vila está localizada em áreas cujo controle é disputado por diferentes grupos criminosos. Embora a equipe da VOM se esforce para ocupar a maior parte dos espaços disponíveis durante o horário de operação da Vila, muitas vezes a realização de algumas dessas atividades durante o dia é inviável devido, principalmente, às condições climáticas adversas. Mesmo que atividades fossem oferecidas, as inscrições seriam certamente poucas, já que as condições encontradas não seriam agradáveis para os participantes. A consequência disto é que certas áreas da VOM podem ser usadas para atividades ilegais, com potencial para problemas de segurança dentro da Vila. Além disso, às vezes pode ser perigoso para moradores de determinadas áreas da Vila utilizarem espaços localizados em outras áreas, por estas serem controladas por grupos rivais.

No entanto, mesmo que essas afirmações tenham sido feitas pelos próprios profissionais da Vila, os mesmos garantiram que problemas relacionados à violência dentro das instalações da VOM são incomuns. A suposição deles é que a comunidade valoriza e respeita o espaço bem como os profissionais que trabalham arduamente para proporcionar algo de bom para a comunidade. Cenário este certamente confirmado pelos pesquisadores durante a realização do grupo focal. No entanto, a violência é um problema sério no local onde a VOM está instalada e, neste contexto, crianças e jovens são particularmente suscetíveis.

### ***Vila Olímpica da Gamboa***

O bairro da Gamboa situa-se na região central do Rio de Janeiro, próximo à Rodoviária Novo Rio e ao Porto. É o lar de mais de 13 mil pessoas e apresenta um baixo IDH: ranqueado na 97ª posição dentre os 126 bairros do Rio de Janeiro (IBGE, 2011). No entanto, a comunidade tem sofrido modificações, algumas não necessariamente para melhor, que já são percebidas pelos moradores. Como parte dos legados Olímpicos de infraestrutura, a região portuária está recebendo uma série projetos de modernização urbana, como o chamado “Porto Maravilha”, um grande programa de renovação urbana em curso no bairro e no seu entorno. Financiado tanto pelo Governo Federal quanto pelos governos do Estado e do Município, em cooperação com empresas privadas, tem o objetivo de ‘transformar’ a região outrora abandonada em uma área de trabalho e entretenimento para a classe média da cidade. O processo de gentrificação, uma consequência apontada por moradores locais como iminente, será discutido mais adiante neste relatório.

Os impactos dos investimentos e as reformas de infraestrutura podem ser vistos a qualquer hora do dia. Os canteiros de obras se espalham pela região e trabalhadores de construção civil são vistos em todos os lugares por onde se passa. Curiosamente, contudo, a Vila Olímpica da Gamboa (VOG) não parece impactada fisicamente por tais atividades e pelas mudanças que elas acarretam. Na realidade, a VOG foi a que apresentou as piores condições físicas dentre todas as visitadas. Uma das piscinas principais estava fechada. Vestiários, salas de aula e outras estruturas físicas estavam todos claramente deteriorados e em extrema necessidade de reparos. Também foi a Vila em que vimos o menor número de participantes. Mas esta situação deveu-se à interferência de outros fatores: a VOG havia experimentado recentemente mudanças em seu quadro administrativo e passava por um processo de reformulação, através principalmente da substituição do coordenador-geral. Em conversas com a equipe atual, apuramos que o problema da gestão anterior foi possivelmente a falta de um projeto com níveis satisfatórios de colaboração entre a comunidade e a administração, e conseqüentemente, a ausência de uma relação produtiva entre ambas as partes.

Sem o apoio da comunidade local, a administração não foi capaz de promover as atividades e os modelos administrativos necessários para atingir índices aceitáveis de participação. Além disso, questões políticas também criaram descontentamento interno, resultando em considerável insatisfação tanto entre a comunidade quanto entre a equipe de profissionais da Vila. Com isso, a qualidade do serviço oferecido não se manteve. A nova administração parece estar motivada a atrair a comunidade de volta para a Vila. No entanto, trata-se de um processo lento e só o tempo irá dizer se eles terão sucesso ou não.

Assim como a VOM, a Vila Olímpica da Gamboa foi inaugurada antes de ser concluída. Um grande galpão adjacente à área da Vila, cujo projeto inicial era de inclusão na estrutura da mesma, será agora incorporado ao projeto do Porto Maravilha. Então, embora haja investimentos robustos e projetos de legados de infraestrutura urbana em andamento na exata região onde a VOG está instalada, a própria não viu, até o momento, qualquer benefício. Muito pelo contrário. Após o fechamento do documento original em inglês deste estudo, a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciou a desapropriação de parte da VOG para a construção de infraestrutura administrativa na área de transporte público.

Numa tendência alinhada com as demais Vilas Olímpicas pesquisadas, na VOG as principais atividades, ou aquelas que atraem o maior número de participantes, são aquelas desenvolvidas nas piscinas. Nossa equipe confirmou essa informação durante as visitas. Em diferentes ocasiões, as duas piscinas em operação estavam sempre em uso, repletas de alunos de diferentes idades e gêneros, distribuídas de acordo com o tipo de atividade desenvolvida no momento. Os demais espaços da Vila tinham ocupação mais tênue, muito devido às temperaturas elevadas durante a maior parte do dia. Ainda assim, de acordo com informações da equipe da Vila, aulas de ginástica, basquetebol, voleibol, handebol e futebol, além das atividades de piscina (natação e hidroginástica), são oferecidas regularmente na VOG.

É importante notar que a Vila Olímpica da Gamboa não foi capaz, até agora, de estabelecer qualquer parceria ou contrato de patrocínio que possa de alguma maneira gerar maior investimento de recursos e desenvolvimento de programas internos, a exemplo da parceria firmada pela VOM com a Petrobras. Tanto a comunidade local quanto os gestores da VOG esperam que, com os grandes investimentos feitos na região portuária do Rio, essa situação mude. Contudo, a realidade atual aponta para escassos investimentos financeiros por parte da prefeitura, claramente insuficientes e não alinhados com propostas de desenvolvimento dos níveis de participação esportiva, inclusive retirando da VOG áreas destinadas à prática esportiva e ao desenvolvimento estrutural. A estrutura física deficiente e a reduzida participação são claramente um reflexo desta situação.

### ***Vila Olímpica Clara Nunes***

Apesar de todas as Vilas Olímpicas estarem situadas em áreas socioeconomicamente vulneráveis, a Vila Olímpica Clara Nunes (VOCN) é a que está instalada na área de piores indicadores, o bairro de Acari. Existem apenas duas outras comunidades em toda a cidade do Rio de Janeiro com IDH inferior ao de Acari (AMORIM; BLANCO, 2003), onde a violência e os níveis de criminalidade são extremamente elevados, apresentando algumas das piores classificações no Rio de Janeiro: entre 60 e 91 homicídios por 100.000 habitantes por ano (CEZAR; CAVALLIERI, 2002). Na verdade, durante uma de nossas visitas à VOCN, as instalações foram fechadas e as atividades suspensas devido a um conflito armado entre polícia e traficantes de drogas da região. No momento da

chegada de nossa equipe à estação de trem local, podia-se sentir que o lugar estava "sob cerco", uma vez que não havia praticamente ninguém nas ruas durante horário comercial de um dia de semana. O fechamento da VOCN por essas razões não é incomum.

Da mesma forma que a VOM, a Vila Olímpica Clara Nunes foi capaz de estabelecer uma parceria de longo prazo com uma universidade, desta vez uma instituição privada, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A PUC-Rio oferece apoio financeiro para operações da VOCN nos mesmos moldes da parceria da Petrobras com a VOM, cobrindo apenas os custos associados com pessoal. A parceria é feita diretamente com o Departamento de Serviço Social, que se traduz na prática em uma abordagem de cunho socialmente orientada para todas as atividades na Vila. Segundo a equipe da VOCN, o objetivo principal é a inclusão social através de atividades esportivas e de lazer. Portanto, competitividade não é o foco, embora eventuais "talentos" identificados sejam encaminhados para instituições nas quais suas habilidades possam ser desenvolvidas. Além disso, ao contrário da VOM, a VOCN não oferece atividades educacionais, mantendo o foco em esporte e lazer. Isso não significa, no entanto, um prejuízo dos esforços para "educar através do esporte".

Os funcionários da VOCN indicaram que a parceria com a PUC-Rio é de fundamental importância para garantir que a Vila Olímpica mantenha seu foco na inclusão social através do esporte e lazer e que não se envolva em disputas políticas locais. A população local realmente abraça a Vila Olímpica Clara Nunes e apoia as suas atividades. Embora tenhamos experimentado dias sem atividades oficiais na Vila devido a problemas de segurança na comunidade, pudemos testemunhar crianças, jovens e adultos em atividade na Vila, que embora "fechada" não deixou do lado de fora aqueles que, mesmo diante da situação de insegurança que lhes é imposta, decidiram ir para a Vila. A equipe de trabalho da VOCN assume uma postura proativa na criação de oportunidades de uso do espaço da Vila para o máximo envolvimento da comunidade em geral, especialmente nos fins de semana, onde além de aulas formais, são desenvolvidas atividades públicas e sociais, como casamentos e festivais culturais.

Ainda assim, mais do que em qualquer outra Vila Olímpica visitada, o foco da VOCN é nas crianças e nos jovens. Embora diversas atividades sejam oferecidas para adultos e idosos, estes têm sido acomodados de forma a não comprometer o acesso das crianças e dos jovens às atividades. A VOCN trabalha em colaboração direta com a escola pública CIEP Zumbi dos Palmares, localizada ao lado da Vila Olímpica, a fim de promover atividades esportivas e de lazer para crianças e jovens antes e depois do horário escolar. A equipe técnica da VOCN valoriza uma abordagem completamente apoiada no valor educacional do esporte e lazer, assim como os benefícios acumulados através do engajamento em tais atividades, que na VOCN vão desde aulas de natação a badminton, passando por judô e balé.

Assim como com as outras duas Vilas descritas acima, a infraestrutura é boa, mas severamente em necessidade de manutenção. Por exemplo, sua maior sala de aula, adequada para atividades de dança e fitness, está repleta de vazamentos e infiltrações e carente de equipamento básico, como barras e espelhos. Mais uma vez, os custos de manutenção são de responsabilidade da Prefeitura Municipal e, outra vez, assistimos a uma aguda falta de investimento.

### ***Vila Olímpica Professor Manoel José Gomes Tubino***

A última Vila Olímpica a ser inaugurada entre as visitadas foi a Vila Olímpica Professor Manoel José Gomes Tubino (VOPMJGT)<sup>3</sup>, localizada no bairro do Mato Alto, vizinho à Cidade de Deus. Com apenas dois anos de funcionamento, as instalações estão em estado impecável. Embora o número de participantes se encontre numa linha crescente, que se acentua na medida em que a comunidade tem conhecimento sobre as oportunidades oferecidas, a Vila, no momento de nossas visitas, encontrava-se em pleno funcionamento e a maioria das classes estavam cheias, embora não tenham, ainda, atingido sua capacidade máxima.

Esta Vila Olímpica, no entanto, apresenta um perfil distinto das demais pesquisadas. Ela foi concebida para ser um centro de treinamento esportivo, com foco particular em handebol, atletismo, taekwondo e karatê. A criação desta Vila Olímpica em especial é atribuída ao projeto oficial de realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, e o foco em esportes de rendimento e competições pode ser uma consequência direta disto, como discutido nos capítulos anteriores. Apesar da oferta de várias atividades além daquelas mencionadas como de foco particular, como natação, dança, tênis, futsal e outras, o foco principal desta Vila, independentemente da modalidade, é detecção de talentos esportivos e o desenvolvimento destes em um ambiente competitivo. A maioria, se não todas, as atividades esportivas oferecidas na VOPMJGT possui um time de competição, confirmando a abordagem pedagógica adotada, na qual o esporte de alto rendimento se posiciona como ferramenta principal e objetivo final do processo educativo.

Uma abordagem interessante e exclusiva desta Vila Olímpica é o recrutamento de participantes de outras comunidades, inclusive jovens de classe média, para integrar as equipes competitivas da Vila. Apesar de adotar atletas pertencentes a comunidades vizinhas à Vila e incorporá-los aos seus treinamentos, atletas de toda a cidade vêm treinar na VOPMJGT. Conversas com a equipe reforçaram a natureza competitiva das atividades oferecidas e destacaram o envolvimento de crianças e jovens que participam em competições esportivas locais, regionais e nacionais.

Problemas de infraestrutura, no entanto, ainda estão presentes. As instalações da Vila foram construídas para promover e desenvolver o esporte de alto rendimento, mas o ginásio interior não pode acolher competições e treinamentos de equipes de vôlei de alto nível, por exemplo, porque o teto não é alto o suficiente. A pista de atletismo tem um problema semelhante: não é capaz de sediar competições oficiais por não atender aos padrões oficiais. Conforme a indicação de alguns funcionários, mesmo quando as instalações são construídas pelo governo com o objetivo específico de desenvolvimento do esporte de alto desempenho, problemas de infraestrutura básicos estão presentes. Há ainda planos para a criação de um laboratório de biomecânica na Vila. Este seria desenvolvido em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e iniciativa privada, como mecanismo para o aprimoramento do desempenho dos atletas da Vila.

### **Vilas Olímpicas e o Legado de Participação Esportiva**

Apesar das consideráveis diferenças contextuais entre as Vilas Olímpicas incluídas neste estudo, há semelhanças significativas nas respostas fornecidas por membros das diferentes comunidades pesquisadas. É nestes paralelos que vamos concentrar nossa atenção, uma vez que fornecem

---

<sup>3</sup> Outra Vila Olímpica foi estabelecida recentemente – depois da coleta de dados deste estudo, em Agosto de 2012 – em Pedra de Guaratiba, bairro na zona oeste do Rio de Janeiro.

informações importantes sobre os impactos que o esporte e as Vilas Olímpicas, mais especificamente, têm em suas vidas, bem como sobre suas expectativas em relação aos Jogos Olímpicos de 2016.

### ***As Vilas Olímpicas Fazem Bem para a Saúde!***

Para a maioria dos entrevistados a principal razão pela qual eles participam ou levam os filhos e crianças sob sua responsabilidade para as Vilas Olímpicas é a busca por uma atividade que traga benefícios para a saúde. O esporte foi unanimemente associado a saúde e a estilos de vida saudáveis e os participantes do estudo efetivamente procuram alternativas para melhorar sua condição de saúde. Casos de obesidade, problemas de saúde relacionados à idade, hiperatividade em crianças e doenças respiratórias foram mencionados como elementos desencadeadores de processos de envolvimento com as Vilas Olímpicas:

Meu esporte hoje é pro meu futuro, porque eu quero envelhecer com saúde. E do jeito que eu estava eu não ia conseguir isso. Então é esse o papel da Vila na minha vida. (participante da VOCN)

[meu filho] faz natação aqui na Vila Olímpica. Sempre tive vontade de colocar ele para fazer alguma atividade física em função até dele ter bronquite, rinite ... um monte de “ite” que ele tem. (participante da VOG)

Eu venho aqui, assim, primeiramente por causa da minha filha. Porque ela tem um sobrepeso e eu sei que esporte é muito importante. (participante da VOM)

É significativo que um número considerável de participantes foi direcionado para as Vilas por profissionais de saúde, especialmente médicos:

Por causa que ela teve um problema na coluna, aí o médico fez a consulta e pediu a ela para fazer natação. Aí começou a fazer, ela tá se sentindo bem, vai continuar fazendo. (participante da VOPMJGT)

Eu coloquei [meu filho] na Vila Olímpica porque a médica falou que ele estava ficando hiperativo, então ele teria que fazer alguma atividade. Porque no caso ele é sozinho, não tem muito espaço na casa, é muito pequena. Aí a médica dele falou que tem que botar ele para fazer natação porque ele é muito alérgico, tem anemia falciforme. (participante da VOG)

Este resultado confirma que intervenção é frequentemente necessária para criar ou reforçar a consciência sobre os benefícios da atividade física e do esporte para a saúde de um indivíduo (KING, 1998). Essa premissa reforça a necessidade de políticas consistentes e recorrentes para que se possa alcançar o objetivo de aumento nas taxas de participação da população em geral em esportes e atividade física (STAHL; RUTTEN; NUTBEAM; KANNAS, 2002). Além disso, apoia a proposição de que, a fim de aumentar os níveis de participação entre crianças e jovens, os pais também precisam ser incluídos como público-alvo destas políticas, principalmente para aumentar a conscientização e educação quanto aos benefícios da participação esportiva para a saúde. Embora a afirmação de que qualquer participação em esportes proporcionará benefícios à saúde da população seja controversa, é claro que as atividades bem controladas e monitoradas, como a maioria das que ocorrem nas Vilas Olímpicas, podem melhorar os indicadores de saúde

(BERGERON, 2007). Políticas nesse sentido, tendo os Jogos Olímpicos como uma oportunidade ou não, são, portanto, fundamentais.

Outra questão importante levantada frequentemente nos grupos focais diz respeito aos benefícios da participação esportiva para a saúde mental. Este foi particularmente o caso dos participantes adultos, mas também mencionado quando relacionado a crianças ou jovens, no que se refere aos benefícios de se desfrutar de um ambiente social fora da solidão e da alienação de assistir TV e jogar videogame:

Então pra não ficar dentro de casa, vendo televisão, vendo DVD, ou sentada no sofá... é preferível que ela venha pra rua fazer alguma coisa, né? Fazer uma caminhada dia de domingo... hoje mesmo: não tem aula, mas vamos! (participante da VOCN)

Comecei porque eu parei de trabalhar e estava entrando em depressão, porque eu sempre trabalhei a minha vida inteira e parei por... não estava indo muito bem psicologicamente [...] [o trabalho] estava atingindo a minha saúde, então eu parei de trabalhar, mas pensando que eu fosse fazer alguma outra coisa e acabei fazendo nada em casa. Estava quase enlouquecendo, foi quando eu achei (e engordando; engordei dez quilos nesse período), que o esporte seria uma coisa legal que eu poderia começar a tentar, que eu nunca gostei de fazer nenhum esporte. [...] E eu vim pra cá para uma atividade que era atividade aeróbica, eu achei “ah vamos tentar né ....” e me fez muito bem psicologicamente. Eu fiz amizade e me sentia muito bem fazendo aquilo. Acabei trazendo a minha filha. (participante da VOCN)

Atividades de lazer sedentário, especialmente aquelas baseadas em parafernália eletrônica, como videogame e televisão, são identificadas como significativa fonte de lazer para crianças e jovens contemporâneos, mas também como um grande obstáculo a ser superado para se promover o aumento da participação em atividades de lazer ativo (cf. FOTHERINGHAM; WONNACOTT; OWEN, 2000; PERGAMS; ZARADIC, 2006). Neste sentido, mais uma vez vale ressaltar que quando os pais experimentam ou estão cientes dos benefícios da participação esportiva, seus filhos serão incentivados a participar também. Tal achado foi descrito por pesquisas anteriores que sugerem que pais ativos são mais propensos a criar filhos ativos (LINDSAY; SUSSNER; KIM; GORTMAKER, 2006). Portanto, as estratégias construídas visando a um aumento na participação em atividades esportivas entre crianças e jovens devem também considerar alguma forma de atingir os pais.

O reconhecimento quanto à necessidade da disponibilidade de tais programas para a população e à importância do tempo de lazer na vida dos indivíduos é menos claro entre os participantes do estudo. Embora a maior parte dos participantes fosse de fato motivada a se engajar em atividades esportivas por motivos de saúde, foi requerida significativa discussão para que estes percebessem o seu direito constitucional ao lazer e à prática esportiva. Em uma sociedade onde o trabalho é a atividade social de maior valor agregado, particularmente em comunidades de baixa renda onde as condições de vida são mais difíceis, o lazer é pouco reconhecido como necessidade para todos (ROBERTS, 1995):

Eu tenho dois filhos, mas já tá rapaz, tudo já criado já ... mas eles trabalham e não tem tempo para essas coisas não. Quer dizer, não é um luxo. É um esporte, um lazer, esporte é tudo, né? Então tenho sido muito feliz aqui, gosto muito daqui porque aqui não tem melhor. (participante da VOG, ênfase nossa)

No entanto, a partir do momento em que questões relacionadas ao esporte e à atividade física relacionados à saúde passaram a receber menção constante por parte dos participantes dos grupos focais, algumas pessoas começaram a perceber, ou a expressar melhor, a importância dos investimentos públicos nesta área para reduzir a pressão sobre o já caótico sistema de saúde:

Porque é uma coisa indispensável na nossa vida: estar com o corpo sempre em movimento porque faz bem para a saúde, entendeu? E a saúde aqui já é precária à beça! No Brasil. Então se você tem alguma coisa para melhorar a saúde, eu acho que eles deveriam investir mais. (participante da VOCN)

As questões sobre a precariedade de investimentos e manutenção das instalações das Vilas Olímpicas foram um tema recorrente entre todos os grupos focais realizados, e ao qual voltaremos nossa atenção a seguir. Antes de fazê-lo, no entanto, outro tema relacionado a saúde precisa ser discutido aqui: o papel atribuído pelos participantes ao esporte enquanto mecanismo capaz de manter crianças e jovens sem contato com drogas e crime.

Vários estudos vêm sendo realizados neste campo no Brasil e a retórica dominante, que enaltece o poder do esporte para a formação de "melhores" cidadãos, vem sendo discutida por pesquisadores de diferentes áreas de estudo (CORREIA, 2008; MELLO; TAVARES, 2006; MELO, 2005a). Apesar da falta de evidência científica para tal afirmação, é geralmente assumido que o esporte pode realmente ter um impacto positivo na vida de crianças e jovens, em última análise impedindo-os de se juntar a facções do crime ou consumir drogas ilegais (KENYON; ROCKWOOD, 2010). Nossos resultados apontam para a mesma direção, com pais e também jovens participantes dos grupos focais alegando que o esporte pode desempenhar esse papel na vida dos seus filhos e, portanto, deve ser incentivado, principalmente, onde altos níveis de criminalidade são registrados:

Pra mim? [O benefício] é não estar na rua. Não estar na rua me misturando com quem não devo. Apesar de eu já ter uma idade bem, digamos assim, 25 anos eu poderia estar onde muitos jovens da minha idade estão. Então com certeza estou no lugar onde acho que posso ter um futuro melhor. Porque ano que vem eu faço faculdade, então to escolhendo uma área que é o que eu gosto, Educação Física. Então acho que estou no caminho ideal. Não acho, tenho certeza de que estou no caminho certo. (participante da VOCN)

Nós vemos muitas crianças aqui e essas crianças precisam é de esportividade, vamos dizer assim. Então se os pais tb se mobilizassem para trazer seus filhos, netos, para praticar o esporte seria maravilhoso para evitar das crianças estarem na ociosidade, fazendo aí uma série de coisas .... entendeu? (participante da VOM)

É claro que os ambientes em que todas as Vilas Olímpicas estão inseridas são extremamente propícios ao envolvimento em atividades criminosas, particularmente aquelas relacionadas ao consumo e tráfico de drogas. Assim, é esperado que este discurso seja ainda mais veemente nesses locais, onde qualquer esperança de um "futuro melhor", como mencionado pelo participante da VOCN acima, é altamente atraente. Como Melo argumentou com base em pesquisa realizada na Vila Olímpica da Maré:

Percebemos claramente a posição de que o jovem se envolveria com o crime por não ter outras coisas a fazer, indicando uma suposta linearidade entre falta de opções de lazer com o ingresso no mundo do crime, além de estabelecer uma espécie de relação causa/consequência.

Assim, o esporte e o lazer seriam “antídotos perfeitos” para coibir tais práticas, uma espécie de analgésico social, sempre numa perspectiva conservadora de controle social (2005a, p. 96).

Em sua pesquisa, Melo (2005a, 2007) também constatou que tal discurso 'redentor' estava presente na Vila Olímpica foco de seu estudo, e argumentou criticamente que estes tendem a apenas mascarar os problemas estruturais de determinadas sociedades, posição com a qual concordamos plenamente. Vários autores têm discutido amplamente a ideia problemática do "esporte para o desenvolvimento", como se o esporte fosse capaz de curar todos os males sociais (COALTER, 2010; CORNELISSEN, 2011; GIRGINOV; HILLS, 2009), premissa que não defendemos. No entanto, argumentamos que os programas sociais que são bem formulados, geridos e promovidos podem sim gerar efeitos positivos para a população participante e, portanto, a esperança presente nas narrativas dos entrevistados não deve ser considerada como puramente ingênua. Apesar de abraçarmos a posição crítica de que, por exemplo, problemas de criminalidade são estruturais, e qualquer que seja a ação no sentido de detê-los, caso não combata diretamente as raízes dos mesmo, são nada além de estratégias paliativas (Stephen, 2009), também reconhecemos que políticas amplas voltadas para regeneração social e de saúde, tais como as relacionadas à participação em esportes e atividade física, podem impactar indivíduos positivamente e não devem ser ignoradas. Mais uma vez, reforçamos a importância de investimentos regulares e de longo prazo em programas para beneficiar aqueles que são mais vulneráveis na sociedade. Crianças e jovens devem ser foco particular.

### ***Falta de Investimento e Manutenção***

Outro tema recorrente nos grupos focais foi a falta de investimentos em programas de esporte por parte do poder público responsável, especificamente nas Vilas Olímpicas. Como explicado anteriormente nas descrições das Vilas Olímpicas, todas apresentaram problemas de infraestrutura e, com exceção da recém-construída Vila Olímpica Professor Manoel José Gomes Tubino, estavam em urgente necessidade de manutenção e reparos de infraestrutura. Depoimentos colhidos em diferentes grupos focais destacam os problemas:

- espaço físico está ficando deteriorado. Aqui ó, tá pingando ...
- tem sala que não tem luz
- E o banheiro?
- banheiro não tem luz!
- Não tem ventilador, a janela horrível ...  
(participantes da VO CN)
  
- Olha, eu acho que o material de piscina ainda é hoje desde o inaugural [em 2004]. [...] Eu acho que isso aqui depois que foi inaugurado foi abandonado. [...] Eu já ví idosos falando que não tem material de ginástica. [...] O pessoal daqui está trabalhando mas está desfavorecido totalmente.
- Isso é verdade
- Eu vi a professora de judô do meu filho tá numa salinha, um cubículo que as crianças tinham que colocar uns tapetinhos porque não tinha tatame, de verdade. Olha há quantos anos isso aqui está aqui.  
(participantes da VOG )

Mesmo os participantes da nova VOPMJGT levantaram a questão, afirmando que eles esperam que o poder público não abandone a Vila após o encerramento dos Jogos Rio 2016, ou após mudanças no partido político que esteja no poder:

- Da Vila Olímpica e manter esse projeto, entendeu? Porque não adianta fazer isso só porque estão vindo os Jogos Olímpicos, não, entendeu? [...]
- Investir aqui também. Pôr cobertura nas quadras, que no verão eles não podem fazer atividade, a piscina ter cobertura também. Investir!  
(participantes da VOPMJGT)

Aqui, uma questão foi levantada várias vezes pelos participantes: o comum desperdício de dinheiro público em instalações que são posteriormente abandonadas pelo governo, ou seja, o dinheiro é investido para construir instalações, mas a dotação orçamentária anual não cobre os custos, especificamente aqueles relacionados à manutenção de infraestrutura. Para exemplificar este cenário os participantes frequentemente mencionaram a experiência com os Jogos Pan-Americanos de 2007, realizados no Rio de Janeiro. O evento, uma das maiores competições multiesportivas das Américas (REIS; DACOSTA, 2011), segue um formato semelhante ao dos Jogos Olímpicos. Trata-se do mais próximo exemplo de um evento nos moldes dos Jogos Olímpicos já realizado no Brasil. Infelizmente, porém, a organização deste evento foi cercada por polêmicas e vários estudos destacam como o Comitê Organizador não conseguiu entregar a maior parte de suas promessas de legados (BENEDICTO, 2009; CURI, 2009; CURI; KNIJNIK; MASCARENHAS, 2011; MASCARENHAS; BORGES, 2009), incluindo entre estas infraestrutura física para a prática de esportes. Os participantes de nosso estudo frequentemente mencionaram os "elefantes brancos" (instalações esportivas de grande porte que não são suficientemente utilizadas pela população local) criados para os Jogos Pan-Americanos, que sequer serão utilizados para os Jogos Rio 2016, como um ponto de comparação:

- Eu tenho dúvida. Por que? Muitas das obras que eles fizeram para o Pan estão abandonadas.
- É, tudo jogado lá ...
- Então, vai acontecer o mesmo com essas que eles vão fazer? É isso aí. Tem que ter manutenção. Vai ter manutenção ou vai ficar lá jogado? Quer dizer, é um elefante branco, ninguém usa, está lá. E gasta dinheiro, porque não tem que ter manutenção? Não tem que ter cuidado?  
(participantes da VOPMJGT)
- [Eu era contra as Olimpíadas no Rio] porque não ia ter melhora nenhuma. Veio melhora depois do Pan? E depois das olimpíadas, vai vir melhora?
- O [Parque Aquático] Maria Lenk ficou lá parado criando mosca, mosquito da dengue, ... tudo parou. Acabou o Pan, parou o interesse. Eu acho que existe muito interesse político.
- Gastaram em obras, gastaram dinheiro, o estádio, roubaram muito também ...  
(participantes da VOCN)

Uma pesquisa anterior, realizada por esta equipe de pesquisa junto a profissionais de educação física residentes no Rio de Janeiro, encontrou os mesmos resultados. Os entrevistados criticaram o uso das instalações, que foram construídas com recursos públicos e que agora são subutilizadas ou foram privatizadas (REIS; SOUSA-MAST; GURGEL, 2013). Além disso, Reis e DaCosta apontam que:

[...] a consequência da criação de espaços esportivos e de entretenimento de alto nível em países onde uma proporção significativa da população é pobre, é que esta infraestrutura vai se tornar ou uma coleção de elefantes brancos, vazios e subutilizados (MANGAN, 2008), ou serão rapidamente degradados para se 'adequar' à norma da sociedade local, que acabará por ser obrigada a pagar para fazer uso das instalações. Na verdade, apenas um dentre os quatro grandes estádios construídos para os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007 está sendo utilizado, todos os outros estão sendo subutilizados ou estão em processo de degradação (2012, p. 71).

Esta é, portanto, uma questão que precisa ser aprofundada pelo Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.

Quando perguntados sobre o que gostariam de perceber em termos de legados esportivos dos Jogos Rio 2016, os participantes foram unânimes em escolher a continuação do programa Vila Olímpica em sua comunidade, com níveis mais elevados de investimento em infraestrutura e pessoal:

E manter tudo isso [...]. Porque não só as crianças de agora como as que ainda vão vir, crescerem, é manter [o projeto], entendeu? Porque não adianta nada fazer agora e depois deixa tudo para lá. O que adianta? (participante da VOPMJGT)

De continuar [a Vila Olímpica] porque não adianta ele pegar hoje ... de investir nisso aqui e não cuidar, não investir, não consertar. A nossa casa se a gente não faz um reparo a bicha fica caindo. Então acho que o governo deveria anunciar porque tem projetos que eu não sei. (participante da VOM)

Esta resposta não só destaca os problemas de investimento, mas também salienta o valor das Vilas Olímpicas para as pessoas das comunidades onde elas estão instaladas. O programa é claramente bem visto pelas comunidades participantes, que se sentem privilegiadas de poder desfrutar dele, uma vez que é um recurso que não está disponível para uma grande parcela da população. Para uma população que sofre com altos níveis de desigualdade social e com baixa qualidade de serviços públicos básicos, ser capaz de tão somente participar, gratuitamente, de atividades realizadas por profissionais qualificados e dedicados, apesar das condições físicas desfavoráveis, é tido como um privilégio. De fato, alguns participantes especularam que estes programas não são melhor promovidos dentro das comunidades onde eles ocorrem porque o próprio programa não teria a capacidade para atender a demanda que seria criada:

Mas sabe porque também que eu acredito que ele não anuncia? É porque não dá vazão. São muitas pessoas que querem realmente alguma coisa. Tem muitos desocupados mas noventa por cento da população da Maré são pessoa decentes, batalhadoras, que querem o melhor para seus filhos. Então o governo não tem condições de abranger isso porque na realidade é muito desvio. Então a partir do momento que ele divulga isso, "se eu vou divulgar eu tenho que oferecer e se eu oferecer tem que desembolsar". (participante da VOM)

Em uma cidade com mais de um milhão de pessoas vivendo em favelas (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2006), não é surpreendente o sentimento expresso pelo participante acima, particularmente devido à tradicional cultura de corrupção em instituições públicas no Brasil (GEDDES; RIBEIRO NETO, 1992; HABIB; ZURAWICKI, 2006). É problemático, no entanto, pensar que os programas de esporte e políticas de promoção da participação esportiva podem e/ou atingirão

apenas uma pequena fração da população. A Vila Olímpica Clara Nunes, por exemplo, localizada em uma comunidade com mais de 27.000 habitantes, tem a capacidade para atendimento de, no máximo, 4.610 pessoas por mês<sup>4</sup>. Embora no momento não atinja, por várias razões, plena capacidade em algumas das turmas, a maioria das atividades oferecidas estão cheias ou superam o número máximo especificado de alunos<sup>5</sup>, comprovando a existência de procura e interesse por parte da comunidade local. Na Vila Olímpica da Maré, o número de participantes ativos atinge apenas 3.500 pessoas em uma comunidade com cerca de 130.000 indivíduos. Embora seja incontestável que este é um número elevado de pessoas, ainda assim representa menos de 3% da população total do Complexo da Maré.

Outro problema associado ao investimento e manutenção de programas esportivos públicos tem relação com a continuidade (ou descontinuidade) das atividades oferecidas nas Vilas Olímpicas. Segundo os participantes, algumas atividades vêm e vão, e as razões para essa inconsistência não parece clara:

O primeiro ponto crucial teria que ser na persistência das modalidades. Quando abriu aqui tinha o taekwondo, aí depois tiraram o taekwondo. Tinha o balé, depois tiraram o balé. Aí tinha o judô para a idade do meu filho, e aí tinham tirado o judô. Aí eu ... pô, ele tava chorando porque queria o judô, fiquei até orgulhoso, porque lá em casa eles são meus judocas, karatecas, eles gostam muito e ele cobrava muito de mim. “Pô pai, não tem o judô, pai. Como é que eu vou fazer?” (participante da VOG)

Isto é particularmente problemático se existe um plano visando o desenvolvimento de modalidades ou mesmo um plano para identificar atletas para treinamento de alta performance, como afirmam constantemente diversas organizações oficiais. Embora a maioria das Vilas Olímpicas não tenha o alto desempenho como principal objetivo, está claro, na história da política esportiva brasileira, que essa meta é constantemente mencionada quando se refere a intervenções no esporte por parte do Estado (MELO, 2005b). Se for esse o caso, então a interrupção de atividades oferecidas dentro das Vilas Olímpicas é uma contrassenso. Como discutiremos mais adiante, parece que o problema é mais complexo do que isso, sendo de fato relacionado com um mal maior da sociedade brasileira.

### **Prioridades**

Embora a maioria dos participantes tenha se mostrado inicialmente extremamente positivos quanto a experiência de realização de grandes eventos na cidade, como os Jogos Olímpicos, quando instigados a discutir os impactos de tais eventos em suas vidas, poucos reconheceram algum potencial para efetivo aumento no interesse por esportes e nos níveis de participação esportiva. Como mencionado acima, houve certamente demonstrações de esperança na continuidade dos projetos das Vilas Olímpicas e em maiores investimentos em programas de esporte, porém poucos participantes associaram o evento com melhorias nessa área ou demonstraram esperar que melhorias possam ocorrer em função da realização dos mesmos. De fato, alguns participantes demonstraram ter apenas uma ideia vaga do que são os Jogos Olímpicos, nada além de uma noção segundo a qual trata-se de uma competição esportiva de grande porte. Outros constantemente referiram-se à Copa do Mundo de 2014 como sendo o

---

<sup>4</sup> Baseado no número de vagas em todas as atividades oferecidas.

<sup>5</sup> Baseado no número de participantes por professor e na capacidade das instalações.

evento em pauta<sup>6</sup>, embora constantemente tenhamos reiterado que nos referíamos aos Jogos Olímpicos.

O antropólogo brasileiro Roberto DaMatta (2003, p. 19) já havia argumentado que “os esportes olímpicos e a própria idéia de Olimpíada não despertam muito entusiasmo no Brasil”, ao contrário da Copa do Mundo de Futebol, que é uma paixão brasileira. Se aceitarmos esta hipótese, que consideramos parcialmente verdadeira, pode-se especular que, dentro de um contexto em que a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos estão sendo hospedados na mesma cidade, com apenas dois anos separando um evento do outro, com a Copa sendo o primeiro dos dois eventos, os Jogos Olímpicos podem facilmente ser ofuscados e conseqüentemente ignorados pela população em geral. Embora seja esperado que esta situação mude com a proximidade dos Jogos, o ponto aqui é que as pessoas com quem falamos nessas comunidades não atribuem o mesmo valor aos Jogos Olímpicos, como atribuem à Copa do Mundo de futebol. Porém, o que os Jogos Olímpicos podem representar para a cidade é reconhecido, especialmente em termos de mudança na infraestrutura urbana, algo facilmente percebido através de um simples passeio pela cidade. A associação do evento ao aumento em taxas de participação esportiva ou aos valores Olímpicos não é, portanto, algo imediato. O trecho abaixo, entre dois participantes do grupo focal da Vila Olímpica da Gamboa, ilustra bem este argumento:

- Pelo o que eu vejo, eu percebo, as pessoas associam a vinda dessas olimpíadas com a obra. Eles acham que por isso que tá tendo essas obras, tudo com a obra. Eles não associam que a vinda das Olimpíadas é um incentivo ao esporte. Para valorizar, dar um valor maior ao esporte. Ninguém vê assim. Eles veem mais assim: “por isso que está tendo essas obras, ficar bonito para vir as Olimpíadas”. Ficar bonito para quando chegar todo mundo aqui estrangeiro achar tudo bonito.
- Verdade.
- Não é verdade?
- É a realidade.
- Então assim, não tem essa divulgação, não é? De que as olimpíadas vindo é valorizar mais ao esporte. Não é as obras. As obras são um benefício mais para a população, são projetos antigos, que estão vindo para beneficiar ...
- Mas está saindo por causa das Olimpíadas. Só por causa disso mesmo. O povo está certo!  
(participantes da VOG)

Até agora, portanto, apesar de nossos entrevistados participarem de um programa esportivo financiado pelo poder público, cujo suposto objetivo é promover os ideais Olímpicos de educação, saúde e inclusão social através do esporte, estes não foram capazes de perceber muitos esforços por parte do governo no sentido de utilizar a realização dos Jogos Olímpicos como mecanismo de promoção para tais avanços. O foco, mais uma vez, parece estar apenas em mudanças de infraestrutura. Esses achados confirmam o argumento de Todt (2009) que os valores Olímpicos não têm desempenhado um papel importante em qualquer política de esporte encontrada no Brasil até agora. Reforçam também as conclusões de Knijnik e Tavares (2012) sobre o Programa Segundo Tempo (discutido abaixo), que sugerem que seus instrutores não se identificam como parte de um programa de Educação Olímpica, apesar de serem assim descritos no Plano de Legados Rio 2016, do qual tal programa é parte central.

---

<sup>6</sup> A Copa do Mundo de futebol da FIFA será sediada em várias cidades do Brasil, sendo o Rio de Janeiro a sede da grande final.

Além disso, embora os participantes do estudo demonstrem apoio às "melhorias" em andamento na cidade, particularmente no sistema de transporte, há uma percepção geral de que esses investimentos deveriam ser feitos independentemente da realização de eventos e que estes só fornecem um meio para o governo acelerar os processos que normalmente levariam mais tempo, devido aos procedimentos democráticos envolvidos em tais empreendimentos. Cria-se assim um ambiente anti-democrático, onde as decisões são tomadas como questões de urgência, ignorando os procedimentos regulares que buscam assegurar idoneidade, responsabilidade e prestação de contas:

- E o que o governo quer é fazer com que a gente acredite nisso, “oh, que vantagem...” [...]
  - Não, eu acho que é tipo isso: é um teatro que eles estão fazendo.
  - Eles querem fazer porque atrás disso tudo tem muito mais grana do que vai ficar [de legados para a população].
  - Claro!
  - Então eles estão querendo passar para a gente, “Olha, prefira isso do que nada, porque se não for agora não vai ter isso nunca”.
- (participantes da VOM)

É importante notar aqui que outros estudiosos têm discutido este problema, que é comumente associado com a realização de megaeventos. Por exemplo, Horne (2012, p. 5) afirma:

[...] Megaeventos esportivos têm sido amplamente desenvolvidos por organizações não democráticas, muitas vezes com decisões tomadas de forma anárquica e com falta de transparência, e frequentemente visando o interesse dos fluxos globais de financiamento, tecnologia e imagem, em vez das comunidades locais. Nesse aspecto, eles representam uma mudança dos recursos públicos para interesses privados e, em muitos aspectos, refletem as políticas que sustentam o "capitalismo de desastre" contemporâneo informado pela "doutrina de choque" (KLEIN, 2007). Usando uma crise, ou neste caso, um espetáculo esportivo transformador, para remodelar o espaço urbano e a economia, numa perspectiva de negócios, pode ser visto como parte da mesma estratégia, mas desta vez usando "choque e reverência" a serviço do "capitalismo de celebração" (HAYES; HORNE, 2011; BOYKOFF, 2011).

É, portanto, uma questão que precisa ser melhor discutida e avaliada pelas organizações transnacionais, que são, em última análise, responsáveis por esses megaeventos esportivos.

Dentro deste contexto, a maioria dos participantes do nosso estudo indicou que o Rio de Janeiro tem outras questões mais urgentes a serem tratadas do que preparar a cidade para sediar um evento esportivo. Em vez de grandes investimentos na construção de novas instalações esportivas, não muito tempo depois de que a cidade passou por uma série de obras para os Jogos Pan-Americanos de 2007, o foco deveria ser a melhoria dos serviços básicos para a população local, como serviços públicos de saúde e educação, bem como segurança pública:

E poxa tanto dinheiro que eles vão usar, nem tudo vai ser realmente para o que é necessário. [...] Vamos melhorar aquele que já tem, pô aqui já tem uma estrutura, vamos melhorar! Acho que o ponto negativo é essa parte aí, financeira. Tem muita coisa ... a saúde tá precária porque eles, não interessa... então eles desviam os recursos para as olimpíadas. (participante da VOCN)

mas eles não investem nos hospitais, não investem nas escolas, nos transportes, enquanto não tem essa papagaiada de “ah, vai ter olimpíadas, vai ter Jogos olímpicos, vai ter isso, vai ter aquilo”; eles não estão nem aí para a população. Aí do nada assim só pra gringo ver?! (participante da VOM)

Eu acho que isso [os Jogos Olímpicos e/ou Olimpíadas] deveria ser depois. Eu acho que primeiro tinha que entrar na saúde, investir na nossa saúde, na educação. (participante da VOM)

Embora esteja claro que a maioria dos participantes aprecia algumas das mudanças que os eventos trarão para a cidade, parece que, para eles, o dinheiro público deveria ser direcionado para atender às necessidades básicas de saúde e educação da população local. Qualquer legado relacionado à participação esportiva é bem-vindo, mas não é considerado uma prioridade.

A questão da aplicação de verbas públicas e esforço governamental para o financiamento do que pode ser considerado como infraestrutura supérflua em detrimento a investimentos na área de prestação de serviços básicos para a população tem sido amplamente discutida na literatura (MATHESON; BAADE, 2003). Os defensores de tais investimentos argumentam que o fluxo de capital para a cidade ou país supera aquele disponibilizado em condições normais e, portanto, acelera o desenvolvimento em áreas carentes de investimentos, áreas estas que não receberiam esse tipo de aporte financeiro no curto prazo possibilitado por megaeventos (ver discussão apresentada por HALL, 2006). Por outro lado, os críticos deste cenário afirmam que tal influxo de capital segue uma lógica neoliberal que desapropria os mais necessitados, como os moradores dos bairros que visitamos, ao invés gerar mecanismos que permitam avanços sociais, agravando o abismo entre aqueles que têm acesso a serviços e infraestrutura de qualidade e aqueles desprovidos destes (PILLAY; BASS, 2008).

Vários dos participantes deste estudo forneceram evidências que apoiam a última afirmação. Como mencionado antes, a Vila Olímpica da Gamboa está localizado às margens de um dos mais significativos projetos de renovação urbana em andamento no Rio de Janeiro, sob a bandeira dos legados olímpicos. O 'Porto Maravilha' pretende mudar radicalmente a região central da cidade, onde está localizada a comunidade da Gamboa, com a construção de prédios de apartamentos para classe média, centros comerciais e outras instalações. O impacto deste projeto de renovação urbana já começou a ser sentido pelos moradores locais:

- A gente ainda não viu nada e as coisas, “Ah, vai chegar Copa, é Olimpíadas, o Porto Maravilha” tá aí mas a gente, morador, ainda não vimos nada, e as coisas tudo lá em cima. Aluguel, se você quer comprar uma casa, você não consegue mais no bairro, um aluguel você não consegue mais um aluguel, entendeu? Tudo muito caro. Valorizando e ainda a gente não viu essas coisas chegarem.
- Valorizando só as casas, os imóveis.
- Exatamente!
- Porque as benfeitorias mesmo ...
- Ainda enche tudo, tá tudo cheio d’água
- Quando chove aqui para você vir pra cá é difícil porque alí enche tudinho.
- Eu moro numa praça que quando enche eu não posso passar. Quero passar mas ninguém pode passar.
- É verdade.

- É muita água. Aí minha filha [viu] na internet: “Olha aqui o bairro que vai virar classe média”. Olha aqui o bairro de quem vai virar classe média ... Pessoal botou na internet porque era água que a gente não podia passar, água e lixo para todo lado.
- É impressionante. Eu fiquei impressionado com a quantidade de sujeira.
- Aqui na Vila Olímpica deveria melhorar também, vamos dizer assim, o espaço, vamos dizer, para luta. Seu filho faz luta de judô lá na quadra. [...]
- E a qualidade de vida do Rio, com essa Copa, depois da Copa, ela tende a encarecer muito mais, porque hoje estamos vendo uma obra que ainda não está sendo concretizada. Nós já estamos vendo o valor dos imóveis. Depois das obras, cada metro quadrado beirando aqui o Centro da Cidade, nesses espaços onde serão feitos os Jogos, haverá uma supervalorização de mais de 200%. Minha única preocupação é essa: que aqueles menos favorecidos venham a ser excluídos lá para Campo Grande, para longe daqui do Centro da Cidade porque isso é o que vai acontecer ao longo do tempo. Porque o avanço vem, a tecnologia vem, as melhorias vêm, mas só que ao mesmo tempo ela traz também um certo regresso porque aqueles que têm pouco poder aquisitivo serão convidados a se retirar devagarzinho. É o que acontece.  
(participantes da VOG)

O diálogo acima ilustra bem as questões que os moradores estão enfrentando no momento e esperam enfrentar nos próximos anos. É claro que os participantes acolhem positivamente algumas dessas mudanças (por exemplo, novas tecnologias e infraestrutura). De forma semelhante a algumas das conclusões obtidas em uma pesquisa sobre a Copa do Mundo de 2010 na África do Sul (PILLAY; BASS, 2008), os participantes do presente estudo foram, em geral, favoráveis à realização dos megaeventos esportivos na cidade. Contudo, após discussões sobre os benefícios reais esperados destes eventos em suas vidas, ficou evidente a existência de hesitação quanto a quem se beneficiaria e quem sofreria as consequências da realização dos mesmos.

No Rio de Janeiro inteiro [tem construção]. Agora tá sendo assim: obras na Zona Sul, e aqui na Baixada, né? Baixada, Zona Oeste... (participante da VOCN)

Como Davidson (2008, p. 2401) assinala, "declarações generalizadas sobre quem ganha e quem perde com a gentrificação [...] são difíceis de fazer", mas o que parece claro é que alguns membros da comunidade da Gamboa, particularmente os que vivem sob situações mais agudas de marginalidade, serão eventualmente e inevitavelmente deslocados.

A apresentação oficial do projeto Porto Maravilha destaca positivamente a valorização imobiliária da área, revelando claramente o ponto de vista daqueles que podem se beneficiar com a especulação imobiliária associada (PORTO MARAVILHA, 2012). Os objetivos declarados dão uma demonstração nítida da agenda neoliberal sob a qual se conduz o projeto, que tem "como objetivo reconstruir a área portuária aumentando a atratividade do Centro da Cidade como um todo e aumentando a competitividade do Rio de Janeiro na economia global" (PORTO MARAVILHA, 2012, p. 8). Cornelissen (2012), entre outros analistas de megaeventos (por exemplo, HORNE, 2007, 2012; HORNE; MAZENREITER, 2006), tem alertado repetidamente sobre as consequências da criação de espaços de lazer e entretenimento financiados pelo capital global. A questão do deslocamento de comunidades (HALL; HODGES, 1996; KENNELLY; WATT, 2012; PORTER; JACONELLI; CHEYNE; EBY; WAGENAAR, 2009; SILVESTRE; OLIVEIRA, 2012) é apenas uma das muitas questões sociais importantes associadas à hospedagem de megaeventos. Os encargos financeiros que são transferidos para o cidadão comum (HALL; WILSON, 2011; LEE; TAYLOR, 2006), a interrupção de projetos sociais (LENSKVIJ, 2007), a distribuição desigual dos benefícios dentro

das comunidades-sede (GAFFNEY, 2010) e o (mal) uso de instalações (financiadas com verbas públicas) após o evento (HALL; WILSON, 2011; HILLER, 2006) são outros. No caso da Gamboa, os moradores são obrigados a se mudar como consequência de uma agenda política que prioriza o desenvolvimento econômico e a construção de imagens em detrimento da justiça social. Não será, no entanto, o primeiro bairro no Rio de Janeiro a sofrer tal situação. Para citar apenas um, conforme Silvestre e Oliveira (2012) denunciaram, a Vila Autódromo, favela localizada na zona oeste da cidade, é outro bairro fadado a ter o mesmo destino.

### **Programas Públicos de Esporte na Cidade de Deus**

Como mencionado anteriormente, os programas públicos de esportes e atividade física disponíveis para a população brasileira são financiados por diferentes níveis de governo e, em muitos casos, também são disponibilizados em parceria com o setor privado e organizações não governamentais. Os focos e grupos-alvo, obviamente, diferem de caso para caso e tendem a variar de acordo com as atividades desenvolvidas, quer em espaços ao ar livre em diferentes locais da cidade, ou disponíveis apenas dentro de determinadas instituições públicas, como escolas, por exemplo. O ponto em comum entre todos é a gratuidade e a tendência que apresentam de serem usufruídos por membros de comunidades de baixa renda. Os programas discutidos abaixo, identificados como financiados pelo poder público, em operação ou recentemente interrompidos na Cidade de Deus, se encaixam neste contexto.

#### ***Segundo Tempo***

O programa Segundo Tempo é uma iniciativa do Ministério do Esporte, sendo um dos mais perenes programas em operação ininterruptamente na história contemporânea brasileira. Iniciado em 2003, mesmo ano em que o Ministério do Esporte foi criado, o Segundo Tempo é promovido como um "um programa de incentivo ao esporte como fator de desenvolvimento da cidadania e de melhoria da qualidade de vida" (BRASIL, 2012, s/p). Provavelmente devido a sua magnitude e ao alinhamento de seus objetivos com os ideais Olímpicos de educação (KNIJNIK; TAVARES, 2012), o Segundo Tempo foi incluído no livro de candidatura dos Jogos Rio 2016 como um dos principais programas a serem utilizados pela comissão organizadora para promover a participação esportiva antes, durante e após os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro (RIO 2016, 2009). A inclusão do Segundo Tempo aconteceu, entretanto, independentemente dele já estar solidamente estabelecido no momento da apresentação do Dossiê de Candidatura, em 2007, e, portanto, não pode ser considerado como uma ação derivada ou um legado obtido a partir da hospedagem dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. O argumento, no entanto, foi que haveria um aumento dos recursos dirigidos para o programa, bem como a garantia de sua continuidade a longo prazo (RIO 2016, 2009). Como discutiremos mais adiante, as questões de descontinuidade são muito presentes e problemáticas na implementação de políticas públicas brasileiras em geral (SPINK, 1987) e nas políticas esportivas em particular (ATHAYDE; MASCARENHAS, 2009; SAWITZKI, 2012).

O Segundo Tempo se concentra em crianças e jovens expostos a riscos sociais, ou seja, aqueles que vivem em comunidades de baixa renda. O programa é implementado por meio de cooperação entre o terceiro setor e instituições públicas. Diferentes organizações podem fazer parte do programa, que consiste basicamente no financiamento por parte do Ministério do Esporte de um projeto padronizado: deve atender pelo menos 100 crianças e/ou jovens; oferecer a cada participante pelo menos três modalidades diferentes com frequência mínima de três vezes por semana, por um período de duas a quatro horas por dia; as atividades devem ser executadas fora

do horário escolar regular; lanches e uniformes devem ser fornecidos a todas as crianças participantes (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2012c).

Na Cidade de Deus, de acordo com o coordenador de esportes da associação comunitária local, o Segundo Tempo deixou de funcionar há três anos. Segundo ele, o programa acontecia numa escola pública local beneficiando cerca de 250 crianças e foi interrompido porque o governo federal decidiu pelo fim do contrato com a organização local responsável pela gestão do programa. Os motivos que levaram ao término do contrato são desconhecidos por ele. Outro morador, também envolvido com projetos esportivos na comunidade, revelou que o programa Segundo Tempo estava disponível na Cidade de Deus até 2010, mas denúncias de corrupção levaram ao término das atividades no bairro. Embora as informações colhidas em diferentes fontes sejam um pouco conflitantes, um incidente de escala macro lança uma luz sobre a questão principal: em 2011, o ex-Ministro do Esporte, Orlando Silva, foi acusado de desvio de fundos e da realização de contratos irregulares (REVISTA VEJA, 2011), além de ser envolvido em uma série de alegações de fraude (NERY; MATAIS, 2011), todas relacionados com o programa Segundo Tempo. Com efeito, o maior programa de esportes em andamento no país, não resistiu por muito tempo na Cidade de Deus.

### ***PELC/Pronasci***

Outro programa do governo federal com foco na promoção de esportes e na prática de atividade física na Cidade de Deus é o PELC/Pronasci. De acordo com documentos oficiais, o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), também desenvolvido pelo Ministério do Esporte, e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), apoiado pelo Ministério da Justiça, uniram esforços para desenvolver uma ação interministerial de combate às causas e manifestações de violência (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2012A, 2012B; SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER (SMEL), 2012a). Os principais objetivos do PELC são: 1) a capacitação de gestores e líderes comunitários acerca das possibilidades e da importância do desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer; e 2) a integração da comunidade, através da elevação da autoestima dos participantes e da contribuição para o acesso a este direito social (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2012b). O Pronasci, por outro lado, é um programa mais amplo do governo federal, que envolve diversas ações para reduzir a violência e a criminalidade no país e é baseado na articulação de políticas de segurança com ações do governo na área social (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010). A combinação dos dois programas visa, especificamente, fornecer oportunidades para a reintegração social de jovens em conflito com a lei ou que sejam considerados em vulnerabilidade social, de modo que eles possam encontrar motivação no esporte para o desenvolvimento pessoal e social (SMEL, 2012a). Neste sentido, o programa prioriza a realização de projetos em bairros com altos índices de violência urbana. No Rio de Janeiro, o programa também é apoiado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL).

De acordo com o sítio da SMEL na internet (SMEL, 2012a), o PELC/Pronasci foi estruturado de modo a operar dentro das Praças da Juventude<sup>7</sup>, bem como em três outras praças dentro dos limites da comunidade. De acordo com a informação oficial, a Cidade de Deus tem quatro núcleos

---

<sup>7</sup> Praça da Juventude é outro projeto do governo federal que foca nas comunidades localizadas em áreas urbanas que têm pouco ou nenhum acesso a instalações de lazer e esporte. É um programa desenvolvido pelo Ministério do Esporte e implementado em parceria com governos municipais e/ou estaduais, assim como em parceria com o Ministério da Justiça (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2012a).

do programa PELC/Pronasci. No entanto, nenhuma atividade da Praça da Juventude ou do Pelc/Pronasci foi constatada em operação nos momentos em que os pesquisadores visitaram a comunidade (e todas as suas praças), fato confirmado também por moradores. Além disso, tivemos a oportunidade de conversar com a ex-coordenadora de um dos núcleos do PELC/Pronasci, que também é moradora da Cidade de Deus. Ela confirmou o funcionamento do programa no bairro por menos de dois anos, até junho de 2012. No entanto, segundo ela, quatro núcleos estavam localizados em lugares diferentes dos indicados no referido sítio, contrariando, portanto, informações oficiais.

Provavelmente por causa da informação desatualizada no sítio do governo, não fomos capazes de obter muitos detalhes sobre o projeto a partir de fontes oficiais. Nossa fonte local era, novamente, nosso melhor canal para obter informações. Ela indicou que o projeto, quando em plena operação, atingia cerca de 800 crianças e adolescentes fora do horário escolar, embora os números não fossem estáveis, por vezes decrescendo para 500 participantes. Ainda assim estes números demonstram a demanda e a necessidade de tais programas nessas comunidades. Nossa fonte, como esperado, mostrou-se muito crítica em relação às condições de trabalho e entrega das atividades previstas pelo programa. Segundo ela, a falta de infraestrutura significava que as únicas atividades capazes de serem oferecidas às crianças participantes eram futebol, basquete e vôlei – atividades estas, tradicionalmente, as mais amplamente disponíveis para crianças em todo o país. Ela reclamou da falta de oportunidades para o desenvolvimento de outros esportes Olímpicos, citando a existência de vários espaços vazios dentro da comunidade que poderiam ser utilizados para construção de uma melhor infraestrutura para a prática de esportes e atividade física, incluindo uma sonhada piscina pública.

### ***Academia da Praça***

Certamente o programa público de esportes e promoção de atividade física de maior visibilidade na Cidade de Deus, a Academia na Praça atende a pessoas a partir de 15 anos de idade e foi criado em Junho de 2011 com a instalação de equipamentos de ginástica e musculação na praça central da comunidade (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2012a). Vinte e cinco aparelhos de musculação de aço inoxidável estão disponíveis na Praça Padre Júlio Groten, e quatro profissionais de educação física estão disponíveis para montar séries de treinamento de força e ministrar aulas de ginástica, sempre com apoio de estagiários. Yoga, tai chi-chuan e aulas de capoeira também são ministradas gratuitamente por profissionais da área. A estrutura funciona de segunda a sexta-feira (06:00-10:00 e 16:00-20:00) e aos sábados (07:00-10:00), mas é obrigada a fechar quando chove já que a cobertura não é suficiente para proteger os participantes e equipamentos. Apesar de ser de graça para todos, os participantes são obrigados a inscrever-se formalmente para participar do programa, o que inclui a realização de um exame médico para indicar se eles estão aptos para a realização de atividade física. Para receber o certificado médico os participantes precisam se consultar com um médico e, na maioria dos casos, os membros da comunidade local só têm acesso a consultas em hospitais públicos ou postos de saúde, já que planos de saúde privados são inacessíveis para a maior parte dessa população. A questão aqui é que a saúde pública no Rio de Janeiro é notoriamente deficiente, com filas e longo período de espera como cenário comum (listas de espera, por vezes, de dias ou semanas) para consultas médicas básicas. Essa exigência, portanto, pode ser um impedimento para as pessoas que não têm tempo ou condições (ou até paciência) para obter tal exame médico. Na verdade, vários moradores da comunidade, ao falar sobre oportunidades de participação em esportes e atividade física, indicaram que a exigência de um exame médico para se inscrever no Projeto Academia da Praça é de fato uma barreira

significativa para a participação. Portanto, um programa que é projetado para alcançar um grande contingente populacional e que visa melhorar a saúde da comunidade, desde o início apresenta uma restrição significativa para a ampla participação.

O Projeto Academia na Praça é financiado pelo Ministério do Esporte, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e, não surpreendentemente, pelo Banco Santander (iniciativa privada). O projeto foi, de fato, projetado por uma ONG que também é responsável pela gestão e execução de unidades em todo o país. É, portanto, uma iniciativa do terceiro setor com o apoio do governo e financiamento do setor privado. O projeto se insere dentro de um programa do Ministério do Esporte associado à Lei de Incentivo ao Esporte, que permite às empresas privadas o direcionamento de 1% do valor de sua carga tributária para projetos de esportes e atividade física aprovados pelo governo federal e, em troca, ter sua marca associada a estes. No Rio, o projeto foi inicialmente estabelecido em algumas praias ao longo das áreas mais ricas da cidade e recentemente foi implementado em três comunidades de baixa renda, incluindo a Cidade de Deus (ACADEMIA DA PRAÇA, 2012).

Embora não seja dirigido exclusivamente para a juventude, um grande grupo de participantes é, de fato, de jovens adultos com idade entre 18 e 25 anos. Isto deve-se possivelmente às dificuldades descritas acima relacionadas com a obtenção de certificados médicos. Mesmo que este projeto não apresente relação direta com os ideais Olímpicos, devido ao seu foco ser na prática de exercícios físicos e não de esportes, seu caráter público como mecanismo estatal para a promoção da participação em atividade física, nos fez inclui-lo em nossas discussões.

### ***Rio em Forma Olímpico***

Estabelecido pelo governo municipal e administrado pela Empresa Municipal Olímpica, Rio em Forma Olímpico é uma tentativa da Prefeitura de utilização dos Jogos Olímpicos para a promoção de práticas esportivas. O programa destina-se a fazer uso de espaços públicos adequados para a prática de esportes em toda a cidade, oferecendo modalidades Olímpicas para crianças e jovens matriculados em escolas públicas. Atividades para adultos também são oferecidas, porém em menor número. O programa foi criado em 2009 e hoje é acessado por mais de 24.000 pessoas em 436 núcleos abrangendo 115 comunidades da cidade (EMPRESA OLÍMPICA MUNICIPAL, 2012). Assim, é um programa significativo oferecido na cidade sob o nome Olímpico.

A Cidade de Deus tem três núcleos do Rio em Forma Olímpico, com mais de 300 pessoas inscritas, entre crianças, jovens e adultos (profissional atuante no Rio em Forma Olímpico, comunicação pessoal, 07/12/12). São oferecidos futsal, futebol de campo e aulas de fitness três vezes por semana, durante duas horas por dia. O programa emprega não apenas profissionais de educação física, mas também psicólogos, educadores, assistentes sociais e um membro da comunidade local, que é responsável pela promoção do programa dentro da comunidade.

É surpreendente que apenas uma fonte de informação oficial sobre o programa mencione o nome 'Olímpico' para indicar que os Jogos Rio 2016 serviram como um incentivo para o estabelecimento do programa (EMPRESA OLÍMPICA MUNICIPAL, 2012). Não há referência a valores ou ideais Olímpicos e o objetivo suposto do projeto é "a diminuição da evasão escolar e alteração favorável de indicadores escolares" (EMPRESA OLÍMPICA MUNICIPAL, 2012, s/p). Esta fonte indica, no entanto, que um de seus resultados esperados é "estimular a prática de atividade física, fortalecendo o estilo de vida saudável" (EMPRESA OLÍMPICA MUNICIPAL, 2012, s/p). Neste sentido, o programa se enquadra no objetivo de aumento na participação esportiva na cidade

promovido pelo comitê dos Jogos Rio 2016. O problema, no entanto, é que não há nenhuma indicação clara quanto à longevidade esperada. O custo estimado do projeto é de R\$ 63 milhões e o prazo informado para sua implementação aponta Dezembro de 2009 para o estabelecimento da Fase 1 e Dezembro de 2011 para a fase 2. Quantas fases serão e no que elas consistem, bem como os objetivos de cada uma delas no que diz respeito aos objetivos do projeto e sua implementação, não estão claros em qualquer lugar do documento.

Outra fonte oficial usa uma abordagem diferente para apresentar o mesmo projeto. No site da SMEL alguns valores Olímpicos são citados, embora nenhuma menção aos Jogos Olímpicos seja feita: “[o] projeto está focado nos valores emocionais e educacionais, capazes de serem mobilizados pelo esporte e o lazer” (SMEL, 2012b, s/p). O objetivo do projeto, de acordo com a SMEL, não é reduzir as taxas de evasão escolar, mas sim oferecer atividades que possam melhorar a qualidade de vida dos moradores de comunidades de baixa renda (SMEL, 2012b). Este documento indica que não apenas atividades esportivas serão oferecidas, mas também atividades culturais e sociais, bem como o que eles chamam de atividades sobre ética e saúde (SMEL, 2012b). Não está claro que tipo de atividades são essas ou como elas serão implementadas. Também não está claro por que existem diferenças tão significativas entre as informações fornecidas sobre o programa nas duas fontes oficiais.

Um terceiro documento oficial, obtido através do coordenador do programa, foi analisado. Um comunicado para imprensa com sete páginas ofereceu detalhes adicionais sobre o projeto, fornecendo, no entanto, informações ainda mais contraditórias. O foco no esporte como uma poderosa ferramenta educacional e cultural é enfatizado aqui, bem como o seu papel na melhoria dos indicadores de saúde e qualidade de vida global. O documento também enfatiza o direito constitucional ao esporte e lazer e o papel da SMEL em facilitar o acesso a este direito. O projeto é apresentado ao longo destas linhas, mas claramente discutido como mais um dentre uma longa linhagem de programas implementados pela SMEL para alcançar o objetivo de oferecer oportunidades de participação em esportes para a população carioca (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, s/d). Obviamente o documento não reconhece a falta de consistência na entrega desses programas ao longo dos 23 anos de existência da SMEL.

De acordo com este comunicado à imprensa, o foco do programa são as pessoas socialmente vulneráveis, especialmente crianças e jovens. Para alcançar este objetivo, a Prefeitura identifica comunidades onde os valores de IDH e os Índices de Desenvolvimento Social (IDS) são baixos para justificar o local de implementação dos núcleos do programa. Os objetivos desta vez combinam os dois encontrados nas fontes referidas acima, incluindo redução dos índices de evasão escolar, estímulo à melhoria da qualidade de vida dos cariocas e capacitação de moradores de comunidades de baixa renda. Este documento também abre a possibilidade para o oferecimento de outras atividades além das esportivas, nos núcleos do programa, desde que elas se encaixem na grande área de esporte e lazer. Há uma ênfase na inclusão de conteúdo educativo nas atividades, abrangendo temas como meio ambiente, saúde, sexualidade, cultura, ética e empreendedorismo.

É mais uma vez surpreendente notar que este documento, de longe o mais detalhado a que tivemos acesso, sequer menciona os Jogos Olímpicos, sendo o nome do programa em si a única referência ao evento. No entanto, o documento abrange aspectos defendidos pelo Movimento Olímpico, como a inclusão de valores e ideais Olímpicos na proposta pedagógica do programa. É,

certamente, um avanço em comparação a alguns dos outros programas aqui analisados, mas que ainda deve ser avaliado quanto à sua eficácia.

Da mesma forma que outros programas analisados anteriormente, o Rio em Forma Olímpico também faz uso do terceiro setor para operar suas atividades. Duas Organizações Sociais (OS) foram selecionadas, através de processo de licitação, para executar as atividades do projeto, tendo cada uma recebido, em 2011, mais de R\$ 12 milhões para gerenciar o projeto (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2011). Como o site oficial do programa não faz nenhuma menção a essas "parcerias", ainda não está claro qual poder a Prefeitura do Rio de Janeiro realmente tem sobre a qualidade dos serviços prestados por estas OSs ou por quanto tempo essas instituições permanecerão como gestoras dos núcleos do projeto.

### **Participação Esportiva em Ação**

A partir dos resultados acima fica claro que as diferentes fases deste estudo são complementares e que há, nas diferentes comunidades, questões recorrentes que precisam ser abordadas por todos os níveis de governo. Em particular, nossos resultados indicam que há questões importantes que dificultam a oferta de oportunidades de qualidade em atividades física e esportivas para jovens de comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro.

### ***Descontinuidade e Instabilidade***

Instabilidade e descontinuidade dos programas esportivos são problemas relatados por outros pesquisadores brasileiros (SAWITZKI, 2012; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2009) e que também foram identificadas neste estudo. Este foi particularmente o caso na avaliação dos programas disponíveis na Cidade de Deus. No entanto, o Programa Vilas Olímpicas, apesar de ser relativamente antigo e estar, aparentemente, em expansão (por exemplo, a recente criação da Vila Olímpica do Mato Alto e a inauguração da Vila Olímpica Dr. Sócrates, em Pedra de Guaratiba), ainda sofre com a instabilidade da gestão, uma vez que o financiamento apresenta nítidos impedimentos para o seu pleno e bem-sucedido funcionamento.

Há algumas considerações a serem feitas nesse sentido. Primeiro, os programas esportivos dependem de vontade política, com contingências, programas e projetos tipicamente interrompidos ou significativamente modificados a cada nova eleição. Esta questão é tão recorrente e problemática na administração pública brasileira que o termo "descontinuidade administrativa" tem sido ligado à prática normalizada da interrupção de todos ou quase todos os programas (bem-sucedidos ou não) desenvolvidos e implementados pelo partido político no poder na gestão anterior (SPINK, 1987). Isso se torna ainda mais desafiador dada a organização política do país, que abriga 27 partidos políticos diferentes, na maioria dos casos com representação e assentos nos diferentes níveis da máquina governamental. Mudanças nas lideranças políticas e em suas agendas são, portanto, constantes, e a descontinuidade administrativa é, conseqüentemente, uma patologia do sistema.

É importante notar que os problemas de descontinuidade em alguns dos programas descritos acima ocorreram apesar da estabilidade política experimentada pelo país durante os últimos 10 anos. O Partido dos Trabalhadores (PT) está no poder em nível nacional desde 2003, quando o presidente Luis Inácio Lula da Silva iniciou seu primeiro mandato, e permanecerá nessa posição pelo menos até o final de 2014, quando o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff expira.

Políticas públicas de esportes e lazer na esfera federal, portanto, experimentaram alguma estabilidade com a implementação de programas de longo prazo, como o Segundo Tempo. No entanto, mesmo neste contexto de estabilidade política em nível nacional, na base as experiências parecem longe de ser estáveis e de longo prazo, conforme apresentado acima. Embora o projeto Segundo Tempo, por exemplo, seja executado em todo o país há anos, a longevidade de cada núcleo específico de atividade é menos estável, como o caso da Cidade de Deus indica. Um estudo conduzido por Athayde e Mascarenhas (2009) apresenta evidências ainda mais fortes desta afirmação: os resultados de uma investigação do Segundo Tempo no Distrito Federal entre 2003 e 2006 mostrou que o número de núcleos em funcionamento varia muito de ano para ano, e que só alguns projetos permaneceram em operação durante mais de um ano. Além disso, os projetos recém-criados não têm bem definidos seus objetivos e duração e, portanto, sua continuidade não é totalmente segura. Como Suassuna (2007) argumenta, os programas esportivos avaliados neste estudo não são parte de um programa apolítico de esportes com o apoio de todos os níveis de governo, incluindo o Senado e o Congresso federais, e, portanto, políticas eminentemente nacionais. Eles são sim, programas de curto e médio prazo para atender a uma demanda pública imediata e, portanto, têm pouco potencial para suportar mudanças de longo prazo.

A falta de continuidade também pode ser atribuída aos conflitos internos e entre órgãos da administração pública, conforme mencionado por Melo (2005b). Como estes programas nacionais de promoção de esporte são geralmente implementados através de parcerias entre diferentes órgãos governamentais, bem como instituições privadas e ONGs, o conflito sobre o modus operandi de diferentes organizações, juntamente com as mudanças políticas em nível local e estadual, pode levar à burocratização excessiva e conflitos de interesse, resultando na eventual interrupção de programas (ATHAYDE; MASCARENHAS, 2009). Embora esteja claro que as intervenções políticas voltadas para a promoção do esporte e lazer precisam ir além dos setores do esporte (SCHOPPE et al., 2004), no contexto brasileiro, devido a seus sistemas políticos, culturais e burocráticos, esta abordagem apresenta dificuldades de implementação, tais como as mencionadas acima.

### ***Parcerias Público-Privadas***

Outro problema significativo enfrentado pelas políticas de esportes no Brasil está associado à natureza subcontratual de muitas das ações governamentais, como a transferência de uma grande quantidade de suas próprias responsabilidades, como indicado na Constituição Nacional, para o setor privado (BERNARDO; SILVA; MORAIS; COUTINHO, 2011; MELO, 2007). Seguindo a agenda populista e, sem dúvida, neoliberal, adotada pelo governo do Partido do Trabalhadores no Brasil (MELO, 2007; NOZAKI E PENNA, 2007), políticas públicas, como a Lei do Incentivo ao Esporte, dentro da qual a Academia da Praça está inserida, são comumente justificadas por sua flexibilidade em atingir grupos-alvo, em ofertar diferentes atividades, em atender comunidades e também - o mais importante - por engajar o setor privado para suavizar a carga financeira do Estado.

No entanto, se esta política é analisada criticamente, pode-se facilmente identificar alguns pontos fracos importantes. Primeiro, há novamente o problema de descontinuidade, já que a iniciativa privada, através de patrocínios, não precisa estabelecer compromissos de longo prazo para apoiar qualquer projeto escolhido. Caso determinado patrocinador decida suspender seu apoio financeiro pela razão que seja, o projeto será interrompido. Além disso, o sistema altamente burocrático presente em qualquer instituição governamental no Brasil impõe desafios adicionais

para a continuidade de programas, uma vez que organizações do setor privado terão diferentes expectativas e capacidades para lidar com o Estado burocrático (ATHAYDE; MASCARENHAS, 2009; MELO, 2007). Segundo, o interesse principal de empresas privadas é, na maioria dos casos, a visibilidade do projeto apoiado e as oportunidades de marketing que ele apresenta. Assim, projetos de pequena escala ou projetos localizados fora de mercados consumidores importantes provavelmente não encontrarão patrocinadores para apoiar suas atividades e, portanto, não serão implementados. A questão da distribuição desigual de recursos é também motivo de preocupação, já que cada proponente de projetos (geralmente ONGs) é responsável por encontrar os seus próprios patrocinadores, uma tarefa que provavelmente irá favorecer pessoas e instituições com redes de contato e/ou influência dentro do setor privado bem estabelecidas. Como consequência, grupos comunitários, particularmente aqueles representativos de áreas pequenas e pobres, terão poucas chances de ter seus projetos financiados. Por fim, questões de responsabilidade e consistência na entrega de conteúdo podem ser prejudicadas ao delegar-se a tarefa de gerenciamento de projetos a instituições privadas ou do terceiro setor, o que reduz imediatamente o controle estatal sobre a entrega de atividades.

A evidência para algumas das declarações acima é facilmente encontrada no programa Academia na Praça, por exemplo. É importante notar aqui, no contexto discutido acima, que duas das três comunidades beneficiadas pelo projeto estão localizadas na periferia imediata de bairros 'ricos'. Uma academia está instalada na Rocinha, ao lado dos bairros de São Conrado e Gávea, e uma segunda na Cidade de Deus, localizada próxima à Barra da Tijuca. A terceira comunidade beneficiada pelo projeto, o Complexo do Alemão, está localizada na região norte do Rio, uma das menos abastadas da cidade, mas também uma das mais populosas onde o aumento no poder de consumo das classes mais baixas, mencionado na introdução deste relatório, foi particularmente sentido (NERI, 2010). O Complexo do Alemão é cercado por vários e populosos bairros da atual classe média da cidade. Além disso, as três comunidades selecionadas estão entre as mais populosas comunidades de baixa renda do município do Rio de Janeiro, sendo a Cidade de Deus a menos populosa dentre as três. Complexo do Alemão e Rocinha, possuem mais de 120.000 habitantes cada, com um crescente mercado consumidor vivendo dentro de seus limites (NERI, 2010). Parece razoável supor, portanto, que a localização estratégica e a população desses bairros justificam sua inclusão no programa.

O caso do Programa Vilas Olímpicas também é um exemplo dessa situação. As duas Vilas Olímpicas que têm sido capazes de garantir parcerias com a iniciativa privada expandiram suas atividades e efetivamente alcançaram a comunidade. Porém, como as agências parceiras não fornecem apoio financeiro para arcar com custos de infraestrutura e equipamentos, as instalações atuais encontram-se em processo de rápida deterioração, assim como é o caso, obviamente, das Vilas que não contam com apoio da iniciativa privada. É claro que os problemas de infraestrutura configuram-se em potenciais impedimentos para a prestação dos serviços à população delegados às Vilas. É necessário, portanto, que um orçamento realista seja alocado para tais programas públicos, independentemente da possibilidade de parcerias, para que eles sejam efetivamente capazes de ofertar oportunidades de qualidade para a prática de esportes e atividade física, em especial para crianças e jovens.

Com efeito, portanto, a abordagem de política pública na área de esportes e atividade física encontrada neste estudo representa uma clara tentativa de tirar a responsabilidade estatal de direta e sistematicamente financiar programas e projetos socioesportivos e, conseqüentemente,

transferir o seu dever constitucional para instituições privadas ou ONGs que são, geralmente para benefício próprio, interessadas em associar seus nomes a programas 'certificados' pelo governo (BERNARDO et al., 2011). Dentro do contexto da "década do esporte", esta questão é de particular importância uma vez que bilhões de reais estão sendo gastos em nome do esporte, mas não parecem estar sendo direcionados para o desenvolvimento de oportunidades de longo prazo para comunidades de baixa renda acessarem programas sustentáveis e coesos de esporte e atividade física. Infelizmente, este não parece ser um caso isolado em programas relacionados a megaeventos, com a África do Sul enfrentando problemas de natureza semelhante após sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2010 (CORNELISSEN, 2011).

## CONCLUSÕES

Na busca por notoriedade internacional e na ânsia por ostentar prosperidade e poder econômico, o Brasil entrou na corrida para sediar megaeventos. Ao final da segunda década do século XXI, o país terá sediado os dois maiores eventos esportivos do mundo (a Copa do Mundo da FIFA e os Jogos Olímpicos), além de pelo menos três outros eventos esportivos de relevância internacional (os Jogos Pan- Americanos, os Jogos Mundiais Militares e a Copa das Confederações de Futebol). De acordo com o Livro de Candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016, um dos principais objetivos de sediar os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro é a promoção e o desenvolvimento do esporte no país (RIO 2016, 2009). Na verdade, é mais do que isso: "Além do legado físico das instalações esportivas e dos voluntários treinados em esportes resultantes dos jogos, o Plano de Legados Rio 2016 inclui iniciativas para o desenvolvimento do esporte no Brasil, América do Sul e resto do mundo" (RIO 2016, 2009, p. 17). Nosso estudo teve como objetivo fornecer uma contribuição neste sentido, investigando as condições atuais nas quais este ambicioso objetivo está situado e como, até agora, o governo brasileiro, juntamente com o Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 (COJO), está se preparando e implementando os legados de participação esportiva declarados. É uma tentativa de seguir a sugestão de Horne (2012, p. 2), de que perguntas difíceis sobre a hospedagem de megaeventos esportivos, principalmente os Jogos Olímpicos, precisam ser feitas, porque "se o lançamento de uma nova luz sobre os esportes e os Jogos Olímpicos pode levar a alterações e desafios para equilíbrios de poder, isso pode trazer mudanças no esporte ou nas Olimpíadas e, assim, contribuir para mais ampla e progressista mudança social".

A fim de se envolver com essas "perguntas difíceis", na seção de revisão de literatura analisamos a evolução histórica da idéia dos legados de participação esportiva, bem como a complexidade na previsão, avaliação e efetiva construção destes legados, tão frequentemente assumidos como positivos no que diz respeito à participação em atividade física, proporcionados através da realização de megaeventos esportivos, particularmente os Jogos Olímpicos. Esta base de conhecimento foi fornecida a fim de apresentar ao leitor o contexto no qual as discussões sobre legados de participação esportiva se desenvolvem. A seção conclui questionando a "própria possibilidade de se avaliar e identificar os multifacetados legados de megaeventos" (KLAUSER, 2012, p. 2), especificamente no que diz respeito ao aumento nas taxas de participação esportiva e envolvimento em atividade física e os benefícios para a saúde decorrentes dos mesmos.

A partir deste contexto, partimos para a apresentação do projeto de pesquisa em si, através da investigação de projetos e programas financiados pelo poder público e destinados ao aumento dos índices de participação esportiva entre crianças e jovens de comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro, sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Nossos resultados, em vez de fornecer uma indicação empírica, quantificável ou uma avaliação quanto ao aumento real de participação esportiva após a escolha do Rio de Janeiro como sede do maior evento esportivo do mundo, levantou outras questões fundamentais sobre os supostos benefícios de participação esportiva e ainda sobre o contexto político em que ações nesse sentido estão situadas - temas não comumente introduzidos na esfera de discussões em torno da gestão e planejamento de legados de participação esportiva. Mais especificamente, nossos resultados indicam que as iniciativas até agora propostas e executadas pelos diferentes níveis do governo brasileiro, assim como o COJO, não foram efetivamente percebidas ou tiveram êxito em atingir as camadas sociais para as quais os esforços supostamente são voltados: crianças e jovens do Rio de Janeiro em situação de risco (residentes em comunidades vulneráveis, de baixa renda e de baixos indicadores sociais).

Isso não quer dizer que os programas investigados, particularmente o programa Vilas Olímpicas, não são bem-vindos ou de fato importantes para as pessoas que deles participam. Seguimos Melo (2005a) ao reafirmar sua importância, muito embora reconheçamos que os mesmos alcançam tão somente uma pequena fração dos membros da sociedade carioca em situação de exclusão social. Mais significativamente, como Melo aponta:

[...] esse caráter mítico, quase religioso de “salvação”, de resolução de todas as questões sociais apenas por sua [programas esportivos] existência, representa essa face de obtenção do consenso e repolitização para o não enfrentamento crítico do atual estado de coisas. Se, indubitavelmente, representa maiores possibilidades de opções de lazer e esportes para os frequentadores, é preciso apontar que não cabe nenhuma associação direta e linear com possíveis melhorias gerais das condições de vida da população. Tal questão nos leva a pensar que se o acesso ao esporte e ao lazer é fundamental, não são suficientes para uma efetiva melhoria nas condições de vida (2005a, p. 104).

É nesse sentido que defendemos, neste relatório, não ser suficiente, como um plano de legados, apenas a implementação de programas esportivos de forma aleatória pela cidade, sem que haja foco e compromisso de longo prazo ou sem que se faça uso de abordagens críticas e emancipatórias para residentes das áreas mais vulneráveis do Rio de Janeiro. Dentro deste contexto, nossos resultados indicam também que há uma ideologia dominante por trás do planejamento e execução de megaeventos e seus legados no Rio de Janeiro, pensamento este guiado por uma filosofia de desenvolvimento econômico ocidental que utiliza estes eventos como ferramentas neoliberais de crescimento (HALL; WILSON, 2011). Como consequência, as prioridades são subvertidas e, ao invés de verbas públicas serem destinadas a investimentos em infraestrutura de educação e saúde (incluindo aqui o investimentos em programas de participação esportiva em massa), estas verbas se destinam à construção de estádios, infraestrutura esta indiscutivelmente periférica em um esquema de prioridades para a cidade e que tende a beneficiar apenas aqueles de maior poder econômico.

Nós, portanto, concordamos com Cornelissen (2010), quando ela argumenta que o caso excepcional de exposição internacional possibilitada pela realização de megaeventos esportivos certamente obedece a uma agenda política que busca mais do que os ganhos econômicos e sociais que estes eventos podem supostamente trazer. De fato, nossos resultados indicam que, de forma semelhante à África do Sul em 2010, na ocasião da Copa do Mundo da FIFA, “a segmentação e os padrões reais de despesas públicas estão em desacordo com o foco supostamente de desenvolvimento social do governo nacional ” (CORNELISSEN, 2011, p. 525). O aumento dos índices de participação esportiva em massa no Rio de Janeiro certamente não ocupa posição de destaque em tal agenda.

Assim, voltando à declaração de que o plano de legados dos Jogos Rio 2016 “inclui iniciativas para desenvolver o esporte no Brasil, América do Sul e no resto do mundo” (RIO 2016, 2009, p. 17), nossos resultados sugerem ser mais prudente seguir o jornalista britânico David Runciman, quando este afirma que, “na verdade, torneios esportivos raramente fazem muito para transformar a realidade dos países que os acolhem - pelo menos não para melhor - e muito menos para mudar o destino de continentes inteiros. Mas eles podem nos dizer muito sobre onde o poder realmente está” (2010, citado em Horne, 2012, p. 5). Esperamos assim, ao fazermos essas considerações ainda nas fases iniciais do processo de planejamento do plano de legados para os Jogos Rio 2016, que haja uma mudança em onde reside o “poder” e que oficiais e políticos

envolvidos na organização dos Jogos plantem as sementes para a população colher legados verdadeiramente positivos e de longo prazo em tempo para a cerimônia de abertura.

## REFERÊNCIAS

- Academia da Praça. (2012). *O projeto*. Disponível em: <http://www.academianapraça.com.br/projeto.html>. Acesso Novembro 2012.
- Almeida, B.S., Marchi Júnior, W. (2012). A Relação Governo Federal e Comitê Olímpico Brasileiro com Base na Análise da Lei 10.264/2001 (Agnelo-PIVA) no Período de 2005 a 2008. *Pensar a Prática*, 15(3), 551–595.
- Almeida, D. (2010). Estatização, políticas sociais e lazer no Brasil. *Licere*, 13(4), 1–19.
- Amaral, S.C. (2005). Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre. *Movimento*, 11(3), 9-26.
- Amorim, E. & Blanco, M. (2003) *O índice do desenvolvimento humano (IDH) na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos
- APO. (2013). *Autoridade Pública Olímpica*. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/site/inicio/>. Acesso Abril 2013.
- Athayde, P.F.A., & Mascarenhas, F. (2009). Políticas Sociais Esportivas: uma análise da gestão do programa Segundo Tempo e alguns de seus reflexos no Distrito Federal. *Anais do XVI Congresso Nacional de Ciências do Esporte/III Congresso Internacional de Ciências do Esporte*, Salvador, Brasil, Setembro 2009.
- Atkinson, G., Mourato, S., Szymanski, S., & Ozdemirogly, E. (2008). Are we willing to pay enough to 'back the bid?' Valuing the intangible impacts of London's bid to host the 2012 Summer Olympic Games. *Urban Studies*, 45(2), 419–444.
- Behnken, L.M. & Godoy, A. (2009). O relacionamento entre as esferas pública e privada nos Jogos Pan-Americanos de 2007: Os casos da Marina da Glória e do Estádio de Remo da Lagoa. *Esporte e Sociedade*, 4(10), 1–36.
- Beijing 2008. (2000a). *Beijing 2008 Candidate City*. Vol. 3. Beijing: Beijing 2008.
- Beijing 2008. (2000b). *Replies to questionnaire*. Beijing: Beijing 2008.
- Benedicto, D.B.D.M. (2009). Desafiando o coro dos contentes: Vozes dissonantes no processo de implementação dos Jogos Pan-Americanos, Rio 2007. *Esporte e Sociedade*, 4, 1–29.
- Bergeron, M. F. (2007). Improving health through youth sports: Is participation enough? *New Directions for Youth Development*, 115, 27–41.
- Bernardo, E.C., Silva, C.S., Morais, A.M., & Coutinho, T.O. (2011). Lei de Incentivo ao Esporte (11.438/2006), estado e democracia: Reflexões sobre a sociedade de classes. *Anais do XVI Congresso Nacional de Ciências do Esporte/IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte*, Porto Alegre, Brasil, Setembro 2011.
- BOBICO. (2007). *New Beijing, great Olympics: Highlights of Beijing's Olympic candidacy*. Beijing: BOCOG.
- Brasil. (2012). *Esporte: Programas de Incentivo – Programa Segundo Tempo*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/esporte/programas-de-incentivo/programa-segundo-tempo>. Acesso Novembro 2012.
- Brust, C., Baggio, I.C., & Saldanha-Filho, M.F. (2006). Repensar a gestão das políticas públicas de esporte e lazer: o caso de Santa Maria/RS. *Motrivivência*, 27, 179-192.
- Bueno, L. (2008). Políticas públicas de esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento. *Escola de Administração de Empresas de São Paulo*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. PhD, p. 314.
- Bullough, S. J. (2012). A new look at the latent demand for sport and its potential to deliver a positive legacy for London 2012. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 4(1), 39-54.

- Cardoso, M.L.M., Ávila, S.A., Ferreira, C.L., & Pereira, Z.B.S., (Eds.). (2009). *Avaliação nutricional de crianças de 0 a 5 anos na Cidade de Deus - RJ*. Rio de Janeiro: Oficina de Livros.
- Cashman, R. (2006). *The bitter-sweet awakening: The legacy of the Sydney 2000 Olympic Games*. Sydney: Walla Walla Press.
- Cezar, P.B., & Cavallieri, F. (2002). *Como andam as taxas de homicídios no Rio e em outros lugares*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos.
- Chalip, L. (2004). Beyond impact: A general model for sport event leverage. In B.W. Ritchie & D. Adair (Eds.), *Sport tourism: Interrelationships, impacts and issues* (pp. 226–252). London: Channel View Publications.
- Chappelet, J.-L. (2008). Olympic environmental concerns as a legacy of the Winter Games. *The International Journal of the History of Sport*, 25(14), 1884–1902.
- Coalter, J.A. (2004). Stuck in the blocks? A sustainable sporting legacy. In A. Vigor, M. Mean & C. Tims (Eds.), *After the gold rush: A sustainable Olympics for London* (pp. 91–108). London: IPPR and Demos.
- Coalter, F. (2010). Sport-for-development: Going beyond the boundary? *Sport in Society*, 13(9), 1374–1391.
- Comissão Pró-Brasília 2000. (1991). *Brasília 2000*. Brasília: Comissão Pró-Brasília 2000.
- Cornelissen, S. (2010). The geopolitics of global aspiration: Sport mega-events and emerging powers. *The International Journal of the History of Sport*, 25(16-18), 3008–3025.
- Cornelissen, S. (2011). More than a sporting chance? Appraising the sport for development legacy of the 2010 FIFA World Cup. *Third World Quarterly*, 32(3), 503-529.
- Cornelissen, S. (2012). 'Our struggles are bigger than the World Cup': Civic activism, state-society relations and socio-political legacies of the 2010 FIFA World Cup. *The British Journal of Sociology*, 63(2), 328–348.
- Cornelissen, S., Bob, U., & Swart, K. (2011). Towards redefining the concept of legacy in relation to sport mega-events: Insights from the 2010 FIFA World Cup. *Development Southern Africa*, 28(3), 307–318.
- Correia, M.M. (2008). Projetos Sociais em Educação Física, Esporte e Lazer: Reflexões preliminares para uma gestão social. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 29(3), 91–105.
- Costa, N. R. (2009). Social protection in Brazil: Universalism and targeting in the FHC and Lula administration. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(3), 14.
- Curi, M. (2009). As arenas do Pan: Os espectadores entre serviço e repressão. *Esporte e Sociedade*, 4(10), 1–27.
- Curi, M., Knijnik, J. & Mascarenhas, G. (2011) The Pan American Games in Rio de Janeiro 2007: Consequences of a sport mega-event on a BRIC country. *International Review for the Sociology of Sport*, 46, 140-56.
- DaMatta, R. (2003). Em torno da dialética entre ingauldade e hierarquia: notas sobre as imagens e representações dos Jogos Olímpicos e do futebol no Brasil. *Antropolítica*, 14(1), 17–39.
- Darnell, S. (2012). Olympism in action, Olympic hosting and the politics of 'Sport for Development and Peace': Investigating the development discourses of Rio 2016. *Sport in Society*, 15(6), 869–887.
- Davies, L. E. (2012). Beyond the Games: Regeneration legacies and London 2012. *Leisure Studies*, 31(3), 309–337.
- Davidson, M. (2008). Spoiled mixture: Where does state-led 'positive' gentrification end? *Urban Studies*, 45(12), 2385–2405.
- Deccache-Maia, E. (2006). Esporte e políticas públicas no Brasil. *Esporte e Sociedade*, 1(3): 1–18.

- Denzin, N., & Lincoln, Y. (2005). *The Sage handbook of qualitative research* (3a ed.). Thousand Oaks: Sage.
- Department for Culture, Media and Sport, UK Government (2012). *Ministerial Written Statement - Sporting legacy*. Disponível em: [http://www.parliament.uk/documents/commons-vote-office/September\\_2012/18-09-12/9-DCMS-SportingLegacy.pdf](http://www.parliament.uk/documents/commons-vote-office/September_2012/18-09-12/9-DCMS-SportingLegacy.pdf). Acesso Setembro 2012.
- Dong, J., & Mangan, J. (2008). Beijing Olympic legacies. *The International Journal of the History of Sport*, 25, 2019–2040.
- Empresa Olímpica Municipal. (2012). *Institucional*. Disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com/empresaolimpica/>. Acesso Setembro 2012.
- Flyvbjerg, B. (2006) Five misunderstandings about case-study research. *Qualitative Inquiry*, 12, 219–45.
- Fotheringham, M. J., Wonnacott, R. L., & Owen, N. (2000). Computer use and physical inactivity in young adults: Public health perils and potentials of new information technologies. *Annals of Behavioral Medicine*, 22(4), 269–275.
- Frawley, S., & Cush, A. (2011). Major sport events and participation legacy: The case of the 2003 Rugby World Cup. *Managing Leisure*, 16(1), 65–76.
- Gaffney, C. (2010) Mega-events and socio-spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016. *Journal of Latin American Geography*, 9, 7–29.
- Geddes, B. & Ribeiro Neto, A. (1992) Institutional sources of corruption in Brazil. *Third World Quarterly*, 13, 641–661.
- Gerring, J. (2007) *Case study research: Principles and practices*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Girginov, V., & Hills, L. (2008). A sustainable sports legacy: Creating a link between the London Olympics and sports participation. *The International Journal of the History of Sport in Society*, 25(14), 2091–2116.
- Girginov, V., & Hills, L. (2009). The political process of constructing a sustainable London Olympics sports development legacy. *International Journal of Sport policy*, 1(2), 161–181.
- Gratton, C., & Preuss, H. (2008). Maximizing Olympic impacts by building up legacies. *International Journal of the History of Sport*, 25(14), 1922–1938.
- Habib, M. & Zurawicki, L. (2006) Corruption in large developing economies: The case of Brazil, Russia, India and China. In S.C. Jain (ed.), *Emerging economies and transformation in international business: Brazil, Russia, India and China* (pp. 452-477). Northampton: Edward Elgar Publishing.
- Hall, C. M. (2006). Urban entrepreneurship, corporate interests and sport mega-events: The thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. *Sociological Review*, 54(s2), 59–70.
- Hall, C., & Hodges, J. (1996). The party's great, but what about the hangover? The housing and social impacts of mega-events with special reference to the 2000 Sydney Olympics. *Festival Management and Event Tourism*, 4, 13–20.
- Hall, C.M. & Wilson, S. (2011) Neoliberal urban entrepreneurial agendas, Dunedin Stadium and the Rugby World Cup: Or 'If you don't have a stadium, you don't have a future'. In D. Dredge & J. Jenkins (eds.), *Stories of practice: Tourism policy and planning* (pp. 133–152). Farnham: Ashgate.
- Hiller, H. (2006). Post-event outcomes and the post-modern turn: The Olympics and urban transformation. *European Sport Management Quarterly*, 6, 317–332.
- Horne, J. (2007). The four 'knowns' of sports mega-events. *Leisure Studies*, 26(1): 81-96.

- Horne, J. (2012). Building BRICS by building stadiums: Preliminary reflections on research and future sports mega-events in four emerging economies. *Sport and Society*, 1–8.
- Horne, J. & Manzenreiter, W. (eds). (2006). *Sport mega-events: Social scientific analyses of a global phenomenon*. Oxford: Blackwell.
- House of Commons, UK Government (2007). *London 2012 Olympic Games and Paralympic Games: Funding and legacy – Second report of session 2006-07*. Vol. 1. London: House of Commons.
- Hughes, K. (2012). Mega sport events and the potential to create a legacy of increased sport participation in the host country: A London 2012 Olympic promise or Olympic dream. In R. Shipway & A. Fyall (Eds.), *International sport events: Impacts, experiences and identities* (pp. 42-54). Oxon: Routledge.
- Humbert, M. L., Chad, K.E., Spink, K.S., Muhajarine, N., Anderson, K.D., Bruner, M.W., Girolami, T.M., Odnokon, P., & Gryba, C.R. (2006). Factors that influence physical activity participation among high- and low-SES youth. *Qualitative Health Research*, 16(4), 467–483.
- Humpel, N., Owen, N., & Leslie, E. (2002). Environmental factors associated with adults' participation in physical activity: A review. *American Journal of Preventive Medicine*, 22(3), 188–199.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2011). *Censo demográfico 2010 - Aglomerados subnormais: primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Pereira Passos (2012). *Comunidades em UPP: População e domicílios – Censo Demográfico 2010*. Disponível em: [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3229\\_nt6\\_comunidades%20em%20up\\_p\\_popula%C3%A7%C3%A3o%20e%20domic%C3%ADlios%20-%20censo%20demogr%C3%A1fico%202010.PDF](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3229_nt6_comunidades%20em%20up_p_popula%C3%A7%C3%A3o%20e%20domic%C3%ADlios%20-%20censo%20demogr%C3%A1fico%202010.PDF). Acesso Novembro 2012.
- International Olympic Committee (IOC). (2008). *Report on the 4<sup>th</sup> World Conference on Women and Sport: Sport as a vehicle for social change*. Lausanne: IOC. Disponível em: [http://www.olympic.org/Documents/Conferences\\_Forums\\_and\\_Events/Women\\_and\\_Sport/Report\\_final-FemmesSport-EN.pdf](http://www.olympic.org/Documents/Conferences_Forums_and_Events/Women_and_Sport/Report_final-FemmesSport-EN.pdf)
- International Olympic Committee (IOC). (2010). *Technical Manual on Olympic Games Impact Study*. 5<sup>th</sup> update cycle – post Vancouver Winter Games. Lausanne: IOC.
- International Olympic Committee (IOC). (2011). *Olympic charter*. Lausanne: IOC.
- Jeong, G., & Faulkner, B. (1996). Resident perceptions of mega-event impacts: The Taejon International Exposition case. *Festival Management and Event Tourism*, 4(1/2), 3–11.
- Keech, M. (2012). Youth sport and London's 2012 Olympic legacy. In J. Sudgen & A. Tomlinson (Eds.), *Watching the Olympics: Politics, power and representation* (pp. 82-96). Oxon: Routledge.
- Kennelly, J. & Watt, P. (2012). Seeing Olympic effects through the eyes of marginally housed youth: Changing places and the gentrification of East London. *Visual Studies*, 27(2), 151–160.
- Kenyon, J., & Rookwood, J. (2010). One eye in Toxteth, one eye in Croteth: Examining youth perspectives of racist and anti-social behaviour, identity and the value of sport as an integrative enclave in Liverpool. *International Journal of Arts and Sciences*, 3(8), 496–519.
- Keogh, L. (2009). *London 2012 Olympic legacies: Conceptualising legacy, the role of communities and local government and the regeneration of East London*. London: Department for Communities and Local Government.
- King, A. C. (1998). How to promote physical activity in a community: Research experiences from the US highlighting different community approaches. *Patient Education and Counseling*, 33, 3–12.

- Klauser, F.R. (2012). Sport megaevents and the city. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 30, 1–4. doi:10.1068/c2012ed
- Knijnik, J. & Tavares, O. (2012). Educating Copacabana: A critical analysis of the ‘Second Half’, an Olympic education program of Rio 2016. *Educational Review*, 64(3), 353–368.
- Lee, C., & Taylor, T. (2006). Critical reflections on the economic impact assessment of a mega-event: The case of 2002 FIFA World Cup. *Tourism Management*, 26, 595–603.
- Lenskyj, H.J. (2007). *The best Olympics ever?: Social impacts of Sydney 2000*. Albany, NY, State University of New York Press.
- Lindsay, A. C., Sussner, K.M., Kim, J., & Gortmaker, S.L. (2006). The role of parents in preventing childhood obesity. *The Future of Children*, 16(1), 169–186.
- Locke, K. (2001). *Grounded theory in management research*. SAGE Publications, London.
- London 2012. (2004). *London 2012 candidate city*. London: London 2012 Candidate City.
- London Assembly. (2010). *Legacy limited? A review of the Olympic Park Legacy Company's role*. London: Economic Development, Culture, Sport and Tourism Committee.
- London East Research Institute. (2007). Lasting legacy for London? Assessing the legacy of the Olympic Games and Paralympic Games. London: LERI, University of East London.
- Marcellino, N.C. (2001). *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas: Autores Associados.
- Marques, R. M., & Mendes, A. (2007). Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katálogo Florianópolis*, 10(1), 9.
- Mascarenhas, G. & Borges, F.C.D.S. (2009). Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: Dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória. *Esporte e Sociedade*, 4, 1-26.
- Matheson, V.A. & Baade, R.A. (2003). Mega-sporting events in developing nations: Playing the way to prosperity. *South African Journal of Economics*, 72(5), 1085–1096.
- Mello, V.A., & Tavares, C. (2006). O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social. Rio de Janeiro: Shape.
- Melo, M. P. (2005a). A Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de esporte no Rio de Janeiro: um debate sobre a relação lazer, esporte e escola. *Movimento*, 11(3), 89–106.
- Melo, M. P. (2005b). Esporte e Juventude Pobre: As Políticas Públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas, Autores Associados.
- Melo, M. P. (2007). O chamado terceiro setor entra em campo: políticas públicas de esporte no governo lula e o aprofundamento do projeto neoliberal de terceira via. *Licere*, 10(2), 1–35.
- Milio, N. (2001). Glossary: Healthy public policy. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 55, 622–623.
- Minayo, M.C.d.S. (1996). O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco
- Ministério da Justiça, Brasil. (2010). *O q é o Pronasci*. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={E24D0EE7-2705-41C2-B1E4-E75B483704E3}&BrowserType=NN&LangID=pt-br&params=itemID%3D{AF1131EA-D238-415B-9610-8A0B8A0E7398}%3B&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>. Acesso Novembro 2012.
- Ministério do Esporte, Brasil. (2012a). *Praça da Juventude*. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/institucional/secretariaExecutiva/pracaJuventude/default.jsp>. Acesso Novembro 2012.
- Ministério do Esporte, Brasil. (2012b). *Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/projetoSocial/pelc.jsp>. Acesso Novembro 2012.

- Ministério do Esporte, Brasil (2012c). *Segundo Tempo*. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/snee/segundotempo/default.jsp>. Acesso Novembro 2012.
- Minnaert, L. (2012). An Olympic legacy for all? The non-infrastructure outcomes of the Olympic Games for socially excluded groups (Atlanta 1996-Beijing 2008). *Tourism Management*, 33(2), 361–370.
- Motte-Baumvol, B. & Nassi, C.D. (2012). Immobility in Rio de Janeiro, beyond poverty. *Journal of Transport Geography*, 24, 67–76.
- Murphy, N. M., & Bauman, A. (2007). Mass sporting and physical activity events – are they 'Bread and Circuses' or public health interventions to increase population levels of physical activity? *Journal of Physical Activity and Health*, 4, 193–202
- Neri, M.C. (2010). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Nery, N. & Matais, A. (2011). Orlando Silva vai entregar cargo hoje, diz direção do PC do B. *Folha de São Paulo*, 26/10/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/996877-orlando-silva-vai-entregar-cargo-hoje-diz-direcao-do-pc-do-b.shtml>. Acesso Novembro 2012.
- Nozaki, H.T. & Penna, A.M. (2007). O novo papel do esporte no contexto da ofensiva imperialista recolonizadora. *Revista Outubro*, 16(2), 201–218.
- Observatório das Favelas (2006). Legado social dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007: Diagnóstico social e esportivo de 53 favelas cariocas. Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/includes/publicacoes/04e3877d1c06cddaf96d26d9d7b67ebf.pdf> Acesso Setembro 2012.
- Owen, N., Humpel, N., Leslie, E., Bauman, A. & Sallis, J. F. (2004). Understanding environmental influences on walking: review and research agenda. *American Journal of Preventive Medicine*, 27(1), 67–76.
- Pecenin, M. F. (2008). Discurso, futebol e identidade nacional na Copa de 1998. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, 6(1), 1–19.
- Peres, F. F., Bodstein, R., Ramos, C.L., & Marcondes, W.B. (2005). Lazer, esporte e cultura na agenda local: a experiência de promoção da saúde em Manguinhos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(3), 757–769.
- Pergams, O. R. W., & Zaradic, P. A. (2006). Is love of nature in the US becoming love of electronic media? 16-year downtrend in national park visits explained by watching movies, playing video games, internet use, and oil prices. *Journal of Environmental Management*, 80(4), 387–393.
- Perlman, J. E. (2006). The metamorphosis of marginality: Four generations in the favelas of Rio de Janeiro. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 606, 154–177.
- Pillay, U., Bass, O. (2008). Mega-events as a response to poverty reduction: The 2010 FIFA world cup and its urban development implications. *Urban Forum*, 19, 329–346.
- Portal Comunitário da Cidade de Deus. (2012). *História da CDD*. Disponível em: <http://www.cidadedededeus.org.br/historia-da-comunidade/historia-da-cdd/historia/historia>. Acesso Novembro 2012.
- Porter, L., Jaconelli, M., Cheyne, J., Eby, D. & Wagenaar, H. (2009). Planning displacement: The real legacy of major sporting events: 'Just a person in a wee flat': Being displaced by the Commonwealth Games in Glasgow's East End; Olympian master planning in London Closing Ceremonies: How law, policy and the Winter Olympics are displacing an inconveniently located low-income community in Vancouver; Recovering public ethos: Critical analysis for policy and planning. *Planning Theory & Practice*, 10, 395–418.

- Porto Maravilha. (2012). *Presentation*. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/conteudo/presentation/presentation.pdf> Acesso Novembro 2012.
- Poynter, G. (2006). *From Beijing to bow bells: Measuring the Olympics effect*. London: London East Research Institute, University of East London.
- Poynter, G. (2009). *Olympic legacy governance arrangements*. London: East London Research Institute.
- Poynter, G., & MacRury, I. (2009). *Olympic cities: 2012 and the remaking of London*. London: Ashgate.
- Prefeitura do Rio de Janeiro. (2011). *Diário Oficial do Município, 28/12/2011*.
- Prefeitura do Rio de Janeiro. (2012). *Academia na Praça da Cidade de Deus já é uma realidade*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sbj/exibeconteudo?article-id=1884224>. Acesso Maio 2012.
- Prefeitura do Rio de Janeiro. (n/d). Projeto Rio em Forma Olímpico. Unpublished report.
- Preuss, H. (2007). The conceptualisation and measurement of mega sport event legacies. *Journal of Sport & Tourism, 12*(3-4), 207–227.
- Puchta, C. & Potter, J. (2004). *Focus group practice*. London: Sage.
- Reis, A.C.; DaCosta, L.P. (2011). Is the booming sustainability of Olympic and Paralympic Games here to stay? From an environment-based procedure to a dubious overall legacy. In G. Savery, & K. Gilbert (Eds.), *Sustainability and sport* (pp. 167-175). Champaign: Common Ground Publishing.
- Reis, A.C. & DaCosta, L.P. (2012). Sustainability dilemmas for Brazil in hosting mega-sport events. In G. Lohmann & D. Dredge, D. (Eds.), *Tourism in Brazil: Environment, management and segments* (pp. 60-76). London: Routledge.
- Reis, A.C., Sousa Mast, F.R., & Gurgel, L.A. (forthcoming). Rio 2016 and the sport participation legacies. *Leisure Studies*.
- Revista Veja. (2011). *Epicentro de crise, 'Segundo Tempo' já distribuiu R\$ 881 milhões*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/programa-segundo-tempo-ja-distribuiu-r-881-milhoes>. Acesso Novembro 2012.
- Rio 2012. (2004). Rio de Janeiro Olympic Bid: Candidature acceptance proposal to host the 2012 Olympic and Paralympic Games. Rio de Janeiro: Rio 2012.
- Rio 2016. (2009). Candidature file for Rio de Janeiro to host the 2016 Olympic and Paralympic Games. Vol 1. Rio de Janeiro: Rio 2016.
- Ritchie, J.R.B. (2000). Turning 16 days into 16 years through Olympic legacies. *Event Management, 6*(3), 155–165.
- Roberts, K. (1995). Great Britain: Socioeconomic polarisation and the implications for leisure. In C. Critcher, P. Bramham, & A. Tomlinson (Eds.), *Sociology of leisure: A reader*. London: E & FN Spon. pp. 6-19.
- Sadd, D., & Jones, I. (2009). Long-term legacy implications for Olympic Games. In R. Raj & J. Musgrave (Eds.), *Event management and sustainability* (pp. 90–98). Oxfordshire: CABI.
- Sallis, J.F., Cervero, R.B., Ascher, W., Henderson, K.A., Kraft, M.K., & Kerr, J. (2006). An ecological approach to creating active living communities. *Annual Review of Public Health, 27*(1), 297–322.
- Sawitzki, R.S. (2012). Políticas públicas para esporte e lazer: para além do calendário de eventos esportivos. *Licere, 15*(1), 1–16.
- Schöppe, S., Bauman, A. & Bull, F. (2004). *International review of national physical activity policy*. Sydney, NSW Centre for Physical Activity and Health, pp. 1–76.

- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), Prefeitura do Rio de Janeiro (2012a). *PELC/Pronasci*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smel/exibeconteudo?article-id=113611>. Acesso Novembro 2012.
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), Prefeitura do Rio de Janeiro (2012b). *Rio em Forma Olímpico*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smel/exibeconteudo?article-id=106760>. Acesso Novembro 2012.
- Silva, M. R., & Pires, G. L. (2009). Os 'Negócios Olímpicos' de 2016 no Brasil: 'o esporte pode tudo'? *Motrivivência, Florianópolis / SC, UFSC, 32/33*, 9–15.
- Silvestre, G. & Oliveira, N.G. (2012). The revanchist logic of mega-events: Community displacement in Rio de Janeiro's west end. *Visual Studies, 27(2)*, 204–210.
- Smith, A., & Fox, T. (2007). From 'event-led' to 'event-themed' regeneration: The 2002 Commonwealth Games legacy programme. *Urban Studies, 44(5/6)*, 1125–1143.
- Soares Filho, S. (2010). Brasil, a continuidade da política do pão e circo ou é só impressão? *Revista Estudos Jurídicos UNESP, 14*, 335–358
- Spink, P.K. (1987). Continuidade e Discontinuidade em Organizações Públicas: um paradoxo democrático. *Cadernos Fundap, 7(13)*, 57–65.
- Sport England (2012). *Active people survey 6*. Disponível em: [http://www.sportengland.org/research/active\\_people\\_survey/active\\_people\\_survey\\_6/key\\_results\\_for\\_aps6q2.aspx](http://www.sportengland.org/research/active_people_survey/active_people_survey_6/key_results_for_aps6q2.aspx). Acesso Setembro 2012.
- Sport and Recreation Alliance (2012). *Olympic legacy survey*. Disponível em: <http://www.sportandrecreation.org.uk/news/olympicpoll>. Acesso Novembro 2012.
- Stahl, T., Rütten, A., Nutbeam, D. & Kannas, L. (2002). The importance of policy orientation and environment on physical activity participation – a comparative analysis between Eastern Germany, Western Germany and Finland. *Health Promotion International (Oxford University Press), 17(3)*, 235–246.
- Stephen, D. E. (2009). Time to stop twisting the knife: A critical commentary on the rights and wrongs of criminal justice responses to problem youth in the UK. *Journal of Social Welfare & Family Law, 31(2)*, 193–206.
- Suassuna, D.M.F.A. (2007). *Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil (1996-2005)*. Disponível em: Observatório do Esporte <http://observatoriodoesporte.org.br/politicas-publicas-para-o-esporte-e-o-lazer-no-brasil-1996-2005/> Acesso Julho 2012.
- Todt, N. (2009). Um país olímpico sem educação olímpica? In Ministério do Esporte (Ed), *Coletânea dos Premiados de 2008 – Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social* (pp. 370-380). Brasília: Ministério do Esporte.
- Tong, A., Sainsbury, P. & Craig, J. (2007). Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): A 32-item checklist for interviews and focus groups. *International Journal for Quality in Health Care, 19(6)*, 349–357.
- Toohey, K. (2008). The Sydney Olympics: Striving for legacies- overcoming short-term disappointments and long-term deficiencies. *The International Journal of the History of Sport in Society, 25(14)*, 1953–1971.
- Vanden Heuvel, A., & Conolly, L. (2001). *The impact of the Olympics on participation in Australia: Trickle down effect, discouragement effect or no effect*. Adelaide: National Centre for Culture and Recreation Statistics, Australian Bureau of Statistics.
- Weed, M., Coren, E., & Fiore, J. (2009). A systematic review of the evidence base for developing a physical activity and health legacy from the London 2012 Olympic and Paralympic Games. London: Department of Health.

- Werle, V. (2010). Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. *Motriz*, 16(1), 135–142.
- Yin, R. (1981). The case study crisis: Some answers. *Administrative Science Quarterly*, 26, 58–65.
- Zhou, Y., & Ap, J. (2009). Residents' perceptions towards the impacts of the Beijing 2008 Olympic Games. *Journal of Travel Research*, 48(1), 78–91.

